

Defesa Nacional



M A I O
1 9 4 7

NUMERO
3 9 6

DR. JOSÉ BATISTA ALVES
ADMIRAL VILAMORA P. DE VASCONCELOS
DR. JOSÉ HORACIO DA C. GARCIA
DR. OSWALDO ALVES VELHO
DR. JOÃO CRISTIANO

A DEFESA NACIONAL

Fundada em 10 de Outubro de 1913

Ano XXXIV

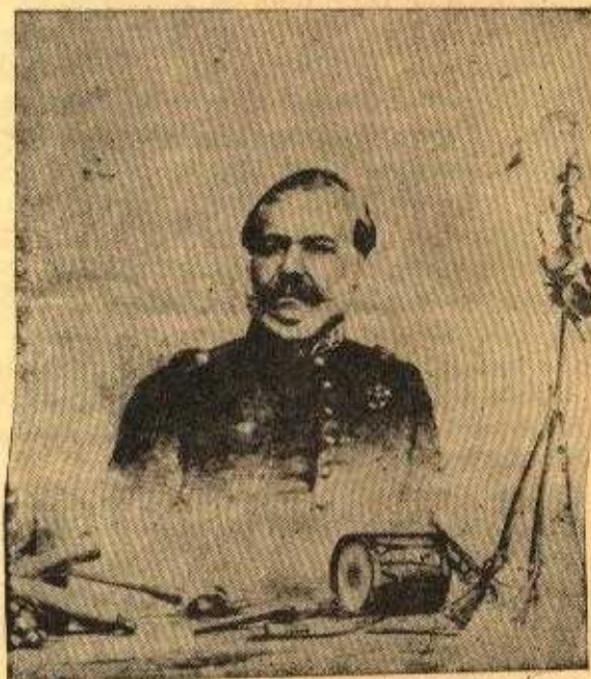
Brasil — Rio de Janeiro, Maio de 1947

SUMÁRIO:

- I — EDITORIAL
- II — Mais uma vez atenção Camaradas — Redação
- III — ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL:
- a) — A promoção por merecimento
 - b) — O RI no Combate — Combate defensivo (continua) Ten. Cel. J. B. Mattos
 - c) — A 4.ª Seção na Campanha da Itália (continua) — T Cel. Souza Campos
 - d) — Campos de Minas — Cap. Aloysio Gondim Guimarães
 - e) — A tática russa para escapar ao envolvimento — T Cel. Adalardo Fialho
 - f) — O plano de fogos defensivos da Artilharia — Maj. Moreira Couto
 - g) — Instrução para a elaboração de nova ficha biométrica
 - h) — Observação sobre o Morteiro 81 mm Btl. da F. E. B. Ten. Cel. G. Vozeda
 - i) — Estatística e Motomecanização
 - j) — A formação profissional do oficial — Cap. Fernando Barbosa
 - k) — Função de E. Maior — S2 — Major Constantino Caetano Lisboa
 - l) — Calculo de explosivos — Major Newton F. Ferreira
- IV — ASSUNTOS DE CULTURA GERAL:
- a) — O problema do Comando — papel do chefe — Trad. Cel. R. B. Nunes
 - b) — Assim falou Marshall à juventude do seu país
 - c) — A Democracia no Brasil (conclusão) Cel. J. B. Magalhães
 - d) — Minúcias da Arte de Comandar — Cap. Alberto Cardoso
 - e) — A batalha do trigo — Cel. Danton Teixeira
- V — GEOGRAFIA E HISTÓRIA:
- a) — A invasão da Europa (continua) — Gen. Montgomery Trad. do Cap. O. Velho
 - b) — Tisiografia das Américas — Cap. Hugo de Sá Campelo
- VI — DIVERSOS:
- a) — Écos e carta do Gen. Tasso Fragoso
 - b) — Boletim
 - c) — Livros à venda
 - c) — Legislação

EDITORIAL

IN MEMORIAM!



"Em duas espadas gloriosas, podemos dizer descançou por cerca de meio século a monarquia do Brasil:

— na do imortal Caxias e na do legendário Osório; sendo que, quanto a este, sabe-se que, devido à sua imensa popularidade, fôra mais de uma vez convidado para derrubá-la, ao que sempre respondia "não haver ela ainda feito o seu tempo no Brasil" (Biblioteca Militar — Os Generais do Exército Brasileiro — 2.º Volume — dedicado ao Duque de Caxias — Alfredo Pretestato Maciel da Silva).

"A Defesa Nacional" neste número de Maio, não poderia deixar de homenagear o general Osório, o nosso Bayard, sans peur et sans reproche, como o chamava o General Tibúrcio e assim o denominou o Diário Oficial do Império, anunciando ao Brasil, o seu falecimento.

Nascido a 10 de Maio de 1808 e praça do Exército em 1.º de Maio de 1823, foi a 24 do mesmo mês em 1866, que êle comandou a maior batalha da América, em Tuiuti, cujo resultado selou a sorte da guerra, pondo definitivamente a favor da Tríplice Aliança, contra Lopes, todas as probabilidades de êxito.

Consagramos, pois, êste número de "A Defesa Nacional" à sua glorificação, cuja importância não tem merecido dos pôsteros a atenção de um zêlo conveniente. Esse descuido, infelizmente se revela, no caso do glorioso Osório, de modo por demais lastimável, pois importa no abandono de seu túmulo, que é a sua estátua, dos cuidados comesinhos de um respeito tradicional nos povos da cristandade e que é uma exigência de nossa cultura cívica, no caso de que aqui se trata.

Supomos não poder prestar homenagem mais eloquente de nossa veneração por aquêle que o Exército mais amou, o êmulo e companheiro do imortal Caxias digno patrônio do Exército, do que apelando daqui para as nossas autoridades, civis e militares, a fim de que se dê ao recinto da praça onde está o seu túmulo e se erige a estátua, um aspecto digno de um lugar sagrado.

E ao fazê-lo, recordamos bem vivamente de espírito e coração, aquêle a quem o Exército e a Pátria devem tanto:

"Osório!... Teu nome só, compõe uma sublime epopéia do pátrio Brasil!"

(General Bibiano Costallat)

"Não conheci outro general que dispusesse de um golpe de vista mais admirável. De um relance apoderou-se logo da sua situação e da do inimigo".
 (General Emílio Mallet)

"A mais pura glória do Exército e o melhor amigo dos seus subordinados." (E. C. Jourdan)

"Nenhuma das qualidades que se exigem de um comandante em Chefe, faltava a Osório!"

(Cel. J. B. Magalhães)

"Tão precioso no conselho como no campo de batalha, si é que ai não se tornava superior a todos".
 (A. Taunay)

"Não sei o que mais admirar no General Osório, si a bravura imperterrita no campo de batalha, ou o conselho profundíssimo e acertado nas deliberações do Governo." (Visconde de Ouro Preto)

"Ninguém vi mais bravo do que ele".

(Marechal Jacinto Pinto)

"O nome d'ele chegou a ser nêste país um símbolo e ainda em vida principiou-lhe a glorificação da lenda".
 (Rui Barbosa)

"O mais ilustre, como o mais benemerito dos lidadores desta guerra".

(Conde d'Eu — Bol. Ex. nº 38)

"Tornou-se um dos nomes da nacionalidade, a quem servira desde os albores da independência. Ainda hoje nos inspira, e nos aponta o duro e austero e inexcedível caminho do sacrifício sem limite e do dever sem mácula do interesse".
 (Calogeras)

"Homem excepcionalmente forte pelo carácter, e perfeito pelo aspécto físico".

(Pedro Américo)

"Os merecimentos de Osório eram tão transcendentes, que deveriam ter as consequências mais estrondosas acabada a guerra".

(Alfredo Toledo Costa)

"Com Osório era assim: no Marechal e no Marquês viam os soldados brasileiros uma apoteose de si mesmos".

(Carlos de Laet)

Ai temos alguns testemunhos dentre muitíssimos outros que se podem recolher, do que é Osório no conceito nacional.

E não só no conceito nacional. Mitre, o primeiro Comandante-Chefe dos Exércitos aliados, rendeu-lhe as mais expressivas homenagens. E Caxias, o segundo Comandante-Chefe, vinha sempre receber Osório no exterior de sua barraca, honrosa exceção que a nenhum outro Chefe concedia.

E' desnecessário dizer que a nós soldados sua memória continua a nos parecer uma feérica apoteose de nossa própria glória!

Esta é a nossa homenagem:

"Da lisonja jamais venal turibulo
Balança à dextra que concerta em hino
Em honra da verdade;
Heróicos feitos que tua vida exornam
Têm jus a estátuas, adorações, altares
Em nossa idade".

— (Antonio Rabelo da Silva) — 1860.

MAIS UMA VEZ, ATENÇÃO CAMARADAS!

A Defesa Nacional não é, nunca foi, uma empresa comercial, no sentido da obtenção de lucros a serem distribuídos por terceiros. Nos dois primeiros decênios de sua existência, um grupo de abnegados não sómente arcava com os trabalhos de sua confecção, como se responsabilizava pecuniariamente pelos "deficits" ocorrentes; seus colaboradores não eram remunerados. E assim foi, até que as dificuldades financeiras decorrentes do custo cada vez mais elevado da vida, tornaram impraticável o regime de exigir horas de trabalho sem remuneração de espécie nenhuma.

Adotou-se, então, outro sistema: os diretores passaram a receber uma gratificação que se pode chamar de "simbólica"; os colaboradores que empregam seu tempo de repouso das atividades obrigatórias e seu dinheiro na aquisição de livros e revistas caras com que ilustram seu espírito, recebem em troca de suas produções uma remuneração não menos "simbólica", porque inferior ao padrão adotado por qualquer outra revista ou jornal. Apesar de tôda essa parcimônia nos gastos e da abnegação de todos quantos se dedicam à manutenção da nossa revista, sua situação financeira foi-se tornando cada vez mais precária.

Surgiu, então, a idéia de organizar-se uma Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual de que a revista seria o órgão central. O objetivo material dessa cooperação era o de angariar recursos para a aquisição de oficina tipográfica própria que, libertando a revista de maiores despesas e do atraso sistemático com que as tipografias particulares entregam as edições mensais, constituisse uma nova fonte de ren-

das. O cooperativismo, depois de três anos de experiência, pôde dizer-se, fracassou. Os poucos livros que, com os mínguas dos recursos disponíveis, conseguimos editar, apesar de sua indiscutível utilidade e valor instrutivo, não logram ainda um êxito de venda que chegasse, pelo menos, para cobrir as despesas das edições. A situação financeira da revista tinha que atingir um ponto crítico, que lhe acarretaria o desaparecimento depois de 33 anos de labor contínuo em prol da cultura profissional dos quadros do Exército.

Não se poderia aceitar o fato consumado. Foi, então, quando apelamos para o Senhor Ministro da Guerra, e cujo espírito esclarecido não poderia escapar a justeza do apelo. Seu apoio não se fez esperar: no honroso e expressivo Aviso de 23 de Fevereiro, que reproduzimos em "fac-simile" na edição da revista desse mês, expoz as razões de seu interesse e, para que todo o Exército as conhecesse, determinou que seu Aviso fosse reproduzido em todos os boletins internos da corporação.

Reanimados expedimos cartas a todos os Chefes e Comandantes do Exército, bem como aos nossos representantes nos corpos e repartições, encarecendo a necessidade da cooperação intelectual e material de todos para a manutenção da revista. Poucos têm sido os que deixaram, até hoje, de responder ao nosso apelo, e isto sem dúvida, devido à distância e à demora da correspondência. Cinco, somente, até hoje, responderam-nos para dizer que nenhum de seus oficiais se interessava pela revista.

E' evidente que (*on ne peut pas contenter tout le monde et son père*), mas, por isso mesmo, enviamos a todos os nossos Camaradas com a revista de Março, um questionário em que solicitamos sua opinião a respeito de "A Defesa Nacional", suas restrições, suas preferências, suas sugestões no sentido de torná-la mais útil ou interessante, etc., para melhor orientação dos responsáveis pela sua feitura e valor, sem esquecer, entretanto, que tudo depende, principalmente, da abundância e da qualidade da colaboração que nos for remetida.

Para remediar o mal proveniente do atraso permanente com que tem sido dadas à lume as edições mensais da revista, apelamos para a cooperação valiosa do Exmo. Sr. General Scarcela Portela, Diretor de Intendência do Exército, no sentido de ser a revista impressa nas oficinas tipográficas do seu departamento, e tivemos o prazer de ver o Senhor Coronel Chefe do Estabelecimento Comercial de Material de Inten-

dência aceitar o compromisso de regularizar a saída mensal da revista. É natural o atraso do primeiro número, o de Fevereiro, mas há a promessa de que os seguintes serão entregues dentro da primeira quinzena de cada mês.

Do Sr. Coronel Raul de Albuquerque, Diretor Geral dos Correios e Telegrafos, obteve a revista, também, apreciável acto de cooperação, mandando inclui-la na regra que exclui do porte postal a correspondência de utilidade pública, por ser publicação destinada à expansão cultural do Exército, sem fins comerciais. E aqui deixamos consignados a SS. os melhores agradecimentos de "A Defesa Nacional".

São promissoras as perspectivas do futuro, mas, d'aqui atá lá, é preciso viver... e reforçar, com segurança, as esperanças no porvir. Para tanto, além das providências já postas em prática, é indispensável adoptar outras, embora de accão mais remota, a fim de que seus frutos possam ser colhidos no momento oportuno.

O aumento constante do custo do material e da mão de obra obrigou o Conselho Administrativo da nossa Cooperativa a fazer mais um anelo aos assinantes da revista. Ela é hoje um volume de duzentas e cinquenta páginas pelo qual os assinantes anteriores a 1945, os associados, e os sargentos e pratas pagam em média, pouco mais da metade de seu custo que é superior (impressão, papel, colaboração e despesas gerais) a Cr\$5,00.

Conhecendo embora, a antipatia despertada por um aumento de preço viu-se o Conselho forçado a lançar mão desse recurso extremo, adotando, entretanto, a solução mais suave possível, e esperando que os nossos camaradas, compreendendo e aceitando as razões expostas, não se neguem a continuar prestando à revista seu concurso indispensável.

Assim é que mantendo os preços atuais de Cr\$60,00 e Cr\$50,00, respectivamente, para os assinantes oficiais e sargentos, passam eles a ser uniformes para todas as classes de assinantes: — os de semestre, a partir de 1.º de Julho deste ano, e os anuais, a partir de 1.º de Janeiro de 1948.

"O sacrifício, convenhamos, é mínimo, pois varia de alguns centavos por mês para uns, a dois cruzeiros, para outros, convindo notar que nenhuma outra revista do porte da nossa, se adquire por preço inferior a cinco cruzeiros. O número avulso, para os não assinantes, passa a custar Cr\$8,00 a partir de 1.º de Maio do ano corrente.

Reiteramos aqui o nosso apelo aos Chefes e Comandantes que ainda não responderam à nossa carta-circular pedindo a indicação de um representante de nossa revista no seu departamento ou corpo.

Reiteramos, igualmente, aos representantes que ainda não o tenham feito, a remessa da relação de assinantes, recomendando à sua atenção o facto assaz auspicioso para o nosso Exército, que é o interesse crescente manifestado pelos Sargentos relativamente à leitura de nossa revista, e comprovado pela apreciável percentagem dos que se têm feito assinantes dela, num louvável empenho de ampliar seus conhecimentos profissionais.

A todos, enfim, solicitamos mais uma vez: cooperação!

REDAÇÃO

Economia e Eficiência

com

INSTALAÇÕES



para todos os fins

REATORES - STARTERS - SOQUETES
LUSTRES - ABAT-JOUR

Peçam Projetos e Orçamentos

SECÇÃO FLUORESCENTES

RUA DO PASSEIO, 48-56

MESBLA

TEL. 22-7720 - RAMAL 74

ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL

"É possível indicar os princípios em que se baseia certa manobra, porém a manobra em si mesma pertence à arte e defende o artista".

Gen. MAILLARD.

A PROMOÇÃO POR MERECIMENTO

Desde muito tempo se firmou, no Exército, o conceito de que não cabe o direito de reclamação contra preterições, nos casos de promoção por merecimento. A origem do conceito vem da antiga lei de promoções. Na organização das propostas de candidatos à promoção por merecimento aos postos superiores, uma comissão permanente de Generais propunha três nomes para cada vaga e mais dois por vaga acrescida, cabendo ao governo o arbítrio de promover os que quisesse, dentre os propostos, e até fóra da lista. A promoção a general dependia, exclusivamente, da escolha do Chefe do governo, sem quaisquer restrições nem recursos.

O desamparo legal em que viviam os oficiais que tinham o direito incontestável de defender seu patrimônio moral e profissional, cuja formação, sem jaças, custa uma existência inteira de labor profícuo e honesto, constituiu uma das rações essenciais que induziram dois capitães, hoje coronéis da reserva e assíduos colaboradores desta Revista, a elaborar um projecto de lei de promoções, aí por volta de 1925 ou 26.

Nesse projecto, tratava-se de instituir um princípio básico, que deveria constituir o artigo 1.º da lei: — a promoção é um processo de seleção dos mais aptos para exercerem as funções do posto superior, e não um prêmio ou recompensa por serviços prestados." Eram, então, traçadas normas seguras e positivas para a seleção dos valores reais, e bem definido, também, o que se deve considerar "merecimento".

O princípio básico do processo de seleção era a observação e o julgamento do oficial feitos pelos seus chefes imediatos e pelos dos escalões sucessivos do comando que, a seu respeito tivessem razões para pronunciar-se. Ora, esse processo lógico, jus-

to e eficaz, exige que os chefes sejam capazes de *observar* e de *julgar*, sem o que, a tendência comodista para o elogio ou os conceitos vagos, que não despertam descontentamentos nem reações havrá de, faltalmente, minar e destruir o princípio pela sua base.

O elogio só é significativo quando acompanhado da *citação* do facto que o motivou: o tenente, o capitão ou o major são elogiados pelo coronel porque sua tropa se revelou bem instruída em tais ou quais exames ou exercícios de campanha; porque desempenharam dessa ou daquela maneira tal incumbência especial que recebeu; porque deram provas de iniciativa inteligente em tal ou qual emergência, etc., etc. Não faltarão ao chefe que *comanda*, as oportunidade de realgar os actos e manifestações que revelam as *boas* ou as *máis* qualidades de seus comandados. O chefe deve ter a coragem moral de *reprovar*, quando fôr necessário; o seu *silêncio* em relação a este ou àquele oficial, já será bastante significativo, mas, se fôr preciso, não poderá trepidar em ser mais positivo. O que não lhe será permitido é essa espécie de *neutralidade* amistosa, que mata o estímulo e acorçoá a displicência. Entretanto, a substituição do *elogio* pela *citação*, não entrou ainda em nossos costumes militares. Em regra, quanto mais um corpo de tropa é vítima da epidemia de mudanças de comando, ou o oficial de transferências, mais a caderneira deste se enche de elogios que tanto podem ser merecidos como graciosos ou amáveis, simples despedidas "camaradas", de vez que não se citam os *factos* que justificam as referências lantatórias.

Ora, se tal prática se estender até à confecção das folhas de informação e de julgamento dos oficiais como há de a Comissão de Promoções, que é o órgão responsável pela formação de um quadro eficiente de oficiais, apurar judiciosa e honestamente o verdadeiro merecimento profissional de cada um? Como poderá distinguir dez ou quinze capitães, dentre cinquenta, que apesar de estarem no início da carreira, já contam trinta ou quarenta elogios em todos os estilos? Haverá exército ou arma, em todo o mundo, com essa feliz e portentosa homogeneidade? Evidentemente, não.

Dai, talvez, o abandono de mais um princípio proposto no projecto, ou melhor, nas bases para a elaboração de uma lei de promoções, e assecuratório dos *direitos* do oficial à promoção por merecimento: — "uma vez julgados por seus chefes imediatos e sucessivos, com conhecimento de causa, e classificados por ordem numérica no quadro de acesso pela Comissão de Promo-

ões, e concedido o prazo para quaisquer reclamações dos interessados, as promoções se farão de acordo com aquela ordem numérica".

Como admitir-se que tão acurado processo de seleção e de classificação possa ser subvertido, sem que as razões desse actojam expressas, desde que, é claro o oficial preterido não tenha ado causa à sua exclusão?

Como admitir-se que o oficial incluído no quadro de acesso *or merecimento*, seja promovido por *antiguidade*, a não ser o caso excepcional de ser ele número um, nos dois quadros, e aver uma vaga somente, a ser preenchida pelo princípio da antiguidade?

Acaso se aceita, num regime legal, que os candidatos aprovados e classificados, num concurso, sejam nomeados discricionariamente, sem observância daquela classificação?

Que é a formação de um quadro de acesso por merecimento, não o resultado de um concurso de títulos?

Havemos de convir que a organização desse quadro *cria ditos* desde que, esgotado o prazo concedido para reclamações contra a classificação, o quadro de acesso por merecimento seja definitivamente aprovado.

A promoção por merecimento é um patrimônio moral e profissional; defendê-lo é um direito indiscutível.

Não é pelo arbitrio deixado pela lei, que se exalta a autoridade dos Chefes; não há nenhuma diminuição na obediência à justiça.

Parece oportuno fazer uma *revisão* da atual lei de promoções, para expurgá-la destas e outras falhas que a experiência tem revelado, mas, bem entendido, *uma revisão* e não uma reforma de "fond en comble", sem olhar as lições do passado. A lei atual é boa, precisa apenas de retoques que visem, talvez mais, sua execução, do que a sua própria essência.

O escravo só tem um amo; o ambicioso tem tantos amos quantas as pessoas que forem uteis a sua fortuna. O Official não tem amos nem patrões; o Official é um SENHOR, um Chefe: deante d'ele ha apenas funções hierarchicas que deve respeitar e conscientemente obedecer.

O REGIMENTO DE INFANTARIA NO COMBATE

Ten. Cel. J. B. DE MATOS

Instrutor da E. E. M.

(Continuação)

O COMBATE DEFENSIVO

Com o combate defensivo o comando visa, em síntese, ganhar tempo empenhando a tropa em combate decisivo ou não.

No primeiro caso, a execução do combate estrutura-se no estabelecimento duma posição a ser mantida a todo o custo e no segundo, em movimentos tendo por fim furtar-se à pressão do adversário.

Combate defensivo baseado no estabelecimento duma posição a ser mantida a todo o custo ou combate defensivo propriamente dito.

I — Noções gerais

Neste caso o combate defensivo tem por objeto a organização duma posição de resistência, a ser mantida a todo o custo, e o emprégo de elementos de cobertura para retardar e desorganizar o avanço do inimigo e iludi-lo quanto à verdadeira localização da posição de resistência.

A posição de resistência, elemento fundamental do combate defensivo, tem sua localização geral determinada pelo comando da G. U.

A defensiva é uma manobra preconcebida, perante a qual o adversário disputa a iniciativa das operações.

Sob o ponto de vista da Divisão, uma vez definido o terreno a defender, a manobra defensiva repousa:

- na escolha duma Posição que permita:
- bom emprégo dos fogos;
- fácil organização do terreno;

- emprêgo rápido das reservas;
- fácil exercício do Comando.

Escolha da posição a defender:

O defensor, Cmt. da D. I., após receber do Comando superior a designação da porção do terreno em que deve deter o adversário, preocupa-se em definir com nitidez, os limites anteriores e posteriores da posição, fixados apenas em traçados gerais pelo Comando superior, isto é, em dar aos subordinados o traçado geral da L. P. R. (linha principal de resistência) e da L. D. (linha de deter).

Embora a escolha da posição repouse na missão confiada à D. I. sob a forma de frente a defender, direção a barrar e observatórios a manter, — impõe-se, além disso, para definir o traçado, um estudo metódico do terreno tendo em vista aproveitar todas as vantagens que o mesmo ofereça, principalmente:

- quanto às possíveis bases de partida do adversário;
- quanto à aplicação dos fogos, que detêm todo o avanço;
- quanto aos observatórios, que permitem estar informado sobre a atividade do adversário e desencadear, a tempo, os fogos;
- quanto aos obstáculos, que detêm ou retardam o inimigo (engenhos blindados, etc.);
- quanto as cobertas importantes e às comunicações desenfiadas, que permitem, mesmo em pleno dia, sustentar o combate na sua forma estática (munições, reforço) e desencadear a ação dinâmica: o contra-ataque.

Os elementos de cobertura podem compreender: —

- a) — elementos de cobertura avançado que deve ser móvel (cavalaria, tropas mecanizadas, motorizadas e engenharia), os quais constituem a segurança afastada;
- b) — sistema de postos avançados, que constituem a segurança aproximada.

O gráfico à página em anexo, traduz o dispositivo dos elementos constitutivos do combate defensivo na Grande Unidade.

II — A missão da Infantaria na defesa sem idéia de recuo

Sob o ponto de vista Infantaria o estudo do combate defensivo resume-se no estudo das missões a cumprir na posição de resistência e no sistema de postos avançados.

Na posição de resistência a missão da Infantaria consiste em deter pelo fogo, com o apoio das outras armas, a progressão do adversário na frente da posição, repelir o assalto pelo combate aproximado caso penetre na posição e expulsá-lo por meio de contra-ataque.

Vejamos como compreender as referidas missões, dentro da noção de posição que a prescrição regulamentar nos impõe:

"Uma posição de resistência compreende uma zona de resistência constituída por um certo número de núcleos de defesa de mutuo apoio, dispostos irregularmente, em largura e profundidade, cada um organizado para a defesa em todas as direções, com trincheiras, obstáculos e espaldões. Uma unidade tática é mantida em cada zona de defesa."

Uma linha, unindo a orla exterior das mais avançadas zonas de defesa organizadas, é chamada **linha principal de resistência**. E' na frente dessa linha que os elementos da defesa devem ser capazes de concentrar seus fogos, afim de quebrar o ataque inimigo. O contorno da linha principal de resistência apresenta, desse modo, traçado irregular, com elementos em situação de fazer fogo de frente e de flanco. A linha destinada a coordenar a localização e as ações das reservas regimentais na posição de resistência é chamada **linha de deter**.

Entre a linha principal de resistência e a linha de deter, escalões de apoio das companhias e as reservas do batalhão, organizam o terreno. A distância entre os escalões sucessivos da posição de resistência (unidades na linha principal de resistência, escalão de apoio das companhias, reservas do batalhão e reserva regimentais), não deve ultrapassar o alcance efetivo das armas portáteis. Deve, no entanto, ser suficientemente grande para impedir que qualquer escalão esteja na zona de dispersão do fogo de Artilharia dirigido contra um escalão mais avançado. Este escalonamento em profundidade diminui o efeito do fogo inimigo e estabelece a continuidade dos fogos defensivos e dos movimentos contra o inimigo, mesmo que ele consiga penetrar na posição de resistência".

As prescrições transcritas fixam para a infantaria da P R as obrigações seguintes:

— distribuir-se em núcleos da defesa de mútuo apôio dispostos irregularmente em largura e profundidade, cada um organizado para a defesa em todas as direções, com trincheiras, obstáculos e espaldões. Cada núcleo equipado por uma unidade tática;

- concentrar na frente da L P R os fôgos dos elementos da defesa, a fim de quebrar o ataque inimigo;
- repelir o assaltante por todos os meios, mesmo individual;
- expulsar o adversário que tenha conseguido localizar-se na posição;
- localizar as reservas, na L D, tendo em vista as respectivas missões particulares (fechamento de brechas, contra-ataques, execução de nova barragem).

Dentro da atual organização da Infantaria, o estudo do combate resume-se, essencialmente, no estudo das condições nas quais se devem processar as obrigações acima especificadas.

Com esse fim vamos apreciar sucessivamente:

- os núcleos;
- os fôgos;
- o terreno;
- as tropas;
- o contra-ataque;
- a conduta da defesa.

I — OS NÚCLEOS

Em todo sistema defensivo, o essencial é garantir a continuidade da defesa.

A posição de resistência deve ser organizada, tendo em vista a luta a todo transe. O que, entretanto, não significa que ela deva ser ocupada uniformemente e que se apresente igualmente forte em toda a sua extensão.

A economia de força, objetivo essencial que a organização do terreno permite atingir, deve ser traduzida pela ocupação de um certo número de pontos onde a defesa agrupa seus meios e organiza a resistência local, mas ficando a proteção dos intervalos assegurada pelo fogo ou pelos contra-ataques.

Os pontos a ocupar são naturalmente aqueles cuja posse apresenta interesse primordial para o defensor ou para o atacante, aqueles que permitem vistas sobre as posições inimigas, aqueles cuja posse proporciona ao defensor facilidade para manter com economia a frente a defender.

Esses pontos constituem o arcabouço da organização; cada um deles é dotado de meios tais que constitue um organismo completo, defendido por uma guarnição que, mesmo

reduzida a seus próprios recursos, deve poder se manter durante um tempo determinado.

O elemento mínimo correspondente a essa conceituação recebe o nome de Ponto de Apôio.

Entre dois Pontos de Apôio o intervalo é ocupado somente pelos elementos de vigilância.

A guarnição de um Ponto de Apôio é composta de frações constituidas, de importância variável, geralmente uma Cia., sob as ordens de um mesmo comandante.

Sua ação limita-se a defesa própria de um Ponto de Apôio aos flanqueamentos dos intervalos, não lhe cabendo entretanto a execução dos contra-ataques eventuais nesses intervalos. É interessante notar que, como não se pode contar de modo absoluto com a ação duma arma automática dada a possibilidade de poder ser destruída, neutralizada ou ter seu campo de tiro interditado, é indispensável que as **companhias e pelotões**, sejam responsáveis por uma certa parte da posição a defender, porque somente as pequenas unidades têm, sob o fogo, possibilidades de substituição imediata e flexibilidade de ação.

Os contra-ataques são confiados a elementos distintos e que não fazem parte da guarnição do Ponto de Apôio.

A missão do Ponto de Apôio comporta a resistência na posição, por todos os meios, a qual só cessará mediante ordem do Cmt. superior. Mesmo quando os intervalos são ultrapassados e os Pontos de Apôio envolvidos, devem os defensores esperar com confiança os contra-ataques, para os quais sua resistência já é uma condição de sucesso, pois, é preciso que estejam persuadidos de que a intenção do comando será sempre de restabelecer a integridade da posição. Além disso, os defensores de um Ponto de Apôio devem, na medida do possível, apoiar com seus fogos os contra-ataques.

Os Pontos de Apôio de uma Posição de Resistência são repartidos no sentido da largura e da profundidade.

Os Pontos de Apôio mais avançados formam a linha principal de resistência que é o limite posterior da barragem geral.

Atendendo-se no caso de alguns dentre eles virem a cair, são constituídos novos núcleos pelos escalões de apoio das Companhias de primeiro escalão e reservas dos Batalhões de primeiro escalão, com o fim de restabelecer e reforçar a continuidade do sistema defensivo.

Os Pontos de Apôio dos escalões de apoio das Cias. serão, tanto quanto possível dispostos atraç e correspondendo aos

intervalos existentes na Linha Principal de Resistência, de modo a dobrar com fôgos de frente, a ação dos fôgos de flanqueamento nos intervalos e a apoiar os flancos dos Pontos de Apôio de 1.º escalão.

Na maioria das vezes, as armas automáticas do dispositivo de fogo envolverão o contorno aparente dos Pontos de Apôio. Algumas poderão atuar por cima desse ou daquele Ponto de Apôio e, então, é preciso dar às comunicações e às posições de combate um desenfiamento conveniente.

As reservas de Batalhões e dos Regimentos são geralmente mantidas à retaguarda, em abrigos, nas proximidades dos quais serão preparadas posições de combate que elas poderão ocupar no caso de serem submergidos os Pontos de Apôio da Linha Principal de Resistência e dos escalões de apôio, antes que as reservas possam executar a missão que lhes forá designada.

As reservas organizam com seus fôgos uma última baragem, definida em seu limite posterior pela linha de deter. Há interesse em que esta linha cubra a maior parte das posições de bateria.

Os Pontos de Apôio são ligados entre si e com a retaguarda por uma rede de comunicação contínua.

Há pontos de Apôio que têm, entre si, afinidades, quer pela solidariedade imposta pelo terreno, quer pela missão comum a desempenhar, por exemplo:

- Os pontos de Apôio que mantém um movimento do terreno cuja defesa constitue um todo;

- Os que, englobando uma zona organizada para um contra ataque, emprestarão a este último o apôio de seus fôgos;

- Os que dispõem de uma mesma rede de comunicações.

O laço que os reúne desse modo traduz-se, na organização do comando e terreno pelo seu grupamento em Centros de Resistência (C. R.)

Um C. R. comprehende um número variável de Pontos de Apôio, escalonados em profundidade desde a linha principal de resistência até as reservas de Btl., ou mesmo até a linha de deter, quando esta disposição é de natureza a favorecer a ação de comando.

A guarnição de um C. R. é constituída por unidades colocadas igualmente sob o comando de um mesmo chefe e comprendendo, além das guarnições dos pontos de Apôio, as frações encarregadas de guarda dos intervalos e as frações em reserva à disposição do C. R.; destinadas principalmente

a executar contra-ataques. Sob o ponto de vista do comando, para que não haja faixas de terreno sem responsável direto pela sua defesa, a posição de Resistência é subdividida em- setor para Divisão, Sub-Sector para regimento, — Quartelão pa- ra Btl., e Sub-quartelão para Companhia. A orientação a se- guir para estabelecer estas divisões deve visar:

— assegurar a continuidade das barragens de fogo e de obstáculos.

— limitar rapidamente, as brechas e permitir base de partida para contra-ataque.

No interior dessas Sub-divisões os pontos de apóio consti- tuem as zonas ativas nos quais são concentrados os meios de defesa, e são separados uns dos outros por intervalos, intervalos êstes, cujos aspectos em nada deve distinguir-se das organizações vizinhas.

E' pois imprescindível que pelo disfarce, os Pontos de Apóio não possam ser denunciados às vistas terrestres e aéreas do inimigo e que os intervalos não permitam situar as zo- nas solidamente ocupadas.

II Os Fogos

O fogo continua a ter ação preponderante no combate defensivo como o comprovam as prescrições regulamentares seguintes:

— A missão da Infantaria na defesa é deter pelo fogo, com o apoio das outras armas, o inimigo, face à PR.; repelir seu assalto pelo combate aproximado (corpo a corpo), caso êle aborde a posição e expulsá-lo pelo contra ataque, caso êle aí penetre.

— "A integridade da PR. é mantida pela combinação do fogo, do choque e do contra-ataque".

"O atacante é mantido sob um volume crescente de fogos à medida que se aproxima da posição".

— "O inimigo deve ficar sujeito a uma potência crescente de fogo a medida que se aproxima da posição defensiva".

Eis porque no R I outro ato essencial consiste em organizar uma rede de fogos poderosos, profundos e eficazes, em co- ordená-los, ajustá-los, com o intento de bater o inimigo des- de o limite útil do alcance das armas e cuja eficácia aumenta- rá até o momento em que o inimigo inicie o ataque à P R, diante da qual e no interior da qual a continuidade de fogo estará plenamente realizada.

A peça mestra do sistema é, então, constituída pelos fógos na frente da L P R — barragem geral, em que participam: a grande maioria das armas de Infantaria, toda a Artilharia, a Aviação, e entra como complemento uma barragem principal contra-engenhos blindados conjugada com obstáculos e campos de minas.

No R I esta organização dos fógos denomina-se **plano de fógos**.

ELEMENTOS DO PLANO DE FÓGOS:

Um plano de fógos deve compreender:

1.º — Imediatamente à frente da L P R uma **barragem geral intransponível** (inclusive de Engenho C C);

2.º — Fógos longínquos, que são os executados adiante da barragem geral, podendo escalonar-se, conforme a profundidade, desde as saídas à retaguarda do sistema de P A;

3.º — Fógos interiores, mais sumários, que se executam particularmente à frente da L D e das reservas dos Btl's, para o caso em que o inimigo tenha conseguido penetrar na posição;

4.º — Concentrações fortuitas em certos pontos, flanqueamentos recíprocos e soldaduras de fogo entre unidades.

5.º — Defesa em profundidade contra engenhos blindados, que compreende também uma barragem principal.

6.º — Defesa em profundidade contra aviões.

1) — PROPRIEDADE DA BARRAGEM GERAL:

a) — A barragem geral deve ser **continua**, **suficientemente densa** e **profunda**.

E' necessário que essa barragem seja **continua** para que o inimigo não tenha a possibilidade de subtrair-se aos seus efeitos, favorecido pelo terreno, pela noite ou pelas condições atmosféricas favoráveis naturais — cerração — ou criadas artificialmente — fumaças, gás, etc. — conseguindo assim progredir pelos pontos discontínuos reconhecidos preliminarmente.

Tal continuidade é particularmente difícil de se realizar nos pontos de contacto de unidades diferentes, os quais deverão sempre merecer especial atenção do Comando que regulará as condições em que se deverá fazer a **ligação dos fógos**.

E' preciso também que a barragem geral seja suficientemente **densa** para deter o inimigo sejam quais forem as condições em que se apresente. Deverá essa densidade ser uniforme em toda sua extensão? Certamente que não. Será mais forte nos pontos onde tenha o inimigo maiores possibilidades de ataque, tanto por lhe favorecer o terreno como pelas informações obtidas sobre o adversário. O defensor deverá porém ficar em condições de poder regulá-la, segundo os acontecimentos, prevendo para as partes mais importantes da barragem, concentrações de fogo momentâneas.

Enfim, a barragem geral deve ser suficientemente **profunda**, para que o inimigo não possa atravessá-la de surpresa e afim de que seus efeitos sejam suficientes para detê-lo: os efeitos duma barragem dependem do **tempo durante o qual o inimigo é à mesma submetido**.

Esta profundidade não deverá atingir o alcance total das armas da Infantaria, porque então seria realizada com prejuízo da densidade necessária.

Concebe-se porém, que poderá ser reduzida quando ao obstáculo fogo se reunirem obstáculos naturais ou artificiais, que retardem a progressão do assaltante e o mantenham durante maior tempo sob os efeitos da barragem geral. Veremos no decorrer de nossos estudos que a presença de tais obstáculos se tornou necessária, na defensiva sem idéia de recuo, após o aparecimento dos engenhos blindados.

Para se ter uma idéia dos limites máxima e minima aceitáveis para a barragem geral, é preciso determinar inicialmente quais os fogos que estamos em condições de criar.

b) — A barragem geral é uma barragem mista de fôges de Infantaria e Artilharia (Fig. 1), completada pela barragem principal contra carros.

Ora, o limite curto da Artilharia do defensor se detém a cerca de 200 ms. na frente da linha principal da posição de resistência.

Toda barragem cuja profundidade não ultrapassar 200 ms. só poderá ser uma barragem de Infantaria.

E' preciso também levar em conta o tempo necessário para o desencadeamento dos tiros, tempo morto durante o qual o assaltante, explorando o fator surpresa, terá geralmente a possibilidade de atravessar uma certa parte da barragem prevista, o que impõe para a mesma uma profundidade mínima que se pode estimar em 500 ms. ou 600 ms.

Em conclusão, a barragem geral é constituída:

- pelos fôgos das armas de Infantaria (F. M., Mts. morteiros, canhões e granadas).
- pelos fôgos da Artilharia.
- pelos fôgos das armas contra carros.
- e reforçada por obstáculos naturais ou artificiais.

2) — CRIAÇÃO DA BARRAGEM GERAL

a) — Fogos de Infantaria:

Os fogos de Infantaria capazes de constituir a barragem geral são:

- fogos de frente perpendiculares à L. P.;
- fogos de escarpa obliquos em relação à L. P.;
- fôgos de flanqueamento paralelos ou sensivelmente paralelos à L. P.

E' evidente que os fôgos mais eficazes e mais suscetíveis de dar à barragem de fogo a necessária densidade são os de flanqueamento. Esta asserção poderia levar a que a barragem de fogo fosse sómente com os mesmos constituída. o que seria um êrro porque, sobre a pressão do assaltante, o elemento que fornece tais fôgos não estando protegidos de frente contra este último, será tentado a abandonar prematuramente sua missão de fogo para fazer face ao perigo que o ameaça diretamente. Dizemos prematuramente porque mesmo na organização ótima, haverá situações nas quais o defensor submergido pelo assaltante será obrigado a recorrer a **fôgos de proteção pessoal**. Torna-se necessário, pois, retardar o mais possível o momento em que isso se dará, protegendo com fôgos frontais M N os defensores encarregados de fornecer os de flanqueamento F G (Fig. 2)

Por outro lado, a realização de tais fôgos de flanqueamento exige que as armas que os fornecem sejam colocadas nas proximidades da L. P. A fim de evitar um acumulo excessivo de armas nas proximidades da L. P., surge desde logo a necessidade de **escalonar em profundidade** à retaguarda da L. P. as armas encarregadas de fornecer os fôgos da barragem geral para evitar vulnerabilidade excessiva. Veremos no decorrer deste estudo que o escalonamento em profundidade das armas da defesa satisfaz a outros desiderata não menos imperiosos.

Além disso, o revolvimento do terreno resultante do tiro de preparação da Artilharia inimiga criará ângulos mortos

imprevistos que não poderão ser batidos pelos fôgos de flanqueamento, sendo então justificável o emprêgo dos fôgos de escarpa ou frontais.

Finalmente, o emprêgo exclusivo dos fôgos de flanqueamento acarretaria uma diminuição na profundidade da barragem geral em consequência do limite do alcance eficaz das armas atuais — (Fig. 3).

b) — Fôgos de Artilharia

Seria evidentemente ideal que em toda sua largura e profundidade, menos na zona de segurança A B O P (Fig. 4), fosse mista a barragem geral. Pelo menos seria desejável que a barragem de Artilharia fosse contínua em largura e colocada em O·P S T. principalmente no que concerne à Artilharia leve, porquanto para a pesada a zona de segurança vai até 500 metros.

Infelizmente a defesa não possuirá sempre os grupos de Artilharia necessários para realizar semelhante barragem contínua.

Como remediar esta insuficiência?

A barragem de Artilharia será descontínua, estabelecida tanto nos pontos em que os fôgos de Infantaria não tenham a densidade ou a profundidade suficientes, quanto, principalmente, nos pontos da barragem onde o inimigo tenha maiores possibilidades para o ataque.

Ela reforçará ou prolongará a barragem da Infantaria. Além disso, deve ser essencialmente flexível e susceptível de ser aplicada instantaneamente em um certo número de pontos da barragem geral, devendo porém uma ordem de urgência ser fixada pelo Comando (Fig. 5), para o caso duma pressão simultânea em toda a frente.

3. — EXECUÇÃO DA BARRAGEM GERAL

Concebida e preparada a barragem geral, quando e como vai ser posta em ação?

Deve ser desencadeada logo que o assaltante ultrapasse a orla exterior.

De dia e com tempo claro o problema é muito simples: para que os fôgos se desencadeiem oportunamente, basta que se organize a observação da zona na qual se colocará a barragem geral e que o resultado desta observação seja imediatamente transmitido aos órgãos interessados. Cada elemento

organizará, portanto, por sua própria conta um serviço de observação em condições de permitir a execução das missões que lhe estão afetas, o que exigirá um sistema de ligação e transmissões que lhe permita e aos vizinhos os flanqueamentos previstos caso tenham sido já fornecidos. Vê-se, pois, que a criação da barragem geral comporta não sómente a organização de certo sistema de fogos bem coordenados, como o estabelecimento dum sistema de observação combinado com um de ligações e transmissões em condições de permitirem a execução dos fogos previstos.

A noite ou com tempo nublado — cerracão, fumaça, poeira, etc. — o problema se complica.

Para desencadear a barragem geral desde que o inimigo atravesses a sua orla exterior será preciso estabelecer nessa orla ou o mais perto possível dela um serviço de vigilância capaz de alertar os órgãos interessados pelo intermédio do serviço de vigias colocado perto desses órgãos e dum sistema de sinalização previsto. Será ainda o executante quem desencadeará a barragem geral, mas em lugar de ser feito à vista, o desencadeamento se efetuará automaticamente, cada arma atirando cegamente, desde que se dê o sinal de alerta, em cumprimento, assim, à missão de fogo prevista.

Em geral, o processo será o seguinte:

O elemento atacado, alertado pelo seu pessoal de vigilância e vigias, desencadeará os fogos e solicitará aos vizinhos os flanqueamentos previstos.

Tratando-se sómente duma patrulha ou dum fraco reconhecimento inimigo nenhuma providência tomará o escalaço superior.

Tratando-se de golpe de mão ou de ataque mais importante certo número de postos vizinhos serão diretamente interessados e cada um agirá como o posto do caso precedente. A Secão ou as Secções de metralhadoras, ao verem os pedidos de tiro dos postos cuja frente lhes incumbe bater abrindo o fogo, ao mesmo tempo que os Comandantes encarregados da defesa da zona interessada (geralmente os Comandantes de pontos de apôio) poderão julgar, segundo o número de postos atacados, se chegou ou não o momento de desencadear a barragem geral sobre sua frente.

E' indispensável, neste caso, organizar um sistema de sinalização impecável mais amplo possível. A melhor sinalização na zona de frente é a baseada no emprêgo dos artifícios,

etc., etc. — os estafetas e a ótica são muito lentos, o telefone muito vulnerável, os meios radioelétricos raros.

Mas os artifícios podem não ser vistos o que obriga à confirmação dos sinais por outros meios de transmissão que no momento se disponha.

No momento a radiofonia satisfaz a essa necessidade.

Tais fôgos desencadeados automaticamente à noite ou de dia, com cerração, fumaça, etc., têm fatalmente duração limitada, regulada a priori e comportando, se necessário, variações de cadência ou interrupções sistemáticas. Deve-se poder repeti-los a novo sinal de "pedido de Barragem Geral".

Pelo contrário, de dia, com tempo claro, a duração da barragem de Infantaria só é limitada pela existência dos objetivos que a justificam.

E' preciso não esquecer porém que um fogo de barragem executado numa frente de 600 metros por um grupo de Artilharia exige para ser eficaz, velocidade de 8 tiros por boca e por minuto; tal velocidade de tiro não pode ser mantida além de 5 minutos. Conseguintemente para a Artilharia, 5 minutos representam a duração máxima duma barragem.

Para a Infantaria, afim de não acarretar um gasto de munição excessivo será prudente não exceder de 5 minutos esta mesma duração.

4 — COMO GARANTIR O FUNCIONAMENTO CERTO DA BARRAGEM?

A criação da barragem geral bem como o desencadeamento dos fôgos que a constituem se acham agora garantidos.

E' preciso, então, preparar-lhe funcionamento certo e o mais correto possível em todos os casos.

Isto se conseguirá:

a) — PROCURANDO DISSOCIAZ O INIMIGO ANTES QUE ELE ATAQUE:

Deixar o assaltante atingir a orla exterior da barragem geral sem procurar preliminarmente dissociá-lo, desde que ele se descubra às vistas e tiros do defensor além dessa orla, seria facilitar a tarefa do adversário permitindo-lhe reconhecer a posição de resistência, tomar o contacto, envolvê-la com seus fôgos, preparar o ataque, enfim abordá-la em condições mais favoráveis.

Torna-se, portanto, necessário que o assaltante seja tomado sob o fogo duma parte pelo menos das armas da defe-

sa desde que o mesmo possa ser atingido pelo tiro dessas armas. Isto competirá inicialmente à Artilharia que deverá prever um certo número de tiros de deter ou tiros de contra preparação, além da orla exterior da barragem geral (Fig. 6).

Dessa ação certas armas da Infantaria devem também participar, convindo explorar ao máximo o alcance não só das metralhadoras como dos morteiros e obuses.

Quererá isso dizer que todas as metralhadoras da P.R. participarão dessa ação longínqua, prelúdio do combate defensivo?

Não. Porque seria descobrir com antecedência o sistema de defesa arriscando-se a ver o assaltante destruir, sistematicamente, antes do ataque, senão todas as armas, pelo menos as mais perigosas para Ele. Em princípio, os fôgos longinuos (tiros sobre o desembocar do sistema de P.A. e tiros escalonados) da Infantaria serão fornecidos pelas armas que não irão desempenhar papel capital na barragem geral e que suficientemente afastadas da L.P.R. se acham menos expostas do que as outras às vistas e aos fogos do adversário. Este afastamento permitirá, em caso de necessidade, ficar para estas armas na execução dos tiros longínquos, posições especiais diferentes da definitiva a ocupar, logo que o assaltante tenha atingido a orla exterior da barragem geral. Mantendo silenciosas até o último momento as armas cuja ação na barragem geral é capital, notadamente as que fornecem os fôgos de flanqueamento e em princípio todas as que estiverem colocadas na parte mais avançada da posição de defesa, realizar-se-á o fator surpresa cuja importância bem conhecida é primordial, ao mesmo tempo que se ficará em guarda contra a destruição prematura dessas armas pelo adversário.

- Tiro de deter duma Bia. (ordem de urgência).
- Tiros longínquos de Mtrs.
- Tiros longínquos dos engenhos de tiro curvo de Infantaria.

b) — **MANTENDO O SEGREDO DO DISPOSITIVO DOS ÓRGÃOS DE FOGO:**

E' indispensável que se tomem medidas de precaução com antecedência para que o inimigo não descubra as armas de defesa antes do desencadeamento do fogo.

E' da mais alta importância subtrair as armas da defesa às vistas do adversário, quer pelo disfarce, quer pela utilização e organização do terreno.

E' preciso impedir também que os aviões inimigos sobre-võem, impunemente, a posição defensiva, o que se conseguirá pela previsão do emprêgo das armas estabelecidas em regra, nas proximidades da linha de deter as quais executarão os fogos de defesa contra aviões.

Essas armas poderão desempenhar esta missão de fogo de posições especiais diferentes das que ocuparão definitivamente por ocasião do combate.

c) — PREVENDO A SUBSTITUIÇÃO DOS ENGENHOS DE FOGO DESTRUÍDOS PELO INIMIGO:

Antes de atravessar a barragem geral, o assaltante se esforçará por destruir, no decorrer da preparação do ataque, todas as armas da defesa que tenha conseguido assinalar.

A barragem geral ficará, então, enfraquecida. Para repô-la com seu valor torna-se necessário prever a substituição das armas e pessoal destruídos pelo assaltante antes do ataque.

Ora, a experiência mostrou que, nesta fase de combate, todo movimento de certa importância é impossível no interior da P R. Não se poderá, pois, substituir os elementos destruídos pelo fogo do adversário, no decorrer da preparação, a não ser que se disponha, **em posição**, de elementos semelhantes. Daí a necessidade absoluta, em cada escalão de Comando, de se ter **disponibilidades de fogo**, portanto de reservas que permitam efetuar instantaneamente as substituições necessárias. Mas como, apesar de tudo, essas disponibilidades de fogo são fatalmente muito reduzidas, ressalta o interesse, que há para o defensor, de tomar todas as medidas úteis para garantir, mercê das eventualidades, a execução das missões de fogo importantes, o que se conseguirá, quer confiando uma mesma missão de fogo a órgãos diferentes, quer prevendo certas **concentrações de fogo** eventuais, quer ainda fazendo com que as armas mais afastadas efetuem **superposições de fogo** nas partes mais importantes da barragem de fogo.

d) — APROVEITANDO AO MAXIMO AS PROPRIEDADES DO TERRENO E PROTEGENDO OS ÓRGÃOS DE FOGO COM OBRAS DE FORTIFICAÇÃO.

Além das destruições efetuadas antes do ataque, os efeitos de **neutralização** procurados pelo adversário, no decurso mesmo do ataque, poderão impedir a execução de certo número de fogos no momento em que forem mais necessários. Far-se-á frente a esta eventualidade, aproveitando ao máxi-

mo as propriedades do terreno no qual se estabelece a P R, tendo em vista escapar, principalmente à observação inimiga. Vê-se, assim, a importância que tem a escolha do terreno no qual vai ser estabelecida a P R, bem como a sua organização judiciosa. Voltaremos a este assunto.

5 — COMO ENCARAR A VIOLAÇÃO DA BARRAGEM GERAL, PELO INIMIGO?

E' necessário prever a hipótese mais desfavorável, isto é, a penetração do inimigo na posição de resistência e a maneira de detê-lo para, apesar de tudo, desempenhar a missão defensiva imposta.

Admitamos que tenha o adversário obtido na nossa frente, um sucesso local, rompendo parcialmente a barragem geral e feito uma brecha V X y Z na posição de resistência A B k R (Fig. 7).

Os flancos F mantém-se solidamente, mas estão ameaçados de serem atacados na retaguarda pelo inimigo que atingir o fundo da bolsa V X y Z e suscetível de ser ulteriormente reforçado. Torna-se necessário impedir esta ação. Como? Criando imediatamente no interior da posição nova barragem de fogo que se ligará em V L e Z P à barragem geral existente inicialmente. Ora, para que a constituição dessa nova barragem de fogo seja rápida e que os fogos encarregados de fornecê-la sejam eficazes, é necessário que tenha sido prevista e que o Comando conte, nas posições, com disponibilidades de fogo em condições de desempenharem as novas missões.

Com esse objetivo, cada escalão do Comando deve procurar com antecedência, à retaguarda da sua zona de ação, as linhas do terreno favoráveis à constituição imediata de nova barragem de fogo: as linhas que se apresentarem mais ou menos paralelas à L P inicial — F X y F, por exemplo, constituirão as linhas suscetíveis de substituir em caso de necessidade a L P submersa; as linhas oblíquas em relação a primitiva L P, tais como V X ou y Z, constituirão eventualmente as diagonais de fogos suscetíveis de ligar entre si as partes intactas da L P inicial à L P eventual, constituindo separações de fogo. Dever-se-á, portanto, colocar com antecedência na proximidade dessas linhas, disponibilidades de fogo, isto é, reservas aptas a desempenhar imediatamente as missões de fogo necessárias. Não se deverá esquecer a inexequibilidade de movimentos de grande envergadura na zona atacada nesta fase do combate e que sómente as reservas locais repartidas com antecedência no terreno estarão em condições de atacar.

As linhas tais como F X y F serão, sempre que possível, ocupadas com antecedência pelas armas e pelo pessoal encarregado eventualmente de defendê-las. Esses elementos constituem o que podemos denominar de **garantia** do Comando local que à mesma interessa.

Podem essas linhas algumas vezes ser o suficiente para se estabelecer a continuidade da barragem — os fôgos fornecidos por X se ligarão aos fornecidos por V, os de y se ligarão com os de Z. As outras linhas do terreno tais como V Q ou y Z, cuja importância é menor e a ocupação problemática, só serão ocupadas no momento necessário pelas reservas locais estacionadas na sua proximidade. Essas reservas são as que se podem denominar de reservas propriamente ditas do Comando local interessado. São elas que garantem a substituição dos engenhos de fogo destruídos pelo inimigo.

Suponhamos que o inimigo seja detido por esta nova linha de fogo V X y Z. Estará a missão terminada? Não, pois o inimigo atravessou na frente V Z a linha que a defesa tinha a missão de interdizer. Devemos, portanto, esforçar-nos para reconquistar a linha V Z e ai instalar meios de fogo suscetíveis de reconstituir a barragem geral dando-lhe a sua primitiva integridade.

E' o fim do **contra-ataque imediato**, previsto e preparado com antecedência e cujo objetivo será limitado à reocupação da linha VZ e cujo fim, repetimos, será a reconstituição da barragem geral inicial na frente de toda L P.

Frizemos, porém, desde já, que este contra-ataque só será possível se o inimigo tiver sido previamente imobilizado pelos fôgos provindos de V X y Z.

Será sempre possível tal contra-ataque imediato?

Certamente que não. Na maioria dos casos todas as tropas imediatamente disponíveis serão absorvidas pela missão absolutamente primordial que consiste em estabelecer uma nova barragem de fogo contínuo na frente V X y Z, e nada sobrará para executar o contra-ataque.

Só se contra-atacará depois que a continuidade da barragem tenha sido restabelecida e que, isto conseguido ainda se tenha unidades reservadas. Nada se perderá em insistir sobre esse princípio: **reconstituir antes de tudo uma barragem de fogo contínuo**.

Sendo o contra-ataque possível por se dispôr ainda de reservas, é aconselhável sempre executá-lo?

Não. E' preciso examinar-se o terreno, a situação, inimigo detido já algum tempo ou não, e o efetivo disponível dão possibilidades de sucesso; se não houver certeza, melhor será na maioria dos casos, renunciar a esta ação e empregar as reservas para reforçar a barragem V X y Z ou dar-lhes outra missão de fogo.

Suponhamos, agora, que em toda extensão da nossa frente tenha o assaltante obtido um sucesso inicial importante, permitindo-lhe atravessar a barragem geral e apossar-se dum a parte bastante profunda da posição de resistência.

Que se fará? Vai o defensor esforçar-se para retomar partes da posição conquistada pelo inimigo?

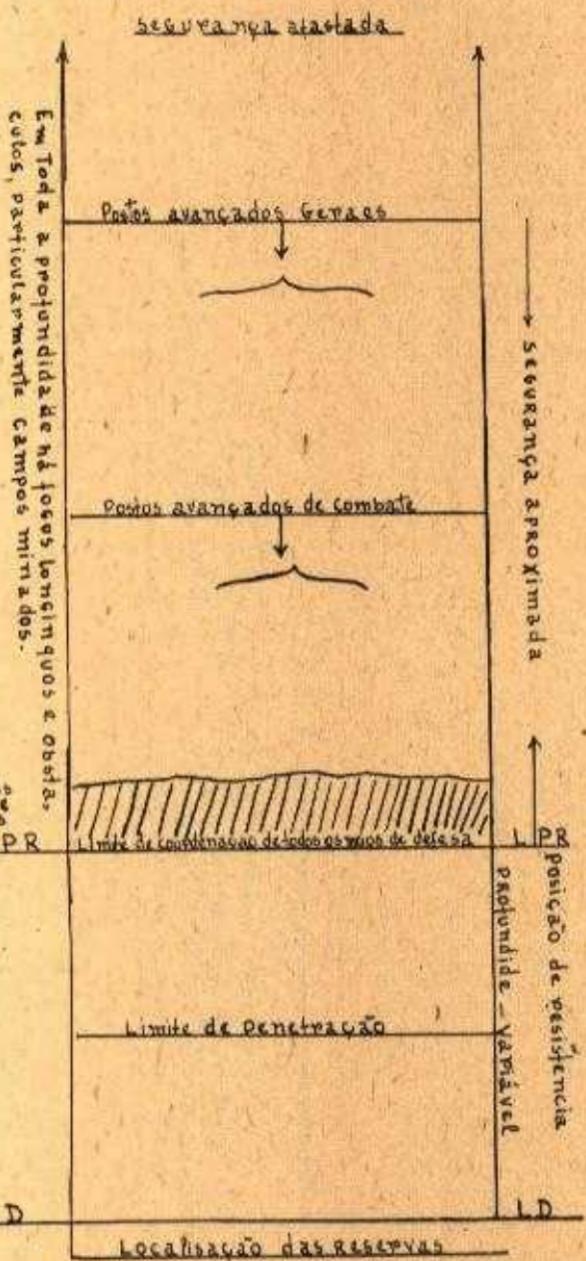
Pode ser; mas, como acabamos de dizer, é preciso inicialmente detê-lo pelo fogo, isto é, criar imediatamente em toda extensão da nossa zona de ação uma nova barragem de fogo destinada a substituir a barragem geral destruída. Como no caso precedente e com mais forte razão, porquanto o insucesso inicial é mais completo, esta nova barragem de fogo só será eficaz e rapidamente criada se tiver sido prevista e se as tropas encarregadas de constitui-la estiverem nas posições. Esta necessidade impõe, em todos os escalões, a obrigação de escalonar as forças em profundidade e de prever certo número de barragens secundárias ou cortinas de fogo (tiros interiores) suscetíveis de substituirem integralmente a barragem geral. Essas barragens secundárias ou cortinas de fogo serão criadas pelos elementos da defesa colocados na parte posterior da zona de ação interessada, ficando bem claro que, em princípio, tais elementos — na totalidade ou em parte — cooperarão primeiramente na barragem geral.

Essas barragens interiores são em número limitado.

São tanto quanto possível constituidas nos escalões companhia, batalhão e regimento. E' na frente duma delas que se restabelece a barragem V X y Z — na parte X y — da qual anteriormente fizemos alusão quando falamos da penetração do inimigo numa frente restrita da posição. Mas, como a posição a defender tem uma profundidade limitada e reduzidos seus efetivos, e deva ser defendida até o sacrifício, é preciso que o Comando, em cada escalão, dê a conhecer a linha do terreno que deverá ser defendida a todo custo em caso de insucesso, porque será na sua frente que deverá ser estabelecida a barragem interior mais importante.

A maior parte da Artilharia da defesa deve estar em condições de intervir no interior da posição de resistência e con-

Gráfico do dispositivo dos elementos constituintes do
completo defensivo na GU.



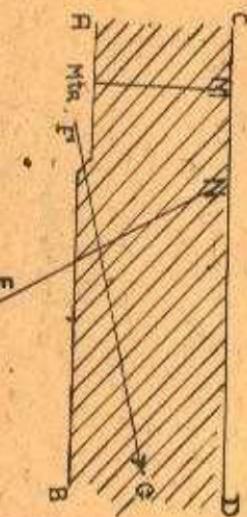


Figura 2



Figura 1



Figura 3



Figura 4

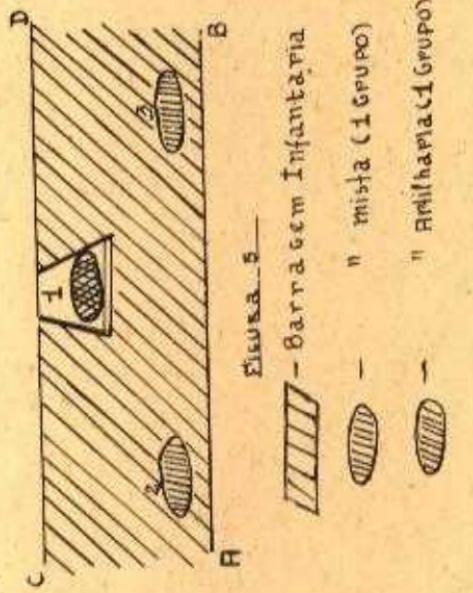
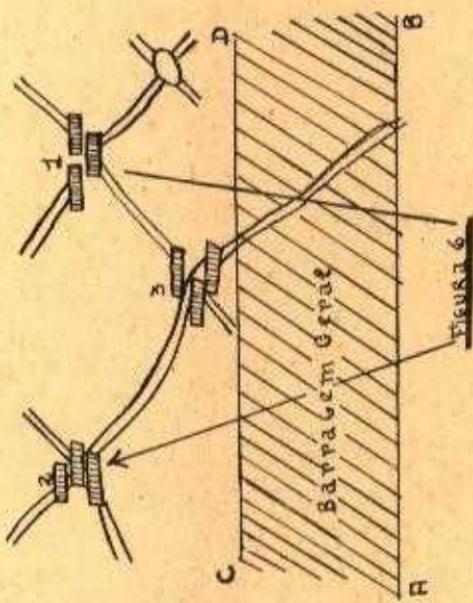
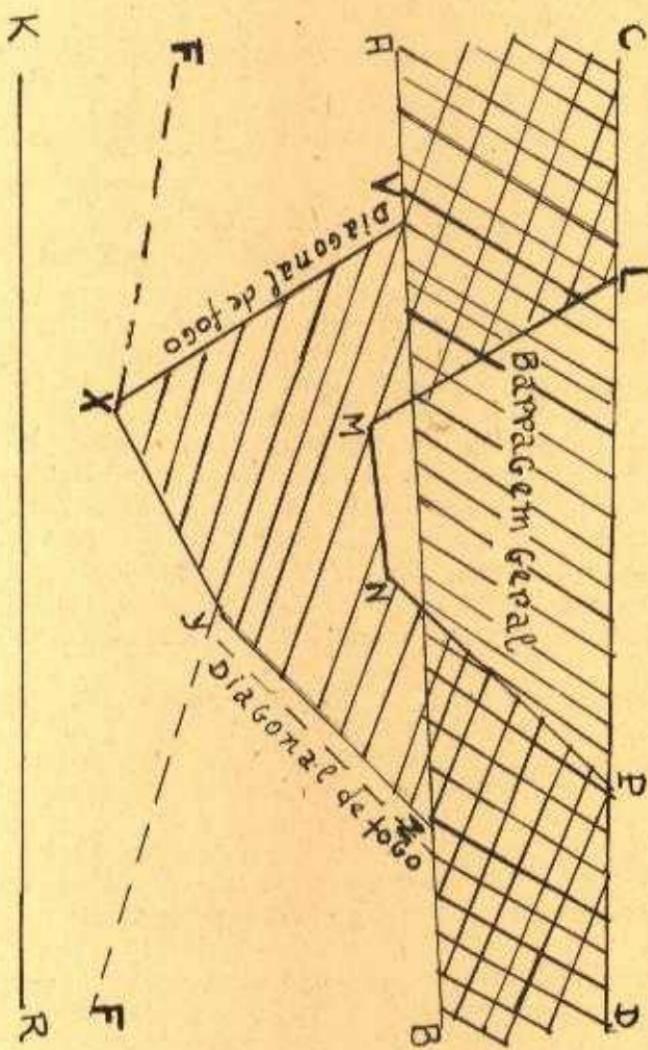


FIGURA 2



se quentemente reforçar em certos pontos as barragens interiores. Como para a barragem geral, são determinadas com antecedência as barragens parciais que a Artilharia deve fornecer nesta eventualidade bem como a ordem de urgência dessas barragens.

6. — ELABORAÇÃO DO PLANO DE FOGOS DEFENSIVOS

Tem-se o propósito, neste estudo, de abordar os pormenores do fogo defensivo da Infantaria.

Concebe-se facilmente que a criação e manutenção da barragem geral, bem como os fogos diversos que **precedem o seu desencadeamento**, fogos que enquadram ou que substituam a barragem geral, se necessário, exigem numerosas previsões, reconhecimentos minuciosos do terreno e cuidadosa preparação, comportando consequentemente, em todos os escalações do Comando, a elaboração dum **plano de fogos** concebidos com antecedência, estudado em seus pormenores e pronto a ser desencadeado imediatamente.

E' preciso bem compreender que um **plano de fogos** não se improvisa ou pelo menos que seu valor está na razão direta do tempo e dos cuidados que se poude consagrar à sua elaboração.

E' preciso não esquecer que muitas horas são necessárias para colocar fogos coordenados, isto é, para adaptar estreitamente êsses fogos ao terreno, explorar ao máximo a capacidade das diversas armas e garantir a proteção recíproca das mesmas, para organizar a rede de vigilância do terreno e a de observação indispensáveis ao desencadeamento do fogo em tempo oportuno, para estabelecer as ligações e transmissões o código de sinais à êsse desencadeamento, para constituir finalmente os centros de remuniciamento.

A elaboração do plano de fogos só pode, portanto, ser feita em bôas condições fora do contacto inimigo e exigirá geralmente que o defensor interponha momentaneamente entre o adversário e a posição de resistência a organizar, uma posição de defesa intermediária constituída por um **Sistema de Postos Avançados** cuja missão inicial será fazer perder tempo ao inimigo, para o defensor elaborar seu plano de fogos e reforçar seus efeitos pela organização do terreno.

Quando a P R estiver pronta, a missão de resistência inicial dada aos P A, poderá ser substituída por uma missão de

vigilância: alertar a tropa da P R e dar-lhe o tempo necessário para ocupar suas posições de combate.

E' preciso ressaltar que as missões de fogo de que acabamos de falar não poderão ser desempenhadas unicamente por uma só arma: o número de armas de que poderia dispôr a defesa não seria suficiente.

Deve confiar-se a cada arma diversas missões de fogo e colocá-la em condições de cumprir as missões dadas, quer da própria posição de combate, quer duma posição vizinha. Para evitar toda confusão, deve-se sempre precisar a missão principal de fogo de cada arma e fixar a ordem de urgência das missões secundárias. Geralmente a missão principal de fogo será a que visa criar a barragem geral. Além disso, essas missões serão quasi sempre repartidas no tempo. Uma boa execução do plano de fôgos exige que sómente um número limitado de missões de fogo — 3 a 4 no máximo — sejam confiadas a cada arma.

Na repartição dessas missões de fogo, cada arma deve ser encarregada de executar as que melhor convenham às suas qualidades intrínsecas. As metralhadoras serão encarregadas, em princípio, das missões que exigem precisão, alcance e velocidade de tiro: fôgos de flanqueamento ou de escarpa, tiros longínquos, tiros por cima das tropas.

Aos F M serão confiados as missões de fogo a executar a pequenas e médias distâncias: fôgos frontais, fôgos de proteção às metralhadoras, fôgos de ligação entre as unidades. Completarão as malhas da rede de fôgos já constituída pelas metralhadoras.

Os engenhos de tiro curvo e os obuzes completarão essa rede de fôgos visando principalmente os pontos do terreno que escapam à trajetória tensa das metralhadoras ou reforçando-os em certos trechos importantes.

As outras armas: fuzis, granadas, baionetas, atuando sómente à pequena distância, têm sobretudo por finalidade proteger as armas precedentes no caso de irrupção na posição de resistência.

Pode-se fixar, como se segue, a ordem de operações na organização dos fôgos dum sistema defensivo:

1) .— Determinação da barragem geral e após as barragens interiores e os fôgos longínquos, isto é, a determinação da zona sobre a qual deve ser aplicada cada uma dessas barragens ou fôgos;

2) — colocação dos fôgos das Mtrs., F M e engenhos de tiro curvo e obuzes — compreendidos os da Artilharia de apôio direto; fixação da missão principal e das missões secundárias, após, se for preciso início do fogo, duração e regime dos tiros, enfim as condições de desencadeamento dos fôgos;

3) — locação das armas de Infantaria para que realizem esses fôgos ou protejam os encarregados de realizá-los;

4) — estabelecimento do plano de observação e de vigilância, do plano de ligação e transmissões e do plano de remuniciamento;

5) — proteção de tôdas as armas por entrincheiramentos;

6) — proteção dessas trincheiras por obstáculos.

Como se vê — nunca será demais insistir sobre este ponto — colocam-se primeiro os fôgos duma arma, isto é, fixa-se a zona onde esta arma deve atirar; só apos, em função da missão de tiro que tenha de executar, é que se coloca a arma; noutras palavras, determina-se sua posição no terreno.

E' bem certo que o plano de fôgos de Infantaria que pode ser desencadeado de modo eficaz no momento do ataque inimigo, não é exatamente aquele que foi preparado antes do combate. Os efeitos do bombardeio inimigo produzem sempre destruições mais ou menos importantes da organização prevista do material e pessoal, e modificações nas condições do terreno.

Torna-se necessário, portanto, fazer face aos acontecimentos por uma descentralização bem acentuada do Comando. O plano de fôgos previsto deve, com efeito, ser readjustado, nas interrupções do combate, em função das destruições e das perdas. Ora, só as pequenas unidades — companhias, pelotões — têm possibilidades de Comando direto, e uma flexibilidade que lhes permitem atuar vantajosamente até o fim para defender sua posição e permanecer ligadas às unidades vizinhas.

Sómente seus Chefes estão em condições de prescrever e de executar imediatamente as medidas impostas pelos acontecimentos e notadamente as modificações que será preciso fazer no plano de fôgos para que o mesmo mantenha toda sua capacidade.

Longe de levar o defensor a duvidar da necessidade duma organização cuidadosa dor fôgos, este carácter precário e infinitamente variável do plano de fôgos deve incitá-lo, pelo

contrário, a prevêr e a preparar os pormenores, de modo que todas as modificações, se necessárias, no decurso do combate, possam ser efetuadas ao menor tempo possível e nas melhores condições.

Em resumo, no que interessa aos comandos prescrever, teremos:

1.º) — REGIMENTO

O plano de fôgos do regimento é uma das partes da ordem de defesa e deve conter:

- missões de fôgos longínquos, para metralhadora e morteiros;
- distribuição dos fôgos dos obuzes e da Artilharia de Apôio e de todas as armas à disposição do regimento;
- missões iniciais, para os petrechos pesados da reserva;
- colocação inicial e missões da companhia anti-carros;
- instruções apropriadas e sinais convencionados para assegurar o desencadeamento imediato e preciso dos fôgos previstos.

2.º) — PLANOS SUBORDINADOS

O Cmt. do R I revê os planos de fôgos dos Btl's, prestando atenção à coordenação dos fôgos nos limites e às concentrações de Artilharia solicitadas; certifica-se, também, quanto à distribuição das metralhadoras em profundidade, nos quartéis e que algumas metralhadoras sejam colocadas para tomar de flanco quaisquer penetrações inimigas, visando pontos críticos do Sub-setor. Certifica-se de que os fôgos dos obuzes, da Artilharia e dos morteiros bate os pontos críticos, os ângulos mortos ou os pontos que se encontrem fora do alcance de apôio de outras armas.

O plano de fôgos do comandante da Cia. anti-carro faz parte do plano de defesa contra carros do Sub-setor. Este plano é revisto e modificado, se necessário, pelo comandante do regimento para assegurar-se de que:

a) — os fôgos das suas armas e os dos Btl's. sejam coordenados para a defesa da zona imediatamente à frente da posição de resistência.

b) — os fôgos de todas as armas anti-carro do regimento sejam coordenados com o local dos obstáculos naturais e artificiais contra-carros e campos minados e, ainda, com os fôgos das armas anti-carros das unidades vizinhas e de unidades superiores, à retaguarda.

3.º) — FOGOS DE ARTILHARIA

O Plano de fôgos da Artilharia é preparado pelo comandante de forma a favorecer o plano de defesa regimental.

O Plano de fôgos é baseado, em grande parte, nos pedidos de fogo dos batalhões que ocupam os quarteirões e inclue o seguinte:

- a) — barragens fixas, para a defesa aproximada da linha principal de resistência;
- b) — fôgos barrando as vias de acesso à posição;
- c) — outros fôgos, à frente da L P R, tais como fôgos de apóio em proveito dos postos avançados;
- d) — fôgos de contra-preparação, incluindo concentrações nas prováveis zonas de reunião do inimigo;
- e) — fôgos no interior, incluindo os de apóio aos contra-ataques.

AGENTES NO INTERIOR

PRECISA-SE PARA REALIZAR VENDAS NO VAREJO, DE BIJOUTERIAS, COMO SEJAM : BRINCOS, ANÉIS, BROCHES, PASSADORES, PENTES, CANETAS TINTEIRO, etc. AOS PRETENDENTES QUE ME PEDIREM REMETEREI UMA PEQUENA QUANTIDADE COMO AMOSTRA E INÍCIO DE NEGÓCIO, NO VALOR DE Cr\$ 100,00, CUJO PAGAMENTO DEVERÁ SER FEITO AO CORREIO NA OCASIÃO DA MERCADORIA.

PEDIDOS PARA : O. MARQUES — CAIXA POSTAL 4497 —
RIO DE JANEIRO.

**"SAL DE FRUCTA"
ENO**

combate a prisão de ventre, eliminando os tóxicos do organismo. Eno dá bom humor diário. Mas só em vidros é "Sal de Fructa"?



Antiácido
alcalinizante



A 4.^a SECÇÃO NA CAMPANHA DA ITÁLIA

Ten. Cet. SENNA CAMPOS

Do E. M. da 1.^a D. I. E.

(Continuação)

VI

Quatro meses no Reno

A 4.^a Secção agora, completa e instalada, procurou cumprir, dentro do possível, as atribuições que lhe cabiam, na assistência material constante da tropa empenhada. Assim, todos batiam às suas portas quando desejavam: equipamento do combatente; alimentação sadia, quantitativa e qualitativa; protecção contra as intempéries; deslocamentos mais rápidos de efetivos, de um ponto para outro; disfarce das posições e dos homens; reforçamento defensivo dos entrincheiramentos; circulação metódica e eficiente à retaguarda das primeiras linhas; aumento de dotações de armamento, munições e equipamento de toda espécie; evacuação e assistência aos feridos e doentes; enfim, tudo aquilo que a 3.^a Secção imagina para o melhor desempenho de sua missão é encontrado dentro das atribuições da 4.^a Secção.

E por isso, nunca pararam de tilintar os telefones, nem se fecharam as portas da G. 4, aos que desejavam mais material, mais alimento, mais munição, mais conforto e mais segurança.

Quantas vezes um simples tenente, comandante de pelotão, valendo-se da excelência das transmissões, punha-se em ligação direta com a 4.^a Secção, para pedir ou reclamar, queixar-se ou emitir opinião. Sentia como era natural, a reação pelo processo errado de seu procedimento, mas não ficava sem eco o problema lançado, uma vez que tudo era levado em consideração.

A 4.^a Secção de uma Divisão está, no quadro geral, como o ponto de convergência de todas as varetas de um vasto leque que conta com um número superior a 15 elementos distintos.

E, nesse vertice, onde se faz a triagem, julga-se e balançea-se a série de problemas que traduzem os interesses de muitos, aí deve haver um certo equilíbrio e um pouco de ponderação, porque cada uma das varetas julga-se única e só, no conjunto das atividades e por isso mesmo quer para si, únicamente, toda a atenção e todo o auxílio possíveis.

Dai, os componentes de uma 4.s Secção devem ser calmos, bem humorados e dotados de grande espírito de renúncia, para que sirvam, de modo aceitável, à tropa em accão e aos companheiros que, mais de perto, sentem os efeitos do combate.

Serviço de Intendência

O S. I. destacou-se, entre os demais, pelas suas atividades diárias e ininterruptas, para alimentar, vestir, aquecer e transportar o efetivo da 1.^a D. I. E., assim como, atender, algumas vezes, o Depósito de Pessoal.

A luta contra a neve e o frio

O S. I. forneceu à tropa, todas as roupas especiais de inverno e materiais para uso na neve, assim como estufas e artigos diversos das dotações estabelecidas e extra dotações, numa preocupação constante de assistir ao homem, na emergência de queda de neve e de temperatura baixa.

Graças a sua atividade, toda a nossa tropa pôde enfrentar o frio com relativa superioridade de meios, de origem brasileira e principalmente americana.

As distribuições, dentro das dotações estabelecidas pela 4.^a Secção, foram feitas com presteza e regularidade, visando-se com isso, o bem estar da tropa empenhada.

Apezar de recomendações e referências diversas sobre as intempéries, comuns à península italiana, chegamos ao Teatro de Operações, relativamente desaparelhados, pois os nossos uniformes não estavam de acordo com o clima agressivo da Europa.

O tipo e a qualidade, a confecção e o modelo, no geral, não satisfaziam as necessidades da campanha que iríamos empreender. Tivemos que lançar mão de material americano, não sómente quanto ao vestuário, como também relativamente a material de estacionamento. Isso, sem levar em conta o material especializado, que só os americanos dispunham.

Houve peças de uniforme cujo uso foi proibido, pelo seu aspecto anti estético. A aparência bizarra da tropa, com seus uniformes curtos e mal ajustados, por efeito das primeiras lavagens, bem assim da confecção, determinaram providências do

Comando para contornar a situação. O calçado foi outro problema, pois as solas soltavam-se facilmente, embora o adotado fosse de qualidade superior ao que vinha usando o Exército.

Os capotes impermeabilizados não satisfizeram, não só porque vassavam água como também porque os tamanhos eram exagerados para os nossos homens. E assim, uma série de peças confeccionadas no Brasil, foram postas à margem e substituídas por similares americanas, trazendo, em consequência, dupla despesa e sobrecarregando os transportes de ida e volta.

Infelizmente ainda não atingimos a perfeição, relativa que seja, no equipamento de nossa tropa, apezar de dispormos de meios capazes de se obterem artigos de boa qualidade e de confecção aceitável. Ainda temos muito que fazer nesse sentido, para vencer a rotina, pois nem sempre "a economia é a base da prosperidade...".

Já copiamos muita cousa do alemão e do francês. Agora estamos em situação vantajosa para copiarmos o que tem o americano de aceitável, para o nosso Exército. Os tipos de material americano são adotados, depois de muita experiência e de muito dinheiro gasto. Não há improvisações, como é muito do nosso agrado.

Quando desembarcámos em Nápoles, ouviamos, de todos os lados: "são tedescos", porque o nosso uniforme de brim verde oliva, assemelha-se muito ao dos alemães. O próprio uniforme de campanha, em flanela, não permitia uma perfeita distinção de brasileiros e alemães, no campo de batalha.

E sobre uniformes e material de estacionamento, as observações tomariam muito espaço, o que não cabe nesta rápida descrição. Direi apenas que a adaptação da roupa do homem, foi problema difícil de ser levado a efeito na Itália, em face do tempo xíguo e da mão de obra e aparelhamento necessários a tal serviço. Isso veio provar que é preciso modificarmos a nossa configuração e a numeração das peças de uniforme.

Os uniformes americanos para inverno, são de otima qualidade e permitiram, aos nossos homens, suportar, com vantagem, os rigores da temperatura. Esse material era tão importante para os americanos que, ao regressarmos da Itália, todo ele foi evolvido, lavado, desinfetado e seu valor atual, creditado ao Brasil.

Alimentação

O primeiro contacto que a nossa tropa tomou com a alimentação americana, foi a bordo. Embora os nossos cozinheiros au-

liassem a preparação da comida a alguns gêneros brasileiros tivessem reforçado os americanos, a alimentação não saiu a contento.

Logo que chegámos à Itália, começou a aprendizagem dos nossos cozinheiros, nos misteres da preparação dos cardapios de Tio San. Mas os resultados não foram satisfatórios, pois houve sempre uma certa resistência da parte dos nossos e um desperdício de artigos que não eram do agrado de nossa gente. Conseguimos, depois de muitas negociações, trocar alguns gêneros por outros, mais aceitáveis e reforçar os cardapios, com arroz, feijão, farinha e sal, brasileiros, fornecidos três vezes por semana. Esse fornecimento variava com as disponibilidades em nossos depósitos. E com isso não aproveitavamos, em sua totalidade, o valor nutritivo da ração americana, cientificamente dosada. Isso não se verificou, no entanto, com os cigarros, pois os nossos foram relegados a plano secundário, no geral, pela sua qualidade.

Por iniciativa do Serviço de Intendência, foi organizado um curso de aperfeiçoamento de arte culinária, em Pistóia, com o auxílio dos americanos e por onde passaram 150 mestres cuca", com resultados os mais promissores. Inegavelmente a boia melhorou nos arraiais brasileiros, pois foram aprendidos os processos de preparar alguns pratos, pela maneira dos nossos aliados.

A solução do problema alimentar exigiu do Serviço de Intendência e da 4.^a Secção, observação constante e inqueritos seguidos para uma conclusão satisfatória. As questões de espécie e de quantidade deram em resultado providências rigorosas do Comando para pôr fim às reclamações, nem sempre justas, dos escalões subordinados.

O que não resta dúvida é que a alimentação americana é de primeira qualidade e em quantidade bastante para compensar convenientemente o maior esforço de um combatente. A preocupação de bem satisfazer o paladar de sua tropa, leva os americanos a incluir doces de primeira qualidade, galinha e até perus nos dias de Natal e Ano Novo, cousa jamais vista, em qualquer tempo e em qualquer guerra. E dessa forma, nunca uma tropa brasileira foi tão bem alimentada, em qualidade e quantidade, como os componentes da Fôrça Expedicionária Brasileira. E a prova está no aspecto sadio e na boa aparência dos seus componentes, quando, novamente, pizaram solo pátrio.

O receio de interrupção do tráfego, na serra, por efeito da neve, provocou uma medida do 5.^o Exército, quanto à alimentação da tropa e o suprimento de carburante.

Assim, em Le Piève, onde funcionava o Ponto de Suprimento n.º 1, da Divisão, foram estocados 3 dias de "ração C" e 2 dias de "ração B"; cada batalhão e grupo dispunha de um dia de "ração C"; cada Companhia, um dia de "ração K" e cada homem mais um dia K. Além disso dispunhamos de 15 dias de gêneros brasileiros em Pistóia. Dessa forma, em rações, junto à tropa, tínhamos 8 dias de alimentação.

Em Le Piève havia também, 10.000 galões de gasolina, de reserva.

Os R. I., por uma manobra interna, conseguiram armazenar ainda, 2 dias de "ração 10 em 1", mais do agrado da tropa e o S. I., aos poucos estocou, por sua vez, 1 dia 10 em 1, para 1/3 da Divisão.

Com a terminação da neve, veio o trabalho de recolhimento dos estoques de reserva e troca das "rações C", do tipo antigo por um novo tipo, em que entravam o macarrão, a galinha, o presunto e ovos, etc. A gasolina foi consumida, com a distribuição diária.

Suprimento

O engajamento de todo o efetivo da 1.ª D. I. E., no vale do Reno, trouxe ao S. I. o problema da distribuição de classes I e II que, processada em Pistóia, exigia das Unidades um esforço excessivo, sujeitando-as a realizar a entrega dos víveres às cozinhas, durante a noite, em completa escuridão e por estradas difíceis e de má conservação. Como solução foi, inicialmente estabelecido um Ponto de Suprimento avançado, em Valdibura, que mais tarde mudou-se para Le Piève, enquanto que outro recuado, de n.º 2, foi estabelecido, junto a Cia. de Intendência, em Pistóia, para atender às tropas lá sediadas.

Diariamente, entre 7 e 12 horas, processava-se a distribuição às unidades. Entre a entrega do pedido de rações das Unidades. Entre a entrega do pedido de rações das Unidades até o seu consumo pelo homem, eram consumidos três dias, valor do ciclo dos suprimentos.

As peças de fardamento e materiais diversos, foram fornecidos à medida das necessidades e dentre os artigos distribuídos em maior número, figuram em primeiro lugar as meias de lã, num total de 8 pares e os cobertores que se elevaram a 5 por homem. Por aí pode-se avaliar o trabalho de recolhimento de potes e cobertores que, dada a ordem respectiva, representava 15.000 exemplares de cada espécie e de cada vez, pois foram recolhidos de um em um, até o total de três cobertores, ficando

o homem com dois apenas. Levando-se em conta a dificuldade dos transportes, vê se que o S. I. teve um grande trabalho com o desaparecimento da neve, pois entre cobertores e capotes, foram recolhidos 60.000 exemplares. E si pensarmos nos aquedutores e demais peças de uniforme de inverno, os cálculos revelarão um esforço enorme para aliviar a Divisão e prepará-la para as ações ofensiva da Primavera.

Evacuação de mortos

O 1.^o Escalão da F. E. B., improvisou, para o seu serviço, na Itália, um Pelotão de Sepultamento, que teve de estagiari nos órgãos americanos correspondentes, para a sua necessária aprendizagem.

Esse pelotão entrou em funcionamento, a partir do estacionamento de Tarquinia, sepultando nossos mortos no cemitério civil da localidade e nos cemitérios militares de Folonica e Vada.

Com a chegada do 2.^o Escalão, um novo Pelotão de Sepultamento entrou em atividade, em substituição ao anterior.

Já estávamos em ação franca, no vale do Reno, quando o S. I. iniciou os entendimentos com as autoridades americanas para a organização e funcionamento de um Cemitério Brasileiro, em Pistóia. Essa iniciativa resultou em instalar-se o atual cemitério, à margem da Estrada de Candeglia, em terreno cuidadosamente cercado e ajardinado, onde existem quadras para brasileiros e outras para soldados inimigos, todas perfeitamente demarcadas. 451 brasileiros ali repousam, depois do dever cumprido.

A evacuação da linha de frente estava a cargo das próprias unidades que entregavam os seus mortos aos Pontos de Coleta do Pelotão de Sepultamento e este, com suas viaturas de 3 $\frac{1}{4}$ Ton., transportava os corpos para o necrotério, onde processavam-se as normas exigidas pelo trabalho de enterro.

A tomada de Monte Castelo e o encontro de muitos corpos insepultos que ali permaneceram sob a neve, durante os meses que sucederam os combates anteriores à conquista do baluarte alemão, ocasionaram o reforçamento dos meios de transporte do pelotão, a braços com uma sobrecarga decorrente das atividades em curso.

Um novo aspecto surgiu para o serviço, com a presença de "Booby traps", ligados aos corpos dos nossos homens. Estes tinham que ser arrastados, com fios de telefone, como garantia às vidas dos que os iriam transportar à sua penúltima morada.

Lavagem de roupa

Foi instalada, em Pistóia, uma lavandeiria, a cargo dos americanos, para atender às necessidades da 1.^a D. I. E., em fins de dezembro de 1944. Sua capacidade era de um caminhão de roupa, diariamente.

A organização brasileira e os hábitos correntes fizeram, com que pouca utilidade tivesse aquela unidade, pois os Corpos sempre acharam mais vantajoso proceder à lavagem de roupa, por conta e responsabilidade do homem, mediante fornecimento de sabão.

O processo americano exige sacos, marcação de roupas, quantidades e prazos de entrega regulares, etc., tudo em desacordo com os métodos brasileiros.

Seria um serviço novo e trabalhoso a ser montado, dentro de cada unidade e houve a respeito, sempre, uma certa reação contra o sistema que se pretendeu adotar. Alegava-se que a roupa vinha misturada, com atrazo e mal passada, preferindo, cada um o processo da lavanderia, velho sistema do morro do Caçapão...

Dessa forma, a lavanderia não teve a utilização que se esperava, vencendo o ponto de vista das unidades que não enviaram roupa para ser lavada.

Serviço do Material Bélico

A fase Defensiva foi uma das mais trabalhosas para o S. M. B., porque, a quase totalidade da Divisão teve o seu batismo de fogo.

Depois do exaustivo trabalho de receber material americano para atender às necessidades do 2. Escalão, veio o novo problema, de manter a D. I. com as suas características combativas, em boa forma.

As substituições constantes e em alguns casos vultosas de material bélico e o remuniciamento, representaram uma grande soma de esforço, quase sempre realizado de afogadilho e sob a pressão dos acontecimentos.

O S. M. B. esforçou-se para que fossem cumpridas as instruções e recomendações quanto à conservação do armamento e a manutenção das viaturas, fardamento, desde o período de treinamento.

Munições e Armamentos

Quando a 1.^a D. I. E. empenhou-se no vale do Reno, a situação das munições e dos armamentos sobresalentes era desfavorável.

Houve como que uma raspagem de todos os artigos, nos depósitos americanos do Teatro do Mediterrâneo, para equipar o 7.^o Exército que invadiu o sul da França.

As dotações curtissimas originaram medidas rigorosas nos consumos e na substituição de peças e de armas, exigindo medidas drásticas do Serviço correspondente. E com isso, a luta da 4.^a Secção não foi das menores para apurar os verdadeiros gastos e repôr as dotações básicas de munição, consumidas indevidamente. A constituição de "Caixas Baixas" com que cada interessado procurava cobrir-se contra alguma crise de remunicação, foi prática generalizada que colocou a Secção em situação difícil, várias vezes, face aos Comandos brasileiros e americano. Muito concorreu para a constituição desses depósitos, o encontro de grande quantidade de munição abandonada pelos próprios americanos, no teatro da luta, quando mudavam de posição.

O valor dessas "Caixas Baixas" era evidenciado em certas situações como: um Regimento fez reclamações angustiosas sobre munições para morteiro, mas quando teve que se antepôr à acção adversária, em certo momento, atirou tanto, que o consumo revelado na comunicação das 20 horas, foi deveras apreciável; no final da fase defensiva, quando os deslocamentos tiveram que ser feitos em larga escala e em grandes profundidades, o pedido de transportes para munições, revelou finalmente o valor das "Caixas Baixas".

A substituição reparação de armamento também custou muitas telefonemas, recomendações e inspeções, pois, nem sempre, o interesse em recolher o material defeituoso ou inutilizado, estava na razão direta dos pedidos de novos fornecimentos. Mas como nada era substituído sem o material correspondente inutilizado ou então sem o certificado de extravio, entregue ao órgão fornecedor, pode-se bem avaliar o que foi o trabalho para acomodar os interesses burocráticos com o nervosismo natural de certos instantes, de quem tem responsabilidade no conjunto da acção e que vê mais perto o inimigo.

A não familiarização com o funcionamento dos diversos Serviços, dentro da unidade e da Divisão, fez com que fossem verificados fatos como este: um comandante de batalha, recebeu o pedido de determinado armamento, em substituição a similar inutilizado; procedeu de tal forma que, um oficial americano junto a él, tomou conhecimento do assunto e a medida veio à 4.^a Secção, por intermédio do IV Corpo, mas sob a forma de recriação ou estranheza da falta de providências pelo órga-

competente; diga-se de passagem que a 4.^a Secção desconhecia o assunto, porque também o Serviço de Material Bélico, não tinha recebido pedido a respeito; engajado o S. 4 do Regimento na questão, esse informou que o S. 4 do Batalhão dispunha do material em questão e não o tinha fornecido, porque ninguém o havia aacionado a respeito.

O capítulo — *perdas em combate* — constitui um dos mais difíceis a serem encarados pela 4.^a Secção! A passagem de material de uma unidade que era substituída, por outra que estava em posição, sem autorização da 4.^a Secção; o abandono de material nas posições evacuadas e finalmente o extravio em si, deram dôres de cabeça incríveis, que não passaram facilmente, apesar dos analgesicos empregados...

Nem sempre a 4.^a Secção e os órgãos divisionários saíram de cabeça alçada, das fontes fornecedoras de material.

Manutenção

A Divisão brasileira empenhou-se na campanha da Itália, sem o preparo indispensável e sem os reais conhecimentos do trato e assistência ao seu armamento e às suas viaturas.

Uma grande parte dessas falhas corria por conta do descaso e de irresponsabilidade que tiveram acolhida entre alguns componentes da nossa tropa. Espalhou-se a convicção de que o material era de fácil substituição e as despesas com a luta, corriam por conta de ordem rica e bem provida. Esforçaram-se em ignorar que o Brasil estava pagando caro pelo fruto de sua incuria irritante.

Menores foram com o armamento as consequências do desmando e sobre as viaturas caiu o peso dessa grave falta de assistência ao material.

A manutenção dos veículos constituiu assunto capital a cargo do S. M. B.. As recomendações exaustivas distribuídas aos Corpos de Tropa, quer pelo próprio Serviço, quer pela 4.^a Secção, não tiveram a devida execução, porque as partes interessadas não as cumpriam integralmente.

As muitas impostas, as inspeções frequentes e as punições aplicadas diariamente, não constituíram uma providência capaz de coibir os abusos e descaso apontados constantemente às unidades. O que se passava não era mais do que a ausência de uma “mentalidade de manutenção” que é adquire na paz, por meio de muit instrução e devotamento.

O número de acidentes, por infração das regras de tráfego e a falta de manutenção dos veículos, causaram sérios transtor-

nos à vida da Divisão, pois constantemente baixava o seu efetivo em material rodante, enquanto enchia-se o pátio da Companhia de Manutenção, de veículos inutilizados.

A causa principal das faltas cometidas residia na preparação insuficiente dos motoristas, mal selecionados e mal instruídos para o esforço que deles se exigiu. Não basta que funcionem escolas de formação de especialistas; é necessário que os homens, ao entrarem em campanha, tenham um certo tirocínio dentro de suas atividades, como também tomem interesse por suas viaturas, por efeito do hábito, em com elas tratar.

Houve necessidade de formar núcleos de aprendizagem, em plena campanha, para contornar-se o mal. O próprio Depósito do Pessoal levou homens, com a especificação de motoristas, muito fracos nos conhecimentos que deles se exigiu.

A experiência foi adquirida, através de longos dias de grande trabalho e com sacrifício penoso de material e de vidas.

Podemos dizer que, num total de mais de 1.600 motoristas, raros eram os que, sem receio, apresentavam os seus carros a uma inspeção inopinada e simples.

Essa circunstância, agravada com a lama, a neve, a escuridão, a má conservação e traçado difícil das estradas, constitui um problema complicado, a ser contornado, na campanha do vale do Reno.

Enquanto isso, a Companhia de Manutenção, em Pistóia, não dava vésão às reparações que dela se exigia. Mas a luta não fez baquear os responsáveis pela eficiência dos transportes.

E é justo que se diga-se a Divisão brasileira teve pleno sucesso em sua atuação, não foi pela nítida compreensão da necessidade indispensável de bem cuidar do seu material, por parte dos seus detentores diretos; antes, teve em parte o cumprimento de sua missão, no que se refere ao funcionamento de seu armamento e de seus automóveis, a um punhado de homens, em reduzido número, nos corpos e Q. G., e principalmente à sua Companhia de Manutenção, onde o espírito de colaboração foi claro e insofismável.

Apezar da insuficiência dos motoristas e mecânicos; da falta absoluta de reservas; das exigências, cada vez maiores das operações; das condições físicas dos homens; no final da fase e mapreço; houve uma melhor compreensão das unidades; os fornecimentos de viaturas de substituição tiveram novo curso; o aperfeiçoamento da instrução dos motoristas era mais proveitoso; a adaptação aos rigores da campanha começava a produzir os seus frutos; as inspeções do S. M. B. tornaram-se mais

rigorosas; a acção dos oficiais de motores da unidades, tornou-se mais enérgica; a fiscalização do tráfego, pela Polícia Militar, impôz maior número de multas e punições; a padronização das Secções de Manutenção dos Corpos permitiu um melhor rendimento; e com tudo isso, a Divisão foi-se restabelecendo da crise que tinha sido uma das mais graves situações de sua existência.

E nessa altura, já estavam previstas as ações ofensivas da Primavera que, em matéria de transportes, fazem coram o nosso vetusto "Vade Mecum" surgido com as experiências da guerra anterior.

O S. M. B. teve a sua Chefia sempre junto à 4.^a Secção, inicialmente em Porreta e depois em Pavana, enquanto a Companhia de Manutenção foi conservada em Pistóia, lançando, no entanto, o Pelotão de Armamentos para Porreta e depois para Pavana, enquanto uma equipe de manutenção percorria diariamente as unidades.

Indústrias de Chocolate Lacta S. A.

CHOCOLATE, BOMBONS, BALAS,
— CONFEITOS E DOCES FINOS —

Fábrica: Rua José Antonio Coelho, 276-326/40

Vendas: Praça Ramos de Azevedo, 209-7.^o and.

CAIXA POSTAL 668

FONES: Diretoria 6-3454 — Vendas 6-2582 — Fábrica 7-5872

Endereço Telegráfico: "LACTA"

SÃO PAULO

CAMPOS DE MINAS

Cap. ALOYSIO GONDIM GUIMARÃES

Generalidades

1 — Definições

Sessão unidade é a região, de dimensões definidas, na qual foi lançado um determinado número de minas e segundo uma disposição pré-fixada.

Faixa unidade é a reunião de várias sessões minadas.

Denomina-se campo de minas a qualquer região onde tenham sido lançadas minas, compreende uma ou mais faixas minadas.

Densidade de um campo minado é a relação entre o n.º de minas do campo e a frente do mesmo. A densidade é expressa em "minas por metro de frente".

Exemplo de uma sessão minada alemã:

15m x 24m

Contem normalmente 24 minas dispostas em 4 fileiras. A distância entre as fileiras é variável assim como a distância entre as minas nas fileiras.

Exemplo de uma sessão minada aliada:

35 a 40y X 48y (jardas).

Esta sessão contém 48 ou 96 minas dispostas em 4 ou 8 fileiras, com as fileiras irregularmente espaçadas e as minas irregularmente dispostas nas fileiras.

Observações: a) Estas sessões não são obrigatoriamente as que foram utilizadas, tudo depende da situação, meios e grau de instrução da tropa encarregada do lançamento.

b) Em princípio, as dimensões da secção variam inversamente com o grau de instrução da tropa encarregada de lan-

camento. Com tropas treinadas é preferível construir 2 faixas de 15m de profundidade a uma com 30m não só porque o inimigo terá uma idéia falsa quanto à profundidade do campo, como também as operações de cobertura de brecha serão mais difíceis e morosas.

Exemplo de um campo minado alemão.

Perfil de uma posição de resistência alemã:

Densidade média 2 minas por metro de frente

Densidade máxima encontrada 6 minas por metro de frente.

II

Classificação dos campos minados

Os campos minados podem ser classificados segundo sua finalidade ou segundo o método de lançamento.

a) De proteção, quando visam prover segurança local para um ponto de apôio.

b) Táticas quando têm por fim reforçar a barragem principal.

c) Retardadores quando colocados com a finalidade de dificultar a aproximação do adversário. Sua finalidade é suplementar as destruições nas vias de comunicações.

Segundo o modo de lançamento os campos podem ser:

a) Rápidos, quando lançamento precede o planejamento detalhado. Normalmente os intervalos entre as minas e as fileiras, são aproximadamente regulares. Pode ser lançado por tropas não especializadas.

b) Preparados, quando um planejamento detalhado precede o lançamento. A posição de cada mina na sessão minada tipo é estudada detalhadamente a sua disposição é a mais irregular possível. Somente é lançado por tropas especialistas

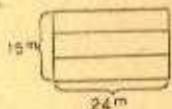
III

Emprego dos campos minados

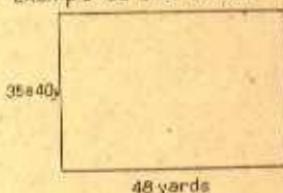
a) Os campos minados constituem um obstáculo que pode ser rapidamente construído e se bem localizado e camuflado, poderá ter um grande efeito de surpresa e apresentar sérias dificuldades de transposição.

b) É preciso ter sempre em mente que o campo minado não é mais do que um obstáculo artificial e em consequência a sua frente deve ser reduzida ao mínimo, só o empregando

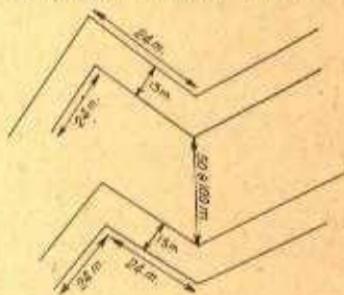
Exemplo de uma sessão minada alemã:



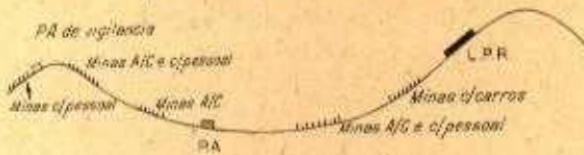
Exemplo de uma sessão minada aliada:



Exemplo de um campo minado alemã.



Perfil de uma posição de resistência alemã



onde não existam obstáculos naturais ou onde a barragem anti-tank necessite ser reforçada.

c) Como todo obstáculo, é necessário que seja batido pelo fogo não só anti-carro como das armas automáticas afim de impedir sua remoção.

d) A camuflagem dos campos e a existência de minas ativadas e a de minas contra pessoal dificultam a sua remoção.

e) A extensão, densidade e método de lançamento de um campo vão depender dos 4 fatores de decisão.

Os campos de proteção são lançados na ofensiva para consolidar uma posição recém-conquistada e na defensiva para a proteção local de centros de resistência, casamatas posições de bia etc.

Os campos táticos tem por finalidade quebrar o impeto do ataque e sempre são superpostos às barragens e como elas recebendo as denominações: de tático principal transversal, secundário. Os retardadores são utilizados nas retiradas e como as destruições são localizadas ao longo dos eixos de progressão do adversário, estradas, áreas de estacionamento, de reunião, etc.

Normalmente não são batidos pelo fogo e quando o são somente tiros longínquos da artilharia, em consequência contêm uma grande percentagem de minas contra pessoal.

Diz-se que uma mina está ativada quando possue armadilhas que provoquem a sua explosão quando for tentada a remoção da mina.

IV

Escolha das zonas a minar

A escolha das zonas a minar é de vital importância, pois que tal escolha poderá influir poderosamente no planejamento de futuras operações.

Os princípios básicos em que repousa a escolha de zonas a minar são os seguintes:

a) É necessário uma ligação estreita entre os elementos encarregados da escolha e os encarregados da defesa dessa zona. O campo precisa ser batido pelo fogo das armas da defesa.

b) O fator surpresa é aumentado quando o campo é lançado em zona que o inimigo não pode vigiar ou que o não pode fazer perfeitamente.

c) E' preciso, não esquecer que quanto mais profundo, mais difícil é a transposição do campo. Não só porque os reconhecimentos inimigos só poderão colher informações das faixas mais avançadas e em consequencia se obtém a surpresa com as demais faixas como também porque o fator que mais pesa nos trabalhos de remoção do obstáculo é a profundidade.

d) Quanto mais dobrado e coberto for o terreno, mais difícil será a limpeza. Outrossim é muito difícil o manejo de detectores em terreno coberto de culturas tais como trigo, arroz, etc.

e) Os campos de minas táticos como já foi dito, coincidem com as barragens de A.A. e A.C.

V

Coordenação dos trabalhos

a) A decisão do lançamento de campos táticos é prerrogativa do cmt. do corpo de Exército. O cmt da DI de acordo com as instruções recebidas prescreve os detalhes relativos e:

a) n.º de faixas.

b) Uso de minas ativadas e contra-pessoal.

c) Densidade do campo.

d) A escolha da zona a minar e o reconhecimento devem ser feitos **no terreno** após, é evidente o estudo na carta. Além do oficial encarregado do reconhecimento, devem tomar parte no mesmo o cmt do btl I e o da cia AC que defendem a região estudada.

f) Qualquer campo minado deve ser perfeitamente marcado e levantada a posição de cada mina do campo.

g) O reconhecimento e o plano detalhado dos trabalhos relativos aos campos táticos são atribuições do cmt da E. D. que deve trabalhar em intima ligação com o of. A.C. da divisão e os cmts da AD e RI.

h) O Batalhão de Engenharia e os pelotões de minas dos R. I. são os encarregados do lançamento marcação e levantamento dos campos táticos. Uma cópia do relatório do levantamento deve ser enviada à D. I. que os encaminhará ao Corpo.

i) Os campos de proteção são lançados por iniciativa dos cmts de Btis. e Grupos de Art. no estretanto um relatório detalhado deve ser enviado à D. I. afim de que:

1) Não sejam minadas regiões que devam ser percorridas pelos elementos encarregados de contra-ataques.

2) Não sejam fechadas as brechas que propositadamente foram deixadas nos campos táticos.

3) Os campos de proteção estejam de acordo com as precrições relativas ao uso de minas c|pessoal e minas ativadas.

j) Em principio, os P. A. recebem missão de resistência, ainda que limitada, não só para dificultar as operações de abertura de brechas como também para canalizar os ataques..

k) A noite os intervalos entre os PA devem ser patrulhados afim de impedir o reconhecimento do campo minado.

l) Devem ser previstas passagens, atravez do campo, para patrulhas, etc. Estas passagens devem ser previstas em zonas tais que sua descoberta seja difícil tais como zonas peregroras, muito cobertas, etc.

m) Tôda passagem deve ser batida pelo fogo amarrado de A. A. e devem ser tomadas todas as medidas de previsão para fechá-la no menor prazo possível e tornando a região por ela ocupada de tão difícil transposição como qualquer outra do campo minado.

n) Na retaguarda, as passagens não precisam ser camufladas, o que é importante é não revelar a existência do campo minado em torno.

o) Nos campos táticos a proporção de minas c|pessoal é tanto maior quanto mais avançado for o campo e quanto menor for o volume de fogo de A. A.

p) Nos campos retardadores, tendo em vista que os mesmos não são batidos, pelo fogo, a proporção de minas c|pessoal e ativadas, é levada ao máximo.

q) Como os campos retardadores, suplementam as destruições, as proximidades de tôda obra d'arte e fornilho, devem ser pesadamente minadas com minas c|pessoal.

r) Em estradas concretadas é de bom alvitre, engastar a mina na pavimentação da estrada, isto é, abrir a capa de concreto, cobrir a mina e após reconstituir o leito com cimento, não tendo importância que a parte superior da mina fique à mostra.

Dados numéricos

Densidade média dos campos táticos 2 minas por metro.

Densidade média dos campos de proteção 1 mina por metro.

O peso de uma mina varia com o tipo, no entretanto, as mais modernas pesam de 8 a 9 quilos.

Tonelagem necessária para minar um 1k com a densidade de uma mina por metro 8 a 9 Toneladas.

Tempo: Um pelotão de minas ou secção de engenharia pode construir:

1500 a 2000 metros de faixa minada por dia quando as minas não são enterradas e trabalhando de dia.

1000 metros se as minas são enterradas e de dia.

200 a 300 metros si o trabalho é feito à noite e em presença do inimigo (minas enterradas).

**FAÇA-SE SOCIO DA COOPERATIVA
OU ASSINANTE DESTA REVISTA
PARA GOZAR DAS VANTAGENS QUE
OFERECE.**

MONTANAS. A.

Engenharia e Comércio

Rua Visconde Inhaúma, 64 - 3.^o, 4.^o — Tel. 43-8861

Distribuidora dos famosos produtos:

SIKA — Impermeabilizantes

TRILLOR — Máquinas vibradoras

**ETERNIT — Telhas e tubos de
cimento-amianto**

ESTRUTURA DE MADEIRAS EM ARCO

A TÁTICA RUSSA PARA ESCAPAR AO ENVOLVIMENTO

*Tradução e comentários pelo
Ten. Cel. ADALARDO FIALHO*

Quando os alemães atacaram a Rússia, lançaram três Grupos de Exércitos contra os Vermelhos:

- o primeiro, sob o comando de Von Leeb, na direção de Leningrado, através dos estados Bálticos. Visava também a união com os finlandeses;
- o segundo, destinado a pôr em ação o esforço principal, sob o comando do General Von Bock, na direção de Moscou;
- o terceiro, finalmente, sob o comando de Von Rüstedt, na direção da Ucrânia, Criméia e Mar Negro.

Nada menos de 180 Divisões representavam êsses três Grupos de Exércitos, apoiados por milhares de aviões e tanques. Os alemães esperavam entrar na Rússia como "faca quente em manteiga" e, de facto, assim foi no começo. Os nazistas, de início, puseram em prática a estratégia que tão bons resultados havia dado na frente ocidental: atacar em diferentes pontos com pontas de lança, que depois se fechavam como pinhas sobre o adversário, enclausurando aqui e ali exércitos inteiros, que, depois, eram triturados até se renderem. Grandes massas de tropas francesas depuseram as armas à simples notícia de se saberem cercadas por todos os lados. Essa estratégia porém, esbarrou na Rússia, com resultados inteiramente imprevistos pelos alemães.

Não só os vermelhos recuaram sobre linhas sucessivas de defesa, tirando partido do seu imenso território e visando o amortecimento da ofensiva inimiga, pelo alongamento de suas linhas de comunicações, como recusaram entregar-se, depois de cercados. Ao contrário, continuavam lutando, hostilizando as retaguardas inimigas e até mesmo envolvendo

as fôrças que os procuravam cercar, dando em consequência a formação de verdadeiros combinados de fôrças que tendiam a girar sobre si mesmo. Em consequência dessa nova táctica, imenso caos formou-se sobre a frente de batalha, onde caldeirões menores de fôrças surgiram dentro de caldeirões maiores. Tanques e fôrças motorizadas russas e alemães rodopiavam numa luta de destruição selvagem, cada qual procurando cercar e aniquilar mais depressa o adversário.

Os alemães perderam tempo e foram obrigados a mudar de plano. Em vez de marchar rapidamente para Leningrado, Moscou e o Cáucaso, como planejaram, numa guerra à moda ocidental, tino "blitz", tiveram de deter-se e destruir sistemáticamente um por um os exércitos russos antes de retomar o caminho sobre os objetivos primitivos. O encarniçamento com que os russos lutavam à retaguarda foi uma das principais causas da alteração completa da estratégia alemã. Ela porque julgamos interessante traduzir (do inglês) um trecho no qual o Coronel G. N. Filonov, do Exército Vermelho, explica como aprendeu a escapar do envolvimento. Eis-lo:

"Em Julho de 1941, quando comandava uma Brigada de Artilharia na frente Sudoeste, fui forçado a retirar-me para Leste depois de nessa luta na Ucrânia ocidental. A Brigada foi a última unidade a retirar-se e, com as suas formações de infantaria complementares, bateu-se sobre diversas centenas de quilômetros, até que consegui romper o cerco inimigo sem sofrer fortes perdas, seja em homens seja em canhões.

A táctica favorita dos alemães — pinças e pontas de lances — visa dividir as fôrças oponentes em pequenos grupos e cercar cada um deles. Os nazistas tiram vantagem de tudo que lhes dá possibilidades de manobrar para cercar. A retirada de dentro de um cerco não pode ser comparada com a clássica manobra em retirada, ou mesmo com o simples combate em retirada, conquanto todas tenham um objetivo semelhante: retirar de um lugar onde o inimigo está desferindo um golpe esmagador.

Os métodos empregados, contudo, são diferentes. As operações de Unidades manobrando ou combatendo em retirada podem ser colocadas na categoria de operações defensivas. Porém, o evitar ou escapar ao cerco ou envolvimento é resolvido por decisivas ações ofensivas.

A tarefa não é escapar ao inimigo, mas atacá-lo num dado sector da frente, furar o anel inimigo e então retirar. Que

tarefas tem a enfrentar um Comandante quando deve organizar uma retirada de um envolvimento?

O primeiro problema que se me apresentou, quando a minha Brigada foi cercada, foi decidir onde poderia furar o anel inimigo. As minhas unidades de informações trouxeram-me a resposta ao problema. Elas estavam em serviço sobre uma frente muito extensa.

Naturalmente, quanto mais extensa é a frente sobre o qual os reconhecimentos são executados, tanto mais fácil - descobrir o melhor sector através do qual uma brecha pode ser feita.

A experiência ensinou-nos que todas as formas de obter informações devem ser usadas, desde os simples agentes até o reconhecimento formal.

As informações devem indicar também, no tempo mínimo possível, o elo ou ponto fraco do anel inimigo, indicação que deve ser encaminhada depressa e por qualquer meio, para o Q. G. O atraso em remeter essa informação pode dar tempo ao inimigo para fortalecer o sector fraco da frente antes que o golpe possa ser desferido.

O segundo problema foi o dispositivo das forças que deviam executar uma verdadeira brecha.

O último foi como organizar o ataque pelo grosso (esforço principal) das forças, fazer a brecha no e através do anel inimigo e, finalmente, retirar depressa sob a cobertura da minha retaguarda. Os regimentos de artilharia, com infantaria para cobrir a sua ação, formavam a retaguarda. Eles lutavam em ações de retaguarda até que estivessem cercados por tanques e atiradores com metralhadoras portateis.

Os artilheiros deviam, então, fazer explodir os seus canhões e, após, tentar furar os novos anéis que se fechavam ao redor dêles. Levando em consideração o facto de que a carga da batalha recaia sobre os flancos e retaguarda das tropas que forcaram a brecha, deve-se concentrar sobre os flancos e a retaguarda do grosso todos os canhões capazes de atirarem sobre tanques.

A experiência mostra que estas Unidades de artilharia devem ser descentralizadas. O fogo da artilharia pesada deve ser dirigido para abrir a brecha e apoiar as tropas de ataque.

O seu lugar é no centro da formação que ataca a linha inimiga. Se há tanques à disposição das tropas que procuram romper o cerco, podem ser usados para atacar a linha inimiga e combater contra os ataques inimigos. É visivelmente melhor concentrar alguns tanques nos flancos das tropas

avançadas que forçam a brecha e outros na retaguarda para apôio da retaguarda. No comêço da operação o inimigo tentará frustrar a tentativa de romper o cêrco atacando do ar. Tôda a defesa anti-aérea deve ser disposta para a protecção das tropas de ataque.

A experiência ensina que os canhões anti-aéreos de pequeno calibre e as instalações de metralhadoras anti-aéreas devem ser conservadas tão perto quanto possível das tropas avançadas. Esta é a posição mais vantajosa dos canhões anti-aéreos, particularmente para ações contra bombardeiros de mergulho. Depois das primeiras poucas salvas, os bombardeiros de mergulho usualmente começam a encurtar os seus mergulhos. Isto, naturalmente, conduz a u'a maior imprecisão no bombardeio. O inimigo, também, normalmente, retira certo número de aviões da batalha.

Quando as tropas estão ainda cercadas e está-se fazendo preparativos para a brecha, cada soldado deve estar confiante no sucesso.

Deve haver a mais severa disciplina. Qualquer provocador de pânico, enfraquecendo o moral das tropas, deve ser fuzilado sem piedade.

E se todos os graduados executam as suas operações com precisão e demonstram a mais alta iniciativa, a escapada do cêrco estará certamente assegurada. A autoridade do Comandante, a sua força de vontade e a sua determinação devem ser sentidas em tôda a parte: nas posições de bateria, nos tanques e nas trincheiras da Infantaria.”

AOS NOSSOS REPRESENTANTES

AO SERES TRANSFERIDO PASSA TEUS
ENCARGOS A UM OUTRO COMPA-
NHEIRO E COMUNICA A NOSSA
DIREÇÃO.

O PLANO DE FOGOS DEFENSIVOS DA ARTILHARIA

(Defensive Fires.

Lt-Col. Robert M. Ewing, FA.

The Field Artillery Journal, Feb., 1946).

Tradução do Major MOREIRA COUTO

... O Cmt. Grupo, assim que recebe os pedidos de tiro feitos pelos Btl., por intermédio dos seus oficiais de ligação, conferência com o Cmt. RI para coordenar o plano final de apoio. Essa conferência deve ser completada por uma visita, pessoal do seu S3, aos Btl., em particular ao que tem prioridade de apoio.

EAO — CA — SC|8 — 5-VII-946 — transcrição (NT).

Em pé diante do mapa da situação do S3 da infantaria, o Cmt. C. Ex. encarou-me agressivo; nada mais restava, na sua atitude, daquela polidez paternal e amiga que fôra um dos seus atributos quando nosso instrutor.

— O que eu quero saber coronel, é o processo que o Snr. adota na previsão dos seus fogos defensivos, explodiu.

A longa prática do serviço fez-me vir aos lábios uma resposta comedida:

— Pois não, general.

Lembro-me certa companhia de infantaria que pedia tôdas as noites determinado bombardeio. Explicavam êles sempre o pedido dizendo ouvirem distintamente o ruido de viaturas hipomóveis deslocando-se a traz das primeiras linhas alemães. Tentamos convencê-los de que se tratava provavelmente de algum hotelão trabalhando suas parelhas à noite, na impossibilidade de

fazê-lo de dia; tudo em vão: continuaram a presentir os cavalos, e nós a atirar. Chegamos a disparar numa noite 2500 tiros a pedido da infantaria. Muitos dêles, naturalmente, destinaram-se a repelir contra-ataques reais, mas um bombardeio, em particular, consumiu farta dose de munição.

Na manhã que se seguiu a essa orgia de 2500 tiro, responsável por mais alguns cabelos brancos adquiridos pelo meu S4, o Cmt. AD chamou-me ao telefone e perguntou, com uma vozinha amável:

— Quem dirigiu a sua central de tiro hontem à noite?

— Buck, respondi eu, sem tratá-lo sequer de general; e passei mais que depressa o fone ao meu sub-comandante.

Felizmente esperavamos já o telefonema; contavamo ser chamados assim que o general tivesse terminado o seu café, e examinasse os relatórios diários sobre consumo de munição.

O Buck não praguejou muito. Pouco teve que dizer aliás, salvo, de vez em quando, um "mas, general...", até que afinal o chefe fez a pergunta que ele esperava:

— A infantaria estava sendo realmente contra-atacada?

— Não sei, general, respondeu. Com franqueza, não me sobrou tempo para ir lá à frente certificar-me. Mas eu seria incapaz de negar aos infantes um apoio que me pedem quando julgam necessitar dêle. Se não estivessem sendo atacados, poderíamos economizar alguma munição; mas se estivessem realmente em perigo, e eu recusasse atirar, então teríamos perdido muita coisa mais, além da munição.

O general não insistiu. Sabia que tinha perdido a cartada. E nós também reconhecimos ser tanto seu dever interpelar-nos sobre consumo de munição quanto era obrigação nossa gastá-la quando o julgassemos necessário.

Voltemos agora à Floresta de Hurtgen. Expuz ao Cmt. C. Ex. que nos parecia impraticável prever os fogos defensivos depois que os comandantes de batalhão e regimento tivessem organizado o plano de fogos da infantaria.

Em exercícios e manobras, o S3 do RI recebia os planos de fogos remetidos pelos três batalhões e apresentava depois ao Cmt. Grupo e calco do plano de fogos de regimento, já reajustado; ai eram localizadas as barragens de deter normais e eventuais, nas regiões críticas ou menos batidas, e os bombardeios previstos para as zonas importantes da frente.

No combate, porém, cheguei à conclusão de que os fogos defensivos tinham de ser colocados na prancheta de tiro assim que a infantaria suspendesse a progressão. Não podíamos consentir em esperar, para fazer a nossa previsão, até que os infantes tivessem organizado completamente o seu plano de fogos.

Como dispunhamos de bons oficiais de ligação, que viviam com a infantaria e conquistaram confiança irrestrita dos comandantes de batalhão, o nosso sistema funcionou perfeitamente.

Logo que a infantaria se detinha recebia ordem para organizar o terreno, o oficial de ligação e o Cmt. Btl., trabalhando juntos, locavam na carta os fogos defensivos julgados necessários; o oficial de ligação os transmitia em seguida, pelas suas coordenadas e em código, à central de tiro, que lhe dava então o número de cada um, para a conveniente anotação na sua carta. Desde que o S3 recebia as coordenadas dos objetivos, começavam os calculadores a itrar dados para as baterias. No meu grupo punham-se as letras X, Y e Z após os números atribuídos às concentrações, conforme se referissem elas ao I, II ou III Btis., o que facilitava sua identificação posterior. Assim que todos os objetivos tinham sido registrados na central de tiro, o oficial de ligação participava a cada Cmt. Cia. do seu Btl. a localização dos tiros de artilharia que lhes interessavam, e os números respectivos. Usando tal sistema, costumavam ter todos os fogos defensivos prontos para serem desencadeados a pedido da infantaria quinze minutos depois da suspensão do movimento.

Mas não termina ai o processo:

Quando todos os Btis. estavam protegidos por fogos de apoio, preparava-se na central de tiro um calco, que me era enviado ao PC do RI. O Cmt. RI e eu iniciavamos imediatamente o estudo do plano de fogos, comparando-o com as posições ocupadas pelas Cias. segundo o relatório enviado pelo S3 do RI. Faziam-se as modificações aconselháveis no plano e comparavam-se, ao mesmo tempo, as posições das unidades de infantaria mencionadas nos relatórios dos Cmts. Btis. com as que tinham sido assinaladas pelos meus oficiais de ligação; em caso de divergência, iniciavam-se imediatamente investigações para apurar a situação real da tropa apoiada. Quando estavamos ambos satisfeitos com o plano, ele recebia data, as nossas rubricas, e era arquivado. Qualquer modificação posterior comunicava-se, na-

turalmente, à central de tiro. Os oficiais de ligação ficavam também com liberdade de solicitar outros tiros, e assim procediam sempre que um exame mais detalhado do terreno aconselhasse tal providência.

Depois que o general e o seu séquito deixaram o nosso PC, vim a saber que ele fizera ao S3 do RI pergunta idêntica sobre fogos defensivos. As nossas descrições do método adotado tinham se ajustado perfeitamente.

E', pelo menos, "uma solução".

PEDIDOS DE LIVROS

Escreva o título da obra e o nome de seu autor;
Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço;
Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longinquas.
"A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro das livrarias
desta capital.

Os regulamentos RIPQT, R.O.T. (1.º 2.º 3.º partes)
— e I.S.C. remetemos com abatimento de 10 %. —
Para maior facilidade procure as folhas de pedidos
em nossos números anteriores.

J. VARANDA

Comércio Indústria S. A.

Oficinas: Baterias e Forracheiro — Bombas «Bernet», tintas —
Maquinário para lavoura e oficinas mecânicas.

TUDO PARA O SEU AUTOMOVEL — Peças: Ford, Chevrolet, International e automóveis em geral, Pneus e câmaras de todos os marcos.

Produtos Petróleo Atlântico e Texaco.

Matriz: AUTO-PETROPOLITANO — Praça Dr. Sá Earp Filho, 21
Tels. 2127 Loja — 4817 Escritório — End. Telegráfico «Jovar».

PETRÓPOLIS - Estado do Rio

Filial: RIO — VIGARIO GERAL (Ed. Próprio) — CORRÉAS — Tel. 74
SAPUCÁIA — Tel. 3 (Ed. Próprio) — LOJA IPIRANGA — Av. 15. 371 — Tel. 3280

INSTRUÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA NOVA FICHA BIOMÉTRICA

(Publicado no B. E. n. 5 - 47 Supl. e no D. O. n. 81, de 9-IV-947. Portaria n. 91
de 16-VI-944)

(O MODELO DA NOVA FICHA BIOMÉTRICA FOI PUBLICADO NO
NO D. O. DE 9-VI-944)

Objetivos da ficha.

- 1.º — Grupamento homogêneo dos homens — antes do início da instrução.
- 2.º — Controle fisiológico da educação física — durante a instrução.
- 3.º — Colheita sumária de dados para estudo posterior do aspecto constitucional étnico da nossa gente.

Descrição

A Ficha comprehende as seguintes seções:

- 1.º — Identificação;
- 2.º — Registro gráfico da altura e peso;
- 3.º — Exame biotipo etnológico simples;
- 4.º — Exame físico.

Do cabeçalho da Ficha, consta o seguinte:

Ano de 19... — refere-se ao ano em que é realizado o exame.

Nome do Corpo ou Estabelecimento-abreviadamente.

Sub-unidade.

Sobre-nome.

Número e nome do militar.

Idade — na data do exame.

Pôsto.

Profissão anterior — que tinha antes de ingressar nas fileiras.

Elementos a medir:

O peso e a altura, sem dúvida, são os elementos físicos característicos do corpo humano e os mais importantes na apreciação.

ção do estado de nutrição e desenvolvimento somático do indivíduo. Por meio desses dois elementos, únicamente, nós atingimos perfeitamente as finalidades principais da ficha, a saber: pela altura e peso grupamos homogêneamente as turmas; pelo peso tomado periodicamente controlamos o efeito dos exercícios.

O peso é portanto o elemento mais importante de todo o sistema. Representa ele um dos melhores guias do instrutor e do médico na vigilância constante da saúde dos educandos. Suas alterações refletem perfeitamente o estado das condições orgânicas e o aproveitamento ou não da instrução. Da mesma forma que a altura, é um dado antropométrico que merece toda a confiança, visto que não depende da habilidade do operador e muito pouco da vontade do examinando.

Todavia, sem sobrecarregar o médico da educação física, foi incluída na ficha uma outra parte — a mais importante da indagação estatística em nosso meio — o exame biotipoetnológico.

Este se resume numa mera coleta de dados, feita paulatinamente no decorrer do ano, pelo próprio médico e destinada a estudos estatísticos futuros no próprio Corpo e na E. E. F. E. Do estudo das medidas e valores biotipológicos resultará o levantamento estatístico do normotipo brasileiro das várias regiões e dentro de cada grupo étnico específico. Das pesquisas relacionando esse elemento com outros, poderão ainda sair diretrizes e ensinamentos de aplicação à educação física.

A parte morfológica foi ainda orientada no sentido da escola italiana, a mais aceita e difundida. Os elementos etnológicos resumem-se na nacionalidade do examinando, côr da pele, o tipo do cabelo e medidas do nariz para determinação do índice nazal, tido na conta do melhor caráter anatômico das raças.

Finalmente, o exame físico, que é teste para verificação das condições físicas do soldado no início da instrução e após vários meses de atividade física. Ele tem por finalidade ajuizar do resultado prático alcançado na instrução de educação física e serve para melhor reajustamento na organização das turmas de acordo com o valor mecânico de cada homem.

Outrossim, seria vantajoso que o resultado das provas práticas apresentado obrigatoriamente, por ocasião dos exames de recrutas, figurasse ao lado dos demais, como meio de apuração do aproveitamento das sub-unidades na instrução física do primeiro período.

Especialidade atlético-esportiva: — destina-se ao registro da atividade que o instruendo pratica com mais rendimento.

Quadro dos Elementos de Medida, com indicação do período anual, época do ano, e registo da medida

ELEMENTO	HORA DO EXAME	INSTRUMENTAL	TÉCNICA	REGISTRO
tura	Antes do inicio do 1. ^o período; nos 6. ^o e 12. ^o meses. Para xá à parede.	Toesa, de preferência metálica fixa os calcânhares unidos, naéga, oculípis de cor azul com precisão em cm, arredondando-se as frações até $\frac{1}{2}$ cm, inclusive, para baixo, acima de $\frac{1}{2}$ para cima.	De pé, descalço e encostado na tosa os calcânhares unidos, naéga, oculípis de cor azul com precisão em cm, arredondando-se as frações até $\frac{1}{2}$ cm, inclusive, para baixo, acima de $\frac{1}{2}$ para cima.	Graficamente a lápis de cor vermelha, com precisão até 100 gramas.
lso	Antes do inicio do 1. ^o período e na semana de cada mês.	Balança com precisão de 100 gramas, aferida.	Tarar a balança. Indivíduo nu; de pé no centro da plataforma, imóvel.	Graficamente a lápis de cor vermelha, com precisão até 100 gramas.
comprimentos:	Durante todo o ano. Em pequenas turmas.	Júgulo-xifoideu xifo-epigástrico epigástrico público membro inferior membro superior	Deitado marcar os pontos jugular, de preferência modelo xifoideu, epigastrico, púbico, maleolar, acromial e dobras do punho; medir os comprimentos diretamente (mesa alturas dos pontos mod. Aureo), ou calibrulá-los medianamente subtrações sucessivas entre as alturas dos vários pontos à planta dos pés (mess primitiva).	De 5 em 5 milímetros. Exemplos: 125 130 135 140 etc.
diametros:	Durante todo o ano. Em pequenas turmas.	torácico transverso; hipocondríco transverso; bierista;	O Compasso de espessuras do compasso: 1.) transversalmente sobre a linha axilar média;	De 10 em 10 metros. Exemplo: 190 — 260 210 — 290

b) na altura do ponto hipocôndri-
dico;

c) sobre a parte mais saliente
das cristas iliacas.

1.) no sentido sagital:

a) sobre o ponto xifoideu e a
coluna vertebral, a mesma
altura;

b) sobre o ponto hipocôndrico e
a coluna vertebral à mesma
altura.

medidas do nariz:
largura;
altura.

Durante todo o
ano em
pequenas
turmas.

o Compasso nasal de
corredica graduada em milímetros.

Sentado. Medir:
1.) a distância entre as azas do na-
riz;
2.) a distância do ponto sub-nazal à
raiz do nariz.

Em milímetros.
(De mm. /mm.)
Exemplos:

35	—
36	—
37	—
38	—
etc.	

ERVAÇÕES: Todas as medidas devem ser tomadas com o máximo critério, (a fim de não prejudicar os objetivos visados e as que se repetem (pêso e altura) colhidas, além disso, sempre nas mesmas condições.

Nota: Para se chegar a determinação dos comprimentos (3) usados:

- 1) ponto jugular: situado no meio da fúrcula esternal;
- 2) ponto xifoideu: situado no meio da linha de implantação da base do apêndice xifoide sobre o corpo do esterno;
- 3) ponto acromial: situado no cruzamento de duas linhas:
- 4) ponto público: na parte mais superior da sinfise púbica;
- 5) ponto maleolar: na maior saliência do maleolo interno;
- 6) ponto acromial: situado na parte mais externa do acro-
nio;
- 7) ponto hipocondríaco: no meio da distância xifo-epigás-
trica;
- 8) ponto sub-nazal: centro da espinha nasal anterior;
- 9) ponto nasal: ponto mais profundo da raiz do nariz.

lelo índice nasal (5), tomamos como reparo os seguintes:

- 1) tangente ao bordo inferior das décimas costelas;
- 2) linha mediana anterior do corpo;
- 3) ponto público: na parte mais superior da sinfise púbica;
- 4) ponto maleolar: na maior saliência do maleolo interno;
- 5) ponto acromial: situado na parte mais externa do acro-
nio;
- 6) dobra do punho: no meio da linha imaginária que separa a mão do ante-braco;
- 7) ponto hipocondríaco: no meio da distância xifo-epigás-
trica;
- 8) ponto sub-nazal: centro da espinha nasal anterior;
- 9) ponto nasal: ponto mais profundo da raiz do nariz.

Elementos a calcular

São os seguintes:

1 — Valor torax: (a X d X h) diâmetro transverso torácico, multiplicado pelo diâmetro sagital torácico, multiplicado pelo comprimento júgulo-xifoideu.

2 — Valor abdomen superior: (b X e X i) diâmetro transverso hipocôndrio, multiplicado pelo diâmetro hipocôndrico sagital multiplicado pelo comprimento xifo-epigástrico.

3 — Valor abdomen inferior: (c X e X j) diâmetro bicipista, multiplicado pelo diâmetro sagital hipocôndrico, multiplicado pelo comprimento epigástrico púbico.

4 — Valor abdomen total: (2 mais 3) valor abdomen superior mais valor abdomen inferior.

5 — Valor tronco: (1 mais 4) valor torax, mais valor abdomen total.

6 — Valor membros: (k mais 1) membro superior mais membro inferior.

7 — Índice nasal: (f X 100) resultado da operação; largura do nariz multiplicada por 100 e dividida pela altura do nariz.

Nota: Para se ter rapidamente os valores torax, abdomen superior e abdomen inferior, podemos utilizar a tábua de 3 dimensões do sargento Alarcão. Não se pede na Ficha a classificação do biotipo baseado nas medidas tomadas, coisa que só poderá ser possível depois do levantamento estatístico a ser feito pela E. E. F. E.

O resultado do cálculo do índice nasal será achado em tabela já organizada.

Classificação dos instruendos

Os recrutas julgados aptos para o serviço do Exército em inspeção de saúde e apurado exame clínico (exame médico de incorporação, devem ser homens reconhecidamente saudáveis, isentos de quaisquer anormalias ou deficiências orgânicas. Portanto, de início, todos eles enquadraram-se rigorosamente na perfeita normalidade.

Destarte, só deve ser considerado poupadão o homem acidentado, convalescente ou portador de alguma moléstia adquirida.

Nesta situação, deverá ele então ser encaminhado à visita médica diária, e, a critério do médico dispensado de executar esforços, por um tempo determinado e proporcional ao seu incômodo. Como poupadão será então o soldado considerado em tó-

das as atividades da caserna. Portanto, poupadados são os homens que, necessitam de cuidados, mas que só devem permanecer nessa condição por um tempo limitado. Poupadados de outra natureza não devem existir no Corpo. Este conceito verdadeiro do termo evita a incoerência habitual de que os homens só sejam poupadados na hora da educação física, mas frequentem ativamente todas as outras modalidades mais exaustivas da instrução.

Grupamento homogêneo

Para que o exercício se adapte da maneira mais exata às exigências do organismo, fazendo que o indivíduo atinja com a máxima rapidez e eficiência às finalidades da instrução de educação física e ideal seria até certo ponto, isso é verdadeiro.

Entretanto, por motivo de ordem pedagógica e na impossibilidade prática de se conseguir este ideal, convém que a educação física ideal seria até certo ponto, isso é verdadeiro.

O grupamento homogêneo é a distribuição dos instruendos em turmas tendo em vista que os exercícios sejam seguidos, tanto quanto possível, por indivíduos de valor biológico equivalente. Desta forma o rendimento será máximo e o trabalho do instrutor facilitado.

Não devemos misturar numa mesma turma indivíduos de desenvolvimento e resistência física diferentes, não só pelas dificuldades de execução de certos exercícios, como pelos malefícios que poderiam resultar sobre a saúde. Por exemplo se numa turma o peso apresenta diferenças muito acentuadas, nos exercícios de levantar e transportar e atacar e defender veríamos homens muito pesados sendo carregados ou lutando com companheiros mais fracos, com prejuízo para o organismo.

Não obstante o trabalho a executar seja o mesmo pra todos, uma vez que o regime será exclusivamente o de normais, ainda assim justifica-se a homogeneidade, porque todos sabem, a sua condição varia de conformidade com as possibilidades da turma.

A homogeneidade racional das turmas é pois uma necessidade não sómente na lição de educação física, mas nas sessões de esporte coletivos pois não seria acertado deixar competir, sistematicamente, equipes de constituição física muito diversa. Até mesmo nos esportes individuais, está provado que o rendimento é maior nas turmas em que as aptidões e performances se nivelam, onde não existem discrepâncias berrantes capazes de gerar complexos de inferioridade.

Na educação física, é bastante respeitar, na constituição das turmas as condições individuais seguintes: valor funcional, valor somático e valor mecânico.

O grupamento homogêneo deve ser pois, o resultado de conclusão dos exames clínicos, biométrico e físico.

O valor funcional ou fisiológico é a expressão da capacidade das funções orgânicas e a sua apreciação se faz por um exame médico cuidadoso.

Neste as funções orgânicas são analizadas com minúcia e os conscritos julgados aptos devem ser todos considerados hígidos estando, portanto em igualdade de condições sob o ponto de vista fisiológico.

O valor somático ou físico evidência a massa, o tamanho, é determinado pelos elementos peso e altura, os mais característicos e em estreita inter-dependência no corpo humano.

O valor mecânico mostra o rendimento do indivíduo olhado como máquina para produzir trabalho mecânico. Pode ser ele julgado pela inspeção externa e, mais precisamente pelo resultado das provas práticas individuais do exame físico.

Processo de grupamento: Praticamente, a seriação homogênea das turmas obedece às regras seguintes:

1.^a — as turmas são constituidas dentro das sub-unidades antes de iniciada a instrução. A educação física militar deve ser dirigida pelo capitão com os demais ramos de instrução.

2.^a — o número de componentes de cada turma deve oscilar em torno de 24 podendo exceder (um terço mais) ou um pouco inferior (um terço menos). Na sub-unidade, por conseguinte, poderão ser organizadas 3 a 4 turmas.

3.^a — procuramos colocar na mesma turma os homens com altura e peso aproximados. Para isso escalonamos primeiramente as fichas da sub-unidade na ordem de grandeza do primeiro elemento da variação mais baixa a mais alta; dividimô-las em seguida em tantos massos quantas as turmas previstas sendo todos com o mesmo número de componentes. Agora aperfeiçoamos o trabalho, transferido de turma as fichas dos homens cujo peso seja desequilibrado em relação à altura. Assim promoveremos para uma turma superior os mais altos e pesados do grupo imediatamente abaixo e rebaixaremos os de menor estatura e peso deficientes para uma turma inferior. Essas trocas podem ser feitas entre os elementos que ficam na transição de duas turmas próximas.

4.^a — finalmente o médico e o instrutor completam o trabalho modificando ainda o aspecto das turmas já formadas no campo pelo exame de aptidão física dos homens.

A simples observação é suficiente para uma idéia aproximada do valor mecânico de cada instruendo. Mais tarde então, esse julgamento será precisado, e quiçá confirmado pelo resultado do exame físico. Baseados nessa observação elevaremos de turma os prováveis selecionados de melhor constituição dentro de seu grupo e rebaixaremos aqueles sem aptidão física e mais fracos. Aqui também as permutas só são possíveis na passagem das turmas vizinhas, de forma a não prejudicar a homogeneidade morfológica.

Observação e controle do exercício

Impõe-se uma atenta vigilância sobre o organismo dos praticantes da educação física e esportes, por parte do médico e do instrutor. Tal controle tem uma finalidade preventiva e orientadora. A educação física, só deve ser praticada por quem se beneficia dela. Para que o controle médico esportivo possa ser realizado com segurança e eficiência, necessário se torna uma ampla colaboração entre o médico, o instrutor e o educando.

O controle da educação física deverá ser feito:

a) pela observação do instrutor durante os exercícios, procurando ver como se comportam os homens e encaminhando-os ao médico para serem examinados em caso de alguma anormalidade (fadiga acentuada; palidez após o exercício; mal estar; vertigens; cefaléia, acidentes, etc.);

b) pela pesagem mensal realizada sempre nas mesmas condições. O peso deverá ser tomado pela manhã, antes de qualquer exercício na primeira semana de cada mês. Os resultados são registrados num gráfico no verso da ficha. O resultado numérico da primeira pesagem será escrito sobre a linha pontilhada na coluna correspondente ao peso (a esquerda); na sua parte inferior si o peso for muito deficiente (desnutrição), alto se excessivo (supernutridos) e no centro, quando proporcionado em relação à altura e ao biotipo (eutroficos). Isso se faz para que todas as alterações posteriores da medida possam caber dentro do gráfico. Preenchem-se as outras linhas pontilhadas para cima e para baixo, com variações crescentes e decrescentes de um quilo a partir do primeiro peso.

A margem esquerda da ficha será escrito o peso ideal do indivíduo tirado de uma tabela (V. anexa) de acordo com a sua altura tipo morfológico dado pela inspeção (longilineo, normolineo, brevelineo). Este peso ideal passível também de figurar no gráfico com linha de outra cor, poderá modificar-se legeiramen-

te uma vez que o soldado aumente de altura no decorrer do ano de instrução.

Pela referida tabela, como se poderá ver, em igualdade de altura, o longilíneo pesa menos que os outros, o brevílineo mais e o normolíneo tem o peso normal medida.

Após cada pesagem, deve o médico analizar os gráficos levando em conta o peso anterior e assinalar os homens que apresentarem queda anormal da medida para que sejam observados, interrogados ou chamados à visita médica, a fim de ser paurada a causa de um possível distúrbio fisiológico — moléstia, surmenage, por excesso de esforço físico, insônia, falta de repouso, de apetite, etc.

Nos gordos a queda da curva poderá exprimir bom aproveitamento dos exercícios; nos desnutridos, a ascenção da mesma, em busca do peso ideal indicará bom resultado da instrução.

A pesagem mensal, como se vê, não é uma tarefa a mais de que se possa queixar o médico, mas tão somente trabalho metódico e proveitoso. Além disso, é mais uma oportunidade que tem o médico para verificar o asséio corporal dos homens, pesquisar as doenças cutâneas, eruptivas, etc.; cumprindo assim mensalmente o que estipula o art. 185 do R. S. S. E. e art. 335 do R. I. S. G.

Divisão e execução do serviço

Cabe ao médico de educação física a responsabilidade da execução do serviço com a colaboração do oficial de educação física e monitores necessários.

Além disso deverá existir no Gabinete Biométrico um auxiliar permanente incumbido dos trabalhos de escrituração, controle do fichário e conservação do material, etc.

A execução do serviço será feita da seguinte maneira:

1.º — antes do início do primeiro período de instrução, o médico inicia as suas atividades, distribuindo as fichas pelas sub-unidades, para que estas preencham em seu efetivo as anotações relativas ao ano em curso nome do corpo, sub-unidade, sobre-nome, nome e número do militar, idade, profissão anterior, nacionalidade dos pais e avós e naturalidade própria;

2.º — uma vez recolhidas as fichas, o médico, auxiliado pelo oficial de educação física e por um anotador, toma o peso e altura de toda a Unidade, a fim de organizar o grupamento homogêneo sob o ponto de vista físico. Na primeira semana de cada mês, ele auxiliado por um escrevente, repetirá a pesagem dos homens por sub-unidade. Em uma hora mais ou menos poderá ser pesada uma sub-unidade. Insiste em observar-se nas várias

mensurações, as mesmas condições de instrumental, técnica, e pessoal com o objetivo de reduzir ao mínimo as causas do erro;

3.º — o exame biotipoetnológico será também tarefa do próprio médico auxiliado por um escrevente, durante todo o ano, em pequenas turmas, mediante um entendimento seu com os comandantes das sub-unidades. O registro da cor da pele e tipo de cabelo, será feito nessa mesma ocasião, bastando sublinhar na ficha a variedade presente. Esse exame bem como a determinação dos valores biotipológicos e de índice nazal, deverão estar concluídos antes do fim do ano de instrução;

4.º — as provas práticas serão dirigidas pelos instrutores das sub-unidades auxiliados por monitores e assistidos, sempre que possível pelo médico de educação física.

Época das provas — as épocas previstas para a realização das provas foram o segundo e o sexto mês de instrução.

Fichário biométrico

Na vigência do ano de instrução, convém que as fichas sejam acondicionadas em pastas, por sub-unidades e na ordem numérica das praças. No fim de cada ano de instrução os originais das fichas, serão encadernados em ordem alfabética de sobrenome e arquivados em armários de madeira.

Por ocasião da remessa do relatório anual do médico de educação física, deve ser também enviada à E. E. F. E. uma cópia das fichas.

As fichas das peças antigas engajadas e reengajadas, só serão remetidas uma vez; nos anos seguintes únicamente será feito o registro da altura e a pesagem mensal desses homens para efeito do controle do exercício. Toda a vez que o militar for transferido para fora de sua Unidade a ficha biométrica deverá acompanhá-lo.

1 — Tabela de 3 dimensões do sargento Alarcão. Para cálculo dos valores biotipológicos.

2 — Tabela de índice nazal.

3 — Tabela de peso ideal.

Obs. — Para obter rendimento e evitar erros no cálculo dos valores torax, abdomen superior e inferior, deve-se determinar de cada vez o mesmo valor em todas as fichas trabalhando com um cartão tendo quatro fendas em disposição adequada. A abertura correspondente ao valor que se procura superposta a ficha no devido lugar deixará ver através das outras fendas o resultado das três medidas que se deseja. Estas serão então ditadas por um auxiliar encarregado de manejar a tabela para procurar o valor.

三

ANO DE 1900.

卷之三

..... DADE
..... POSTO.....
..... NOME.....
.....

REVIEWS IN ANTHROPOLOGY

卷之三

ESTADO NACIONAL DA GUARANÁ - PÁGINA 2

AVG PATRONS

卷之三

EXAME BIOTIPOETNOLÓGICO

ELEMENTS & METHODS

卷之三

ALLEGORIAS DE LA VIDA

ESTADÍSTICA JÁCOP

卷之三

POLYACRYLIC ACID

卷之三

101

TAKEDOWN 44

ESTADOS UNIDOS

卷之三

三

PESO IDEAL PELA TABELA.....

PESO	CURVA DE PESO E ALTURA											
	ALTURA											
	1.05	1.90	1.85	1.80	1.75	1.70	1.65	1.60	1.55			
1.05												
1.10												
1.15												
1.20												
1.25												
1.30												
1.35												
1.40												
1.45												
1.50												
1.55												
1.60												
1.65												
1.70												
1.75												
1.80												
1.85												
1.90												
1.95												

(1) MENSAL
(2) 12^o * 12^o MÊS

TABELA PARA DETERMINAÇÃO APROXIMADA DO PESO EM RELAÇÃO A ALTURA EM INDIVÍDUOS DO SEXO MASCULINO DE 18-25 ANOS.

ALTURA	P E S O			B.
	L.	N.		
55	50	51,5	53	54,5
156 - 57	51	52,5	45	55,5
158 - 59	52	53,5	55	56,5
160 - 61	53	54,5	56	57,5
162 - 63	54	55,5	57	58,7
164 - 65	55	56,5	58	60
166 - 67	56	57,5	59,5	61,2
168 - 69	58	59,7	61,5	63,2
170 - 71	60	61,5	63	65
172 - 73	62	63,5	65	67
174 - 75	63	65	67	69
176 - 77	65	67	69	71
178 - 79	67	69	71	72,5
180 - 81	68	70	72	74
182 - 83	70	72	74	76
184 - 85	72	74	76	78
186 - 87	75	76,5	78	80
				81

NÃO SEI POR QUE OS HOMENS DO GOVERNO, COM RARAS EXCEÇÕES, ACREDITAM FÁCILMENTE NOS LOUVANINHEIROS, NOS INEPTOS E INTERESSEIROS E DESCONFIAM SEMPRE DAS ADVERTÊNCIAS DOS HOMENS DE BEM, INTELIGENTES E CULTOS. EIS POR QUE A AUDÁCIA E A INSOLÊNCIA E A MÁ FÉ TRIUNFAM MUITAS VEZES DA HONESTIDADE E DO BOM SENSO. — CEL.X.

OBSERVAÇÕES SOBRE O EMPREGO DOS MORTEIROS DE 81 MM. NUM BTL. DA F. E. B.

Ten. Cel. GONDIN DE UZEDA

(Continuação)

I) — Determinação dos elementos iniciais do tiro

A) — Da direção —

1) — Pelo azimute da direção do tiro — Obtido na carta pelo processo tão nosso conhecido o azimute da direção do tiro a executar, esse era balisado no terreno com o auxílio da bússola. Duas situações ocorriam:

a) — a peça não estava em posição —

- colocavamos uma balisa, ou cousa equivalente, na posição escolhida para a peça;
- no topo dessa balisa colocavamos uma bússola;
- valendo-nos da bússola, colocavamos balisas assinalando os azimutes das diversas missões previstas para a peça.

Essas balisas eram umas hastes de metal que existiam nas caixas das granadas.

Na defensiva, escolhímos também uma série de pontos de referência, dentro do setor dado à peça, e balisávamos esses pontos.

Em cada uma dessas balisas, das usadas para a amarração do tiro, fixavarmos umas das rodelas, dessas que vinham dentro das caixas das granadas, e nas rodelas escrevímos a missão, o azimute, e a carga correspondentes.

b) — a peça estava em posição —

(X) — Dispunhamos de um ponto de referência ou de um objetivo próximo, de direção já balisada. A direção da nova missão era obtida:

- estimando-se o afastamento lateral e longitudinal no próprio terreno;
- medindo na carta êsses afastamentos se fôsse o caso;
- aplicávamos a fórmula do milézimo para obtermos o valor em ângulo do afastamento lateral;
- fazíamos a correção do azimute para a nova missão, e registávamos a alça correspondente.

(XX) — Dispunhámos de uma bússola anti-magnética, caso muito comum quando verificávamos as direções das missões que nos eram transmitidas nas substituições.

- colocávamos a bússola na topo de uma balisa, junto ao aparelho de pontaria da peça;
- mandávamos colocar, a uma distância aproximada de 10 ms., balisas assinalando os azimutes das diversas direções das missões de tiro recebidas.

(XXX) — A bússola de que dispunhámos não era anti-magnética:

- colocávamos uma balisa a uma distância média de 10 ms. da peça e na direção aproximada da missão a cumprir, direção que podia ser obtida pelo processo anterior;
- no topo dessa balisa colocávamos a bússola;
- com o azimute inverso da direção da missão, procurávamos visar o aparelho de pontaria da peça;
- deslocávamos a balisa sobre a qual era colocada a bússola até que a visada assim tomada coincidisse exatamente.

2) — Pelo azimute da direção do tiro, tomado no terreno

— de um observatório axial, ou considerado como tal. A rigor, êsse processo só o empregaremos para identificação dos objetivos, de vez que as cartas magníficas de que dispuzemos sempre não o justificavam.

3) — Pelo balisamento da direção do tiro tomada do observatório — Não tivemos ensejo de aplicá-lo, pois os observatórios empregados ficavam sempre muito distantes da posição de tiro.

B) — Da alça —

O pel. de morteiros de Cal. de 81 mm., segundo a organização americana, não dispõe de telemetro, cousa que, aliás não nos fez falta alguma e livrou-nos de mais uma bagagem. A vista disso, para determinação da alça inicial usavámos, de preferência, a distância peça — objetivo medida na carta. Quando o objetivo não figurava na carta, escolhámos um ponto auxiliar, um ponto que lhe ficasse próximo e que figurasse na carta; por comparação, por estimativa ou com a escala, obtinhámos a distância desejada. Quando nem isso era possível, dada a urgência da missão e por não dispormos de carta no momento, avaliávamoq's a distância a olho, qualquer diferença corrigíamos durante a própria regulação do tiro, como explicáremos mais além.

Quer no setor Mº del'Oro x Rocca Pitigliana, quer no próprio ataque ao Monte Castelo, realizámos verdadeiros tiros de montanha e empregámos sempre a distância medida na carta, isto é, reduzida ao horizonte; como sempre, essa diferença amais nos preocupou, pois, que a corregimos na própria regulação do tiro.

Não dejesámos ultimar essa parte do nosso trabalho sem embrarmos que essa cousa simples de que tanto nos valemos, medida de distância e medida de azimute na carta, requer uma segurança absoluta do operador, isto é, que êle esteja perfeitamente senhor do assunto, pois, que a pressa, o ambiente, tantas vezes provoca um nervosismo que conduz a enganos bem desagradáveis.

N. R. — Vida o n.º 392 do mês de Janeiro da Revista.

AVISO

As transferências de residência devem ser
comunicadas VIA RADIO
ao nosso diretor gerente.

Coopere com a administração da Revista
que não terá motivos para reclamações.

ESTATÍSTICA E MOTOMECHANIZAÇÃO

Todos nós sabemos que uma força motomecanizada só entra em seu período de completa eficiência quando dispõe de um abastecimento e de uma manutenção perfeitos. Ambos constituem problemas amplos e não podem ter soluções isoladas. Ao contrário, a interdependência entre êles é de tal ordem que, sómente com uma colaboração muito íntima, se poderá chegar a resultados satisfatórios, dentro da maior economia possível.

Nosso objetivo, hoje é fazer uma observação sobre os pedidos ao Depósito Central de Material Motomecanizado.

Nada possuímos sobre dados de mortalidade das peças de automóveis, no nosso Exército. Assim, baseamos os nossos primeiros trabalhos nas relações de peças de sobressalentes utilizadas no Exército Americano. Motivos de guerra, aliados a outras razões, fizeram com que as próprias tabelas americanas não fossem obedecidas nos suprimentos recebidos inicialmente.

A mortalidade das peças varia com as condições de solo, estradas, etc., de cada país. Dest'arte as tabelas de peças para suprimentos, quando transplantadas de um país para outro, devem sofrer as ajustagens necessárias, em face das condições inerentes a cada região. E, essas ajustagens só podem ser feitas, com certa precisão, por meio de números estatísticos, levantados pelos depósitos de suprimento.

Em um país como o Brasil, de natureza tão diversa, os números estatísticos, levantados por depósitos de zonas diferentes, nos conduzirão à adoção de tabelas de relações básicas de peças, também diferentes em quantidades.

Adotamos, como uma prática geral, ligar os nossos telefones para o Depósito de Motomecanização, indagando da existência, em estoque, desta ou daquela peça. Si existe no Depósito, organizamos o pedido, e, si não existe, nada fica registrado sobre ela. Consequentemente, a frequência da pro-

cura de peças, registrada pelo Depósito, não traduz a realidade dos fatos; isso prejudica enormemente as aquisições, pois não dispomos de outros dados de consumo senão os que ficam registrados nos Depósitos.

Então, como poderá a D. M. M. chegar a números estatísticos que traduzam, de fato, as nossas necessidades em peças de sobressalentes, em face das nossas condições particulares?

Encarecendo aos Snrs. Comandantes de Corpos e Chefes de Repartições Militares a fineza de evitarem as consultas telefônicas ao Depósito de Material Motomecanizado e de mandarem fazer, sistemáticamente, o pedido normal das peças de sobressalentes que necessitarem. Atendendo a esta solicitação, estão os utilizadores do material motomecanizado cooperando para a eficiência da própria Unidade ou Repartição.

Convençamo-nos da seguinte realidade:

- a) — sem suprimento e manutenção jamais teremos uma força motomecanizada em boa ordem;
- b) — nada poderão as altas autoridades fazer si não forem apoiadas pela colaboração incondicional das que lhes são subordinadas.

Coooperemos, pois, no sentido de auxiliar a D. M. M. os seus múltiplos e espinhosos encargos, atendendo às suas solicitações.

S A C I P A

Sociedade Anônima Comércio e Importação de
Produtos Americanos

Representantes de SHARP & DOHME - Philadelphia U.S.A.

Rua Cláisse Índio do Brasil n. 20 --- RIO DE JANEIRO

Plasma — Sulfonamidas — Vitaminas — Especialidades Farmacêuticas — Produtos Biológicos.

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO OFICIAL

"O poder atribuído a um oficial pelo sistema militar, para influir nas carreiras e mesmo nas vidas de outros, exige que esse poder seja justamente exercido" Cel. THORNTON CHASE. (transcrito da "A DEFESA NACIONAL" de Set. de 1946.

Cap. FERNANDO ALLAH M. BARBOSA

Neste momento, quando os estudiosos das coisas militares, se debruçam sobre os relatórios das operações da última guerra à procura de ensinamentos, quando se reestruturam as organizações militares à luz desses ensinamentos, quando paira no ar um ambiente de expectativa e de renovação, parece-nos adequado alinhar aqui alguns comentários sobre a formação profissional do chefe, dentro do quadro das realidades brasileiras. O assunto tem sido muito debatido por outros que, com mais autoridade que nós, já se hão ocupado dele e não nos move a pretensão de aduzir novos argumentos a esse ou aquele ponto de vista. Também não se tratará de trabalho de folego, com vasta bibliografia em apêndice, destinado a esgotar o assunto, que a tanto não nos credencia a idade nem a experiência. Julgar-nos-emos mais que bem pagos se, trazendo a lume o assunto, despertarmos para ele a atenção daqueles que estão mais capacitados para resolvê-lo. Esse, o nosso único intuito.

Sempre nos pareceu que a formação profissional dos nossos oficiais se ressentia de grave lacuna, por isso que se deixava à experiência, ao bom senso e à educação doméstica de cada um, aquilo que constitue a base da estrutura militar, isto é, as relações entre comandados e comandantes. Por outro lado, quer nos parecer que os assuntos tratados nos nossos cursos de formação não se ajustam bem ao quadro da vi-

da quotidiana do oficial de tropa que êles devem formar. Esse ajustamento se vem dando através do exercício das funções de comando, já no âmbito do corpo de tropa, o que não se nos afigura de bom aviso, visto que os casos em que êsse ajustamento nunca se dá se vão tornando cada vez mais numerosos, como é fácil de aquilatar a quem observe, mesmo de relance, as tendências e aspirações dos nossos oficiais, sobretudo os mais modernos. Além disso, certas circunstâncias de momento, têm demonstrado patentes lacunas dos nossos cursos de formação, lacunas essas que procuramos sanar por meio de cursos complementares, o que vem acarretando não só o afastamento de grande número de oficiais subalternos dos corpos de tropa, como também um acréscimo bem considerável de dotações para a manutenção dessas escolas especializadas, que, em realidade, só atingem o fim a que se propõem em parte, impossível que é facultar à totalidade dos oficiais a oportunidade do adestramento nessas escolas.

Isso tudo nos leva a admitir que estamos necessitando de cuidar seriamente do problema da formação dos nossos oficiais, sobretudo com a finalidade de encaminhá-lo para uma solução objetiva e condizente com as necessidades brasileiras. Entretanto, desde que se deseja uma solução objetiva temos que estabelecer, antes de procurá-la, as finalidades que nos propomos atingir, sem o que correremos o risco de chegarmos, como alias nos tem acentecido até aqui, ao estabelecimento de soluções, sem dúvida dentro dos mais puros padrões clássicos estabelecidos em países mais adiantados, mas infelizmente inoperantes, quando não perniciosas, entre nós.

E' cruel que o curso de formação deve permitir ao oficial o desempenho das funções de comando e administração, centro da respectiva arma ou serviço, até o posto de capitão, inclusive. Mas, e aí é que está a chave do problema, a simplicidade do conceito acima não exprime, de nenhum modo a multiplicidade de aspectos que podem assumir essas funções de comando e administração, sobretudo se levarmos em consideração o seguinte: que, no Brasil, teremos que lidar com recrutas de diversas origens étnicas, de diversos graus de instrução, sub-alimentados, etc. e que mister se torna uma atitude para cada caso particular. Que para ser bom instrutor, o oficial deve estar em condições de penetrar na psicologia do recruta, afim de bem compreendê-lo, para melhor orientá-lo. Que só através do tenente e do capitão é possível o exercício da função social do Exército, o que, num país como o nosso, deve ser fundamental.

Vemos assim que, além das qualidades normalmente apontadas como indispensáveis a um bom chefe, é necessário que ele possa falar a mesma linguagem que os seus subordinados, isto é, que ele os conheça profundamente, que ele possa influir nas suas ideias, que ele possa sentir os seus problemas, pois sem que tal aconteça é impossível o estabelecimento dessa confiança reciproca, dessa cadeia de elos morais que, ligando o comando e os comandados, faz com que o exercício das funções de comando se faça sem atritos e sem resistências. Do contrário, a obediência se fará apenas através do "terror do castigo", o que a torna não só odiosa, mas sobretudo precária.

Sei que muitos, talvez a maioria, não pensam desse modo, po's, é comum entre nós dizer-se que "o nosso temperamento não comporta a disciplina consciente". Entretanto, nada é menos verdade que essa asserção a qual constitue, antes de mais nada, grave injustiça à índole reconhecidamente ordeira do nosso povo. Basta que atentemos para os exemplos, inumeros, aliás, entre nós, de dedicação da tropa aos chefes que se fazem compreender e que conseguem encontrar o caminho que conduz ao coração dos seus soldados. O que há, em verdade, é que apenas uma pequena minoria entre os nossos oficiais está em condições de se fazer estimar, respeitar e obedecer pelo estabelecimento de um ambiente de confiança e bem estar em torno de si. Essa pequena minoria é constituída ou de auto-didatas ou daqueles que trouxeram do berço o segredo do comando, o instinto do "leader".

O Exercito, porém, não pode ficar na dependência desse auto-didatismo esporádico e não raro mal orientado ou do aparecimento dos comandantes natos, mais raros ainda. É necessário e urgente que a totalidade dos oficiais saídos das escolas de formação tendam para um nível médio de capacidade de comando e se ponham em condições de bem cumprir as suas funções, isto é, que ao lado de uma doutrina de guerra em função da qual se sistematizam os processos de combate, tenhamos também uma espécie de doutrina de comando, através da qual procuremos sistematizar os PROCESSOS DE COMANDO.

E' evidente, ou pelo menos assim nos parece, que tal resultado só se pode conseguir por intermédio de orientação segura e bem encaminhada, não só para a seleção como também e, principalmente, para a formação dos novos oficiais.

Na parte que tôda à seleção dos candidatos já muito se

tem feito no Brasil e as nossas publicações especializadas em assuntos militares têm dedicado, pela palavra dos seus colaboradores mais brilhantes, um número de páginas cada vez maior e essa questão. Por outro lado, os métodos de seleção adotados pelo Exército Americano durante a guerra que acaba de terminar podem servir de guia muito seguro para a adoção entre nós, de enormes uniformes e adequadas, visto como trata-se, aí, de pura questão de técnica de aplicação de testes. Toda a dificuldade estará na organização desses testes, que, evidentemente, devem se ajustar ao nosso meio educacional, social e económico, sem o que não darão os resultados que seriam de se esperar. Entretanto, não só existe no Exército quem se possa encarregar desse trabalho, como também o Ministério da Educação possui um corpo de Técnicos de Educação perfeitamente habilitados para trabalhos dessa natureza. Assim sendo, passemos ao problema da formação do oficial, isto é, da sua passagem pelas escolas de formação, onde a nosso ver deve ser feito o trabalho de orientação profissional, nos moldes requeridos pelo papel que ao Exército cabe desempenhar no quadro das atividades atuais da Nação.

Atualmente, essa formação se processa sob o triplice aspecto da educação moral, física e profissional, o que a nosso ver não é suficiente e deve ser completada com uma formação psicológica visando criar um maior ajustamento do oficial às funções de comando; uma padronização, tanto quanto possível, dos processos dos comandos, com os inevitáveis reflexos que isso traria à disciplina da tropa e à continuidade de orientação da instrução e da administração nos corpos de tropa; a criação de uma mentalidade consentânea com as nossas necessidades e com as nossas realidades seja no campo militar, seja no campo das atividades económicas e sociais, posto que só a criação dessa mentalidade nos possibilitará, em casos de guerra, uma perfeita mobilização dos meios materiais.

Estabelecido que o jovem oficial deve ter a sua formação orientada sob os quatro aspectos acima mencionados, examinaremos, agora, cada um de per si, a fim de podermos chegar a algumas conclusões sobre as mudanças que nos parecem imperativas e inadiáveis na organização, nos programas e na orientação do ensino das nossas escolas. Inicialmente, porém, chamamos a atenção do leitor para o fato de que, qualquer que seja o aspecto sob o qual se encare o problema da formação dos novos oficiais, não se pode perder de vista que se trata de formar, não um executante, mas um instrutor, um guia,

um orientador. Isso a nosso ver é de suma importância para que se possa chegar a resultados práticos e, queremos crer, tem sido muitas vezes relegado a segundo plano nos programas de ensino da Escola Militar, onde, tanto quanto podemos julgar, se procura mais ministrar conhecimentos, do que ensinar como transmitir, ao recruta, a parte desses conhecimentos que deve constituir a bagagem do reservista. Feitas essas considerações iniciais, que nos parecem importantes, passemos a examinar, mais detalhadamente, cada um dos aspectos da formação do oficial.

FORMAÇÃO MORAL — E' evidente, cremos mesmo que é questão pacífica, que a formação moral do oficial na Escola Militar deve ser complementar, posto que se exercerá sobre indivíduos de boa formação doméstica, rigorosamente selecionados. Consequentemente, trata-se, na Escola Militar, de criar um ambiente de estímulo, que permita o aprimoramento das qualidades de espírito de sacrifício, amor à responsabilidade, lealdade, coragem, persistência, espírito de cooperação, devotamento à causa comum. Esse ambiente depende, em grande parte, do exemplo dos instrutores, cuja seleção se deve fazer, tendo em vista não só as qualidades profissionais, mas também as possibilidades que apresentem de concorrer para o estabelecimento desse ambiente. Além disso, a Escola Militar deve ser o grande núcleo criador da **disciplina consciente**, de onde ela, paulatina, mas seguramente se irá irradiando para todo o Exército. Portanto, a formação moral do cadete deve, por igual, criar o reflexo da disciplina consciente. Entretanto, convém notar que, sendo essa disciplina o reflexo de um estado psicológico, só se pode chegar a ela através processos igualmente psicológicos. Tendo visto, entre muitos dos nossos companheiros o êrro de confundir **disciplina consciente** com aquilo que poderíamos chamar uma **consciente disciplina inconsciente**, isto é, uma sistemática passividade disciplinar dante de fatos que não são compreendidos ou cujas finalidades não são percebidas. E', talvez, essa confusão primária a responsável pela atitude de descrença que paira em torno da chamada **disciplina consciente**, para alguns **incompatível com o nosso temperamento latino**. Poderíamos aduzir, aqui, uma série de fatos notórios no nosso Exército, que constituem admiráveis exemplos de disciplina consciente, para mostrar que, toda a vez que o trabalho psicológico foi bem executado os resultados foram os mais animadores possíveis, a despeito do **nossa temperamento latino**.

Também poderíamos citar outra série de fatos igualmente notórios em que essa disciplina não se manifestou pelo fato simples de os subordinados não haverem sido convenientemente preparados. Isso, porém, fugiria à finalidade desse trabalho, que não se propõe descer a tantos detalhes, sendo mais um apanhado ligeiro, dos aspectos que julgamos interessantes como convite à meditação daqueles que nos lerem. No entanto, há dois pequenos fatos da vida militar, bem sentidos e bem conhecidos de todos nós, que não nos podemos furtar ao desejo de citar aqui, visto tratar-se de casos típicos que ilustram, de modo bastante claro, as nossas palavras. Tornou-se ua tradição da Escola Militar o garbo das suas formaturas nos desfiles em que toma parte. Ao transpor os portões da Escola o calouro é, desde logo, trabalhado pelos veterenas e cientificado da responsabilidade que lhe cabe na continuacão dessa tradição; cada um se compenetra de que o brilho da próxima exibição da Escola Militar vai depender da sua própria execução. Resultado: não nos consta que em qualquer tempo os instrutores tenham lutado com dificuldade de ordem disciplinar no prenaro, no treino ou na execução de uma parada de 7 de Setembro. Inversamente, porém, chega a um corpo de tropa um novo contingente de recrutas e, no primeiro dia de instrucão o oficial os põe em forma e começa com as seguintes palavras: "Agora, nos vamos tratar da continência" e, naturalmente, recita o R. Cont. Depois, também de acordo com a praxe, (ele crê que está aplicando um sábio princípio de pedagogia que diz — aprender fazendo —) o oficial cria "casos" de continência em que os recrutas funcionam ora como superiores, ora como subalternos, parados umas vezes, em movimento outras etc. E durante todo o tempo o oficial e os seus sargentos com olhos de lince, alguns gritos e a compenetração que exige a delicada missão de ensinar a fazer continência vão corrigindo, escrupulosamente, as atitudes, os gestos e as durações. Isso se prolongará, normalmente, por duas horas, frequentemente, ao sol. Para terminar, o oficial concluirá que, uma vez que já foi ensinado, não haverá mais desculpas para uma falta de continência e que isso será dali por diante punido com xadrez. Resultado: nunca mais, nenhum dos recrutas presentes fará uma continência expontânea, sem que não seja para fugir ao castigo. Deixamos que o leitor conclua a respeito das possibilidades da disciplina consciente face ao nosso temperamento latino, comparando os processos empregados nos dois casos e os resulta-

dos obtidos. Entretanto, antes de continuar, desejamos chamar na atenção para o fato de que no primeiro caso os novos cadetes eram inteiramente ignorantes das coisas militares e que no segundo se tratava, provavelmente, de gente humilde, proveniente da lavoura, onde é costume se cumprimentar até os estranhos, quanto mais aqueles que detêm uma situação social mais importante.

Do que acima foi dito, pode-se facilmente induzir que o problema da formação moral se acha intimamente ligado ao da formação psicológica, de que trataremos mais tarde. No primeiro, tentaremos criar no cadete qualidades próprias, para seu uso pessoal; no segundo caso iremos prepará-lo para criar essas mesmas qualidades naqueles que passarem pelo seu comando. Assim sendo, não nos alongaremos mais aqui, pois ainda teremos que voltar ao assunto, quando tratarmos da formação psicológica do oficial.

Há, porém, outro aspecto da formação moral do Chefe de que não se falou até aqui e que também reputamos importante. É o da mesma formação inicial. Oficiais que são de um mesmo exército, devendo contribuir para um fim comum, não se comprehende que tenham formações iniciais diferentes, tanto mais que é patente que essas diferenças de formação se traduzem em diferenças de mentalidade, criando depois obstáculos, não nesse sentido, quando se levou a Escola de Intendência para Resende. Isso, porém, não é suficiente pois ainda restam os médicos, os dentistas, os veterinários cuja formação se processa fora do ambiente da Escola Militar. Podemos bem aquilatar das dificuldades que se teriam de vencer para conseguir que a Escola Militar se transformasse em verdadeira Universidade Militar para poder atender à formação de oficiais de todas as armas e de todos os serviços. Entretanto, afíca mais essa sugestão, para a meditação do leitor.

Vamos, agora, para terminar esse capítulo sobre a formação moral do oficial, tocar em outro assunto, bastante delicado, por sinal. É o *espírito de arma*. Ele é sem dúvida necessário e salutar quando dentro das proporções justas e quando se torna elemento de estímulo ao aperfeiçoamento de cada um. Entretanto, quando chega a constituir um obstáculo ao franco entendimento e colaboração entre as armas, ele é nocivo e deve ser coibido. Na Escola Militar, dada a convivência prolongada de elementos de todas as armas é possível se estabelecer esse espírito de arma nas devidas proporções, sobretudo se facilitarmos o intercâmbio entre os diversos cursos

em proveito de um melhor conhecimento mutuo. Assim, não vemos por que não possa a instrução de O. T. ser dada para todos os cadetes por instrutores de Engenharia ou por que os instrutores de Infantaria não possam tomar a seu cargo a instrução de armamento. Por outro lado, talvez que a organização das sub-unidades com cadetes de todas as armas fosse uma providência interessante, se bem que de concretização mais difícil, pois, dadas as inevitáveis diferenças de horário, iria, certamente, tornar mais arduo o exercício do comando. Entretanto, é mais uma idéia a ser ventilada e se possível experimentada.

FORMAÇÃO FÍSICA — Nos moldes atuais é, talvez, a formação física do oficial a que melhor cumpre as suas finalidades. E' indiscutível que ela tem merecido sempre o carinho dos responsáveis pelo nosso ensino militar e, sobretudo, que tem sido bem orientada. Entretanto, alguns reparos, sobretudo na questão de detalhes talvez não sejam descabidos e, já que estamos com a mão na massa, vamos nos abalancar e externar o nosso ponto de vista.

Em primeiro lugar, nos parece que se tem tido mais em vista, na Escola Militar, a formação do cadete individualmente, que a do instrutor de Educação Física que ele será ao sair da Escola. Isso, quer nos parecer deve ser sanado o mais rapidamente possível o que só será possível dando-se maior extensão ao curso de educação física, levando-o mesmo à amplitude que possue o da Escola de Educação Física do Exército, que neste caso se tornaria um mero Departamento da Escola Militar. No nosso modo de encarar a questão não se comprehende, dentro de um Exército Moderno, um curso de especialização em Educação Física, pois a totalidade dos nossos oficiais deveria estar preparada para ministrá-la efficientemente, sobretudo se tivermos em vista o quanto ela se torna indispensável dentro dos quartéis, já pelo extremo abandono a que tem sido relegada nos meios civis, já pelo baixo índice eugenico do nosso povo. Dissemos, de inicio, que isso não tem sido descurado entre nós, mas nunca será superfluo repisar que o problema da eugenia da raça é fundamental para nós; que ainda estamos muito longe de uma solução satisfatória e, sobretudo, que o Exército tem uma enorme responsabilidade no assunto. Assim sendo, vamos preparar cuidadosamente os nossos oficiais para o desempenho dessa missão. Vamos fazer com que todo o Exército seja especialista em educação física, se é que assim podemos dizer. A guerra que acaba de

terminar deixou, entre outros, esse grande ensinamento: o soldado deve ser físico e mentalmente saudável ou será ineficiente. Tratemos, portanto, de cuidar do nosso homem, ensinando-o não só a lidar com o armamento moderno, mas sobretudo a cuidar de si próprio, pois que, infelizmente ele não o sabe.

Por outro lado, é necessário que tenhamos em vista a repercussão que a elevação do nosso índice de eugenia terá sobre o nosso potencial econômico, pois o homem, tornado melhor soldado pela educação física, será, ao deixar o quartel, melhor operário ou melhor agricultor com novas aspirações e novos incentivos. Creio que não será necessário ir mais longe para provar que os resultados que se podem obter justificam plenamente o desejo de se ter mais e melhores instrutores de educação física.

Outro reparo que se pode, talvez, fazer à orientação dada ao preparo físico do cadete é o carinho desvelado pelo atleta. Convenhamos em que o campeão tem a sua razão de ser no estímulo que proporciona ao aperfeiçoamento individual de cada um e sobretudo como índice da elevação dos padrões eugenéticos do meio de onde provém. Os elementos de escol sempre existiram em todos os agrupamentos humanos, qualquer que seja o prisma sob o qual encaremos esses agrupamentos. Entretanto, eles não constituem a massa e é dessa que precisamos cuidar. Deixemos que os atletas surjam espontaneamente nela melhoria do nível médio do conjunto, pois só dessa forma eles serão índices seguros dessa melhoria. Criá-los carinhosamente, como produtos de estufa, com prejuízo do treinamento dos demais é erro, tanto mais grave quanto tem reverberações de fundo psicológico que cumpre evitar de qualquer modo. E' esse carinho desmedido pelo elemento que se salienta, o responsável, talvez, pelo desinteresse da maioria pelas coisas da educação física. Parece que os demais se capacitam de que só se deve praticar um esporte quando se tem possibilidades de brilhar; cria-se a mentalidade de fazer com que todas as coisas gravitem em torno dos poucos que possuem qualidades excepcionais. Evidentemente isso traz consequências desastrosas que será desejável eliminar.

Finalmente, afigura-se-nos que a educação física não tem corrido paralelamente com a educação sanitária, como seria de se esperar. Não é suficiente formar o instrutor; é mister formar também o orientador posto que o oficial combatente, dado o maior contacto que tem com o homem, tem muito maiores possibilidades de grangear-lhe a amizade e a confi-

ança, constituindo-se, assim, em precioso auxiliar do médico na organização sanitária do recruta. Mas, para isso, é indispensável que possua, ele as noções essenciais ao desempenho desse papel, o que é simples, e, também, a consciência da responsabilidade desse mister, consciência essa que é forçoso criar. O oficial combatente tem, via de regra, uma noção muito limitada daquilo que constitue a sua missão, partindo do princípio de que lhe cabe, apenas, ministrar a instrução profissional. Isso, porém, não está certo. Os nossos regulamentos impõem ao comandante, muito sabiamente, a obrigação de se constituir em guia e em amparo moral dos seus subordinados, mas isso, salvo raras exceções, não tem sido levado entre nós na devida conta, provavelmente porque, quando cadetes, também não tiveram os atuais chefes amparo moral da parte dos seus instrutores na Escola Militar e, consequentemente, essa necessidade não apareceu de forma palpável, não encorpou à sua bagagem mental, não criou reflexos.

Cuidemos do nosso homem, defendendo-o das enfermidades, ensinando-o a bem se alimentar e desenvolvendo-lhe o gosto pelos esportes e, possivelmente, poderemos varrer da nossa história certos preconceitos a respeito da capacidade do mestiço, tão ao sabor dos que tudo observam pela rama, sem critério científico e que concluem por ouvir dizer, sem sentir, sem observar e sem constatar. Mas isso já é outra questão.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL — O Curso da Escola Militar é dividido em duas partes, como é do conhecimento geral. Uma dedicada ao ensino técnico profissional e outra dita fundamental. Procurando separar bem as idéias, vamos examinar cada uma dessas partes de per si, mesmo porque, tanto quanto podemos aquilitar, uma tem sido muito bem cuidada e muito bem orientada, enquanto que a outra está, ao que tudo indica, necessitando de um ajustamento profundo às nossas realidades.

A parte técnico-profissional, cuja orientação cabe, em última análise, ao E. M. E. é sem dúvida, bem ministrada. Como sugestões para a sua maior eficiência, poderíamos citar a incorporação às atividades escolares dos cursos de Moto-Mecanização e de Transmissões, tal como já foi sugerido, linhas acima, para o curso de Educação Física. Por outro lado, talvez fosse interessante dar maior desenvolvimento a determinados cursos, na nossa opinião pouco extensos. Estão nesse caso o ensino de História Militar que poderia ser ampliado e completado com Geografia da América e o de Resistência dos Materiais, esse, privativo da arma de Engenharia e de todo insuficiente no preparo de jovem

oficial dessa arma, dadas as tarefas que, normalmente, lhe são afetas nos corpos de tropa e, particularmente, nas Comissões de Estradas. Além disso, uma cadeira de Guerra Química se torna imprescindível como complemento da formação profissional dos oficiais de todas as armas, visto o desenvolvimento que vêm tomando as atividades de Guerra Química.

E', porém, no que concerne ao ensino dito fundamental que nos parece mais necessária e mais urgente uma mudança no modo de encarar o problema. E' interessante e deve ser anotado aqui, que a maioria dos oficiais estão acordes na inutilidade, para o exercício da profissão, de algumas das cadeiras que constituem essa parte do curso. Entretanto, raras as vezes que, oficialmente, se vão levantando pedindo a reforma de um programa obsoleto e que só permanece de pé mercê de um tradicionalismo exagerado e incompreensível.

Isso é tanto mais condenável quando sabemos que o aluno, ao ingressar na Escola Militar, já deve possuir sólidos conhecimentos de matemática, de física, de química, etc., não sendo cabível que a Escola Militar tome a si aprofundar e extender esses conhecimentos, salvo se eles fossem imprescindíveis para o exercício do oficialato, o que não se dá. Por outro lado, o tempo perdido em ministrar tais materiais, completamente sem aplicação na vida cotidiana do oficial é, como não podia deixar de ser, roubado ao ensino de outros assuntos, a nosso ver bem mais importantes, que desse modo ficam relegados a segundo plano, quando não totalmente descurados.

Assim é que, do nosso ponto de vista, parece bem mais interessante uma cadeira de psicologia que a de mecânica racional ou a de física. Também a Sociologia e as línguas vivas me parecem com mais direito a figurar num curso de formação de oficiais do Exército que a Geometria Analítica ou a Descritiva. Talvez não seja possível romper com uma tradição de tantos anos e substituir, completamente, algumas dessas cadeiras, como nos parece, em verdade, aconselhável. Entretanto, a simplificação dos programas, possivelmente, tornaria viável a recuperação de parte do tempo de cadete para o ensino da psicologia, da sociologia, do inglês e do castelhano, matérias que nos parecem fundamentais para o oficial brasileiro.

Há, porém, uma coisa sobre a qual desejamos deixar bem claro o nosso pensamento. Quando dizemos da conveniência que encontramos em se substituir o curso de Física por um de Psicologia, por exemplo, não desejamos, em absoluto, que se troque aquele enorme volume de notas mimeografadas, tão nosso conhe-

cido, e que começava (pelo menos quando fomos cadete) dizendo "Dois conjuntos de coisas nos cercam e nos impressionam..." por outro que se iniciasse dizendo: A Psicologia é a ciência... etc. Realmente não será com mais teoria, com maior quantidade de indigeríveis polígrafos que melhoraremos a formação dos nossos oficiais. Muito ao contrário, aquilo de que necessitamos é de cursos objetivos e práticos, onde se ensina exatamente aquilo que vai ser usado pelo oficial. Quando falamos de um curso de Psicologia, nos o compreendemos tão prático, quanto possível, de modo que o cadete se ponha em condições de, posto face a uma turma de recrutas, estudá-los, compreende-los e orientá-los, imprimindo, portanto, um cunho de real eficiência à instrução.

Do mesmo modo, quando falamos em Sociologia, não estamos a cogitar de um curso cujo inicio fosse constituído pelo estabelecimento da posição da Sociologia no meio das demais ciências, mas sim por um estudo objetivo dos nossos problemas sociológicos, não só no âmbito nacional, mas também no âmbito regional, quando fosse o caso. Desse modo o oficial, principalmente, o jovem oficial teria muito mais facilidade de se identificar com os seus recrutas, pois haveria de conhecer os seus problemas e as suas necessidades, equivalendo isso a dizermos que estaria em condições de... os.

No que concerne ao estudo de línguas, creio ser desnecessário nos alongarmos, visto como já hoje todos sentem essa necessidade. Apenas, mais uma vez, garantiríamos a repigar que esse ensino deve se manter sempre no domínio do objetivo e nunca resvalar, como frequente acontece entre nós, para o plano das divagações literárias.

FORMAÇÃO PSICOLOGICA — No início desse trabalho tivemos oportunidade de definir como compreendíamos a formação psicológica do oficial. Entretanto, vamos fixar aqui mais alguns detalhes a respeito do assunto, que é de si mesmo, muito interessante e capaz de apaixonar aqueles que gostam das pesquisas ligadas ao domínio da psicologia e da psicanálise. Quando dizemos formar, psicologicamente, é claro que estamos a opinar pela necessidade de se formar a mentalidade do oficial de acordo com determinados padrões. Evidentemente, não se quer, nem isso seria aconselhável, violentar a personalidade do aluno. Ao contrário, é de toda a conveniência que se possibilite a oportunidade dessa personalidade se afirmar de modo categórico, sem o que nunca teremos um indivíduo consciente das suas responsabilidades, dos seus deveres e do seu valor. Entretanto, todos nós sabemos que a profissão deixa no caráter de todo homem traços

indeléveis, capazes mesmo, em determinadas ocasiões, de identificar o indivíduo como pertencente a esse ou àquele grupo profissional. Isso constitue a mentalidade profissional, ou seja, o produto de uma longa sedimentação psíquica. Desse modo, o que se deseja é encaminhar a formação dessa mentalidade profissional, segundo a direção mais conveniente ao progresso do grupo profissional militar brasileiro. Isso não é difícil, visto que o cadete chega à Escola Militar na idade exata em que se inicia a estratificação psíquica do indivíduo; em que o homem começa a tomar rumos definitivos na vida. Consequentemente, bem no momento em que a influência exercida, criteriosamente, sobre ele, pode dar resultados positivos.

Não nos cabe, evidentemente, sobretudo em trabalho de caráter tão ligeiro, como é este, tragar, ou mesmo propor, os rumos que seriam aconselháveis no tocante ao estabelecimento da mentalidade desejável para um oficial do Exército Brasileiro. Nós, tão somente, diremos que é mister que se saiba qual deve ser essa mentalidades e que, uma vez lá definida, o cadete deve ser trabalhado no sentido de absorvê-la da maneira mais completa possível.

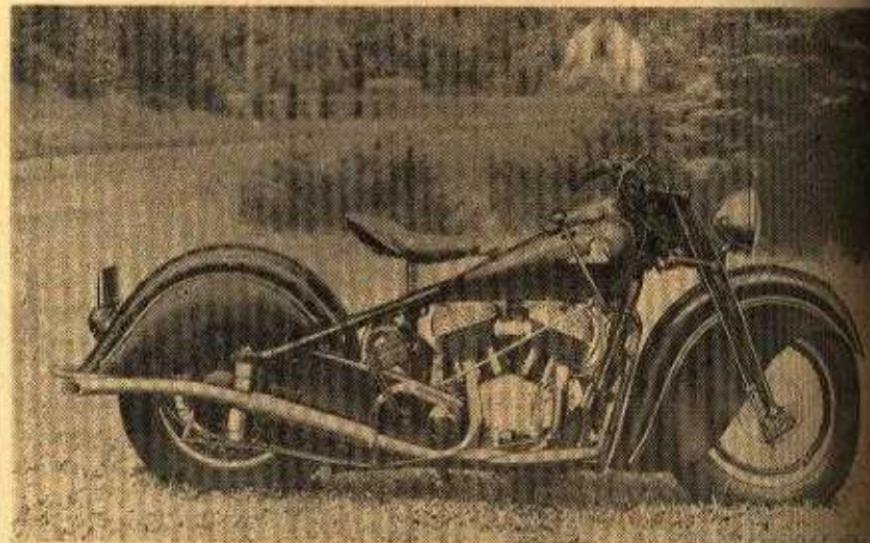
Entretanto, ainda que não desejemos entrar muito no mérito da questão, chamaremos a atenção dos leitores para a necessidade de se uniformizarem os processos de comando e os métodos de instrução. Isso se poderia conseguir, com relativa facilidade, criando-se na Escola Militar as cadeiras de Pedagogia e Metodologia do Ensino Militar.

E aqui, chegamos nós ao fim dessas rápidas considerações a respeito da formação profissional de nosso oficial. O leitor, certamente, após ler tudo isso, há de fazer duas ponderações: a primeira quanto à soma bem apreciável de matérias cuja inclusão no curso da Escola Militar foi aqui preconizada. Há, realmente, motivo para essa ponderação, pois não seria possível ministrar convenientemente todas essas novas matérias no decurso de apenas três anos. Entretanto, não vamos porque não se possa aumentar a duração do curso para quatro anos ou mesmo cinco, se fosse necessário. Os cursos superiores têm a duração média de cinco anos e, portanto, nada havia de se estranhar se o da Escola Militar também atingisse essa média. A segunda objeção decorreria, naturalmente, dessa nossa resposta, pois, muito haveriam de argumentar que o aumento da duração do curso acarretaria despesas incompatíveis com as nossas possibilidades. Isso, porém não procede. Esse aumento seria largamente compensado pelas verbas hoje destinadas à manutenção das Esco-

las de Educação Física, de Transmissões e de Moto-Mecanização e, mesmo que assim não fosse, os resultados alcançados justificariam perfeitamente os gastos realizados.

Ao terminar essas considerações, desejamos, mais uma vez chamar a atenção dos nossos companheiros para o fato de que não foi nosso intuito esgotar o assunto, mas tão somente chamar, para ele, as vistas dos camaradas que, realmente, se interessam por solucionar os nossos problemas. Se isso acontecer, temos certeza de que outras soluções mais completas e mais brilhantes surgirão em breve, presagiando novos rumos à formação dos nossos oficiais, que assim terão oportunidade de melhor servir ao Exército e ao Brasil.

Motocycleta "INDIAN" usada pelo Exército e Polícia dos EUA



Representantes exclusivos:

COMPANHIA COMERCIAL E MARITIMA
AVENIDA OSWALDO CRUZ, 67 - Tel. 25-2557

ESTADO MAIOR REGIMENTAL

Major CONSTANTINO M. DE CASTILHO LISBOA

ORGANIZAÇÃO DO PESSOAL DE INFORMAÇÕES — FUNÇÕES DO S-2 E COORDENAÇÃO COM OS OUTROS ELEMENTOS.

Referências: 100-5, 101-5, 7-40, 7-20, 30-5, 7-25.

1 — ORGANIZAÇÃO

O comandante de uma unidade para decidir necessita fazer uma profunda análise de determinados fatores que afetam a sua missão.

Entre esses fatores, destaca-se o inimigo, o mais incerto, por isso difícil de ser avaliado e interpretado.

O comandante porém não pode, pessoalmente exercer todas as tarefas referentes à busca e interpretação das informações, que constituem, talvez, parte mais complexa do problema tático; então, a partir de determinado escalão — Btl., elementos especializados cercam-no, proporcionando-lhe informações adequadas e oportunas que servirão de base às suas conclusões sobre o inimigo.

A organização de uma 2.^a Secção é variável. Deve ser apta a exercer a coleta de informações, através de uma determinada zona de extensão proporcional ao valor e missão da unidade.

O regimento colhe as informações por meio de patrulhas, esclarecedores, Po, Btis, sendo o raio de acção da busca limitado pela restrita capacidade de acção dessas agências, enquanto as grandes unidades são dotadas de maiores amplos órgãos, tais como: aviação, radiogoniometria, rádio interceptação, agentes secretos, etc.

Além da coléta, a organização das 2.ºs Secções deve facilitar a catalogação, avaliação, interpretação e difusão das informações, isto é, todas as fases do processo da produção da informação de combate.

O pessoal de informações do regimento pode ser organizado como segue:

- 1 Major, S-2 regimental, encarregado de todos os deveres referentes ao processo da produção de informações de combate.
- 1 desenhista topógrafo, seu principal auxiliar e encarregado do serviço de esbôcos, calcos, mensagens, Carta da Situação e Fólha de Trabalho.
- Certos homens disponíveis do Pel. de Rec. e Inf. (auxiliares).
- 1 órgão especial de buscas de informações — o Pelotão de Reconhecimento e Informações.
- conforme a situação, pôde receber uma equipe para o interrogatório de prisioneiros.

Certos elementos funcionam no PC do Coronel com encargos normais de EM e outros em funções operativas de informações. Alguns deles podem ser enviados para junto de destacamentos de segurança, afim de relatar diretamente as informações, como no estabelecimento e funcionamento de PO, composição de sistemas de alerta ou em missões especiais.

2 — QUALIDADES DO PESSOAL

O S-2 deve possuir base sólida e sobre todos os assuntos referentes a informações e ser perfeitamente instruído e treinado na organização tática da unidade a que pertence.

Além disso, completa-lhe a bagagem profissional, o conhecimento da organização do inimigo, a psicologia nacional, a moral e a linguagem.

Em cada PC, o S-2 é o especialista das operações do inimigo.

O PROBLEMA DA SELEÇÃO do pessoal especializado para funções de informações deve ser encarado com cuidados reflexão. São qualidades necessárias: físico excelente, bom discernimento, espírito observador, iniciativa, zelo, senso de responsabilidade, discreção.

A par da instrução básica do soldado, recebem um treinamento especializado nos assuntos concernentes a informações e

contra-informações e devem, pelo contacto pessoal, manter-se sempre ligados num grupo de servidores leais, entusiasticos e enérgicos.

3 — DEVERES DO S-2

1.º) INSTRUÇÃO: — A eficiência das operações das secções de informações só pode ser assegurada se o seu pessoal for treinado em todos os assuntos da especialidade.

O treinamento no Btls. e Regs. comporta de um modo geral as seguintes partes:

- a) Organização e funcionamento do PO.
- b) Patrulhamento e esclarecedores.
- c) Ligações e transmissões de informações.
- d) Conhecimento da tática inimiga.
- e) Prisioneiros de guerra, Docs. captura, identificações.

O S-2 superintende a instrução técnica de todo o pessoal de informações do Reg. de acordo com as diretrizes do comandante:

- na instrução especializada do Pel. Rec. e Inf.
- na instrução de informações e contra-informações do Reg.

2.º) ESTUDO CONTINUO DA SITUAÇÃO: — O oficial de informações deve estar apto, em qualquer tempo, a fornecer ao comandante e oficiais interessados uma estimativa do inimigo baseada na última situação conhecida, bem como uma apreciação do terreno sob o controle desse inimigo. Baseado nessa estimativa, o comandante tomará sua decisão, iniciando a ação designada pela missão; durante a operação impõe-se ainda estar constantemente informado de como reage o inimigo e evolue a situação geral, para poder evitar surpresas, enfrentar eventualidades do combate e tomar a tempo decisões seguras.

A estimativa será usualmente verbal, mas, se o S-2 dispuzer de tempo, poderá ser escrita. Em qualquer caso, definirá: localização e atividades do inimigo, identificações, valor das forças e terreno, juntamente com as conclusões sobre as suas possibilidades.

3.º) PREPARAÇÃO DE PLANOS E ORDENS, PARA A BUSCA DE INFORMAÇÕES: — É a coleta de informações, comportando um trabalho de análise e coordenação.

Quando algum E. E. I. (Elemento Essencial de Informações) é requerido pelo comandante, compete ao S-2 respondê-lo. Para isso, planejará a busca de um modo sistemático, porque tem que trabalhar com grandes variedades de matéria e fatos de diferentes naturezas; seguirá um processo lógico de análise, tendo em vista especificar, em ordens, as informações a serem colhidas, distribuindo-as às diversas agências coletoras:

a) analisa cada EEI à luz dos indícios reveladores da linha de ação que o inimigo adota ou poderá adotar, isto é, seleciona os fatos hostis que indicarão a resposta ao EEI solicitado.

b) Converte os fatos, relacionados como reveladores, em missão aos órgãos coletores ou em pedidos aos escalões superiores e vizinhos.

Todo esse trabalho considerado vai constituir o *Plano de Busca de Informações*, que é um processo contínuo.

Conforme ocorram mudanças e novos EEI tornem-se necessários e outros devam ser excluídos, impõe-se ao S-2 uma revisão nas missões bem como no tempo e no local onde as informações serão relatadas.

4.º) PREPARAÇÃO DAS INSTRUÇÕES PERMANENTES DE INFORMAÇÕES:

A coleta de informações não se limita ao pessoal especializado de reconhecimento e informações. É uma função de toda unidade e de cada indivíduo.

Para assegurar que aos PC fornecidas todas as informações sobre o inimigo o comandante prescreve "Instruções Permanentes de Informações" que são como que Normas Gerais de Ação para certos aspectos das operações de informações. As instruções servem de guia na falta de missões específicas e prescrevem: natureza das informações a serem relatadas em todas as ocasiões, prioridade, condições de tempo e local em que os relatórios devem ser apresentados e processo a ser usado nas transmissões dos mesmos.

As NGA prescrevem igualmente o que todas as unidades em contacto devem relatar, sem demora, e fornecem previsões para o procedimento com os prisioneiros de guerra e documentos apreendidos.

5.º) CATALOGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

O registro tem por fim dispor as informações de maneira

metódica para pronto manuseio. Após um exame inicial, cada informação será registrada por diferentes processos:

- a) Carta da Situação
- b) Diário
- c) Folha de Trabalho

Procedendo desta forma, o oficial de informações cria facilidades para o estudo, referência e comparação. Terá as informações classificadas por assuntos da mesma natureza (Folha de Trabalho), seriados cronologicamente (Diário), registados graficamente por meio de símbolos (Carta da Situação) para rápida referência das disposições e atividades do inimigo e que interessam à unidade.

6.º) AVALIAÇÃO E INTERPRETAÇÃO

As informações devem ser verificadas antes de serem utilizadas numa análise da situação do inimigo.

Após o recebimento, o S-2, na medida do possível, analizará cada item de informação afim de avaliar sua provável exatidão e determinar sua significação.

(1) — A avaliação comporta:

- a) Exame inicial: — natureza, oportunidade e distribuição própria.
- b) Verificação: — credibilidade da fonte e condições em que foi obtida a informação.
- c) Determinação da exatidão.

(2) — A interpretação comprehende:

- a) Cotejo com outras informações já verificadas afim de chegar a sua significação.
- b) Conclusões sobre as possibilidades.

7.º) DIFUSÃO DAS INFORMAÇÕES: — As informações devem ser difundidas em tempo de serem exploradas;

- a) imediatamente, pelo meio mais apropriado, a todos os comandantes e oficiais de EM que necessitam para ação imediata;
- b) pelos meios normais, aos escalões superior, subordinado, vizinho e de apôio.

Métodos:

- a) Cmt. e EM — Estimativa do inimigo.

b) Subordinados, vizinhos e apóios — Item "Informações" da Ordem de Operações, contacto pessoal, Relatórios da Unidade e mensagens especiais.

e) Escalão superior — Relatório da Unidade, Relatórios Especiais, contacto pessoal e mensagens especiais.

8.) FISCALIZAÇÃO DE TODAS AS ATIVIDADES DE INFORMAÇÕES. E' um trabalho externo da Seção de Informações, consistindo numa verificação sobre o desempenho dado pelos escalões subordinados e agências coletoras às suas missões, e, si fôr o caso, intervenção para esclarecer e facilitar o perfeito cumprimento delas.

9.) LIGAÇÃO INTIMA COM AS SEÇÕES CONGENRES DOS ESCALÕES SUPERIORES SUBORDINADO, APÓIO E ENQUADRANTES:

Será mantida por meio de :

a) Contácto pessoal, sempre que possível, pois é o modo de agir mais prático e eficaz. A troca de informações entre as diversas seções dos escalões superiores, subordinados e vizinhos será facilitada por meio de conferências entre os chefes respetivos.

b) Agentes especiais, particularmente durante o combate, asseguram rápida transmissão de informações vitais ao comandante interessado.

c) Oficiais de ligação.

10.) MEDIDAS DE CONTRA-INFORMAÇÃO: — Planejadas no escalão superior (Div.), as medidas de contra-informação se destinam a destruir a eficiência do sistema de informações do inimigo, garantindo a surpreza.

O S-2 verifica se as instruções de contra-informações, sejam as de rotina e constantes das NGA, ou sejam especiais prescritas pela Div., estão sendo cumpridas em todo o Reg.

A fiscalização do S-2 tem por fim :

a) verificar deficiências e removê-las;

b) verificar violações para as medidas corretivas do transgressor.

11.^o) EXAME DO PESSOAL INIMIGO E DOCUMENTOS APREENDIDOS

Sobre prisioneiros:

- a) Identificação.
- b) Separação por classes.
- c) Interrogatório individual e sumário, dentro de cada classe, no PR do Reg.
- d) Rápido exame de docs. só para informações de valor imediato para o Reg. (Esboços, ordens, cartas, etc.).

12.^o) CARTAS E FOTO AÉREAS

O S-2 faz o cálculo das necessidades do Reg., prepara os pedidos à Div. e fiscaliza a respectiva distribuição.

4 — COORDENAÇÃO COM OUTROS ELEMENTOS

A 2.^ª Seção não exerce a sua atividade, sem uma coordenação e ligação com as outras seções do EM e com certos elementos orgânicos do Reg.

Muitos assuntos são tratados de comum acordo:

a) Com o S-1

- (1) Regulação e disseminação de informações para o público. (No que referir ao Moral)
- (2) Censura (nos assuntos postais)
- (3) Medidas para manutenção do segredo que não sejam de caráter tático (Assuntos de PM e civis).
- (4) Prisioneiros de guerra e Docs. (Reunião, destino e relatórios).

b) Com o S-3

- (1) Carta da Situação e estudo contínuo da situação.
- (2) Localização dos PO.
- (3) Segurança.
- (4) Emprêgo da tropa de combate em missões de informações.
- (5) Contra-informações: — regulação da disseminação da informação para o público.
- (6) Instrução: — elaboração de programas de instrução no que se refere a Informações e contra-informações.

(7) Sistemas de alerta.

c) Com o S-4

(1) Material capturado: — quanto ao exame.

(2) Suprimentos: — cartas, fotos, etc.

d) Com o oficial da Transmissões.

(1) Localização do PO.

(2) Contra-informações: — camuflagem das linhas telegráficas, segredo nas transmissões, cumprimento de medidas de c|informações.

e) Com o oficial anti-carro

— Sistema de alerta anti-carro.

f) Com o oficial químico

— Informações sobre atividades da GQ. do inimigo (informação química).

g) Com os Btis unidades adidas e a disposição.

(1) Troca de informações.

(2) Consultas sobre necessidades e possibilidades.

(3) Sugestões em falhas existentes.

h) Visinhos e unidades de apôio.

— Pedidos e troca de informações.

i) Com o G-2

— Troca de informações.

5 CONSLUSÃO:

1.º — Que o S-2, além dos conhecimentos relativos às questões de informações, deve sér um perfeito S-3.

2.º — Que a 2.ª seção possue atribuições de EM e de operações.

— De EM: — Planos, ordens, registos, relatórios, etc.

— Operativas: — Observações, reconhecimento, exames de prisioneiros e documentos apreendidos, etc.

3.º — Qu as suas funções são exercidas muito coordenadamente com os demais elementos, em particular com o S-3.

4.º — Que a caracteristica do trabalho é a *continuidade* visto se prender a um fator nunca conhecido de modo satisfatório, sempre em evolução.

5.º — Que a seção é um órgão especializado do comando, tanto informativo como capaz de assegurar o segredo tendo em vista a surpresa, para o bom êxito da operação.

CALCULO DE EXPLOSIVOS

NEWTON FARIA FERREIRA

Major de Engenharia

A dificuldade normalmente encontrada por nós militares para o cálculo de explosivos contrastando com a simplicidade oferecida pelos métodos americanos, levaram-me a traduzir as fórmulas e tabelas por eles empregadas, convertendo-as ao nosso sistema de medidas, o métrico decimal.

Essas fórmulas são referidas ao TNT, também chamado TRINITROTOLUENO, por nós conhecido simplesmente por TROTIL. Sua aplicação feita na secção de DESTRUIÇÕES do Departamento de Engenharia da Escola de Instrução Especializada tem apresentado resultados satisfatórios, razão pela qual nos apressamos a divulgá-las para conhecimento e utilização por nossos camaradas de todas as armas.

Para emprêgo por nossos oficiais e sargentos alunos fizemos imprimir em cartões de dimensões reduzidas (10 x 15 cm) de fácil transporte no bolso da camisa de instrução, todas as fórmulas e algumas tabelas, de modo a simplificar o trabalho do cálculo da CARGA necessária a qualquer tipo de destruição.

A simples leitura, com atenção, dessas tabelas é suficiente para familiarizar o interessado com o seu emprêgo. A solução de alguns problemas simples será o bastante para habilitar, qualquer interessado, ao cálculo rápido da CARGA necessária a uma destruição.

ESCOLA DE INSTRUÇÃO ESPECIALIZADA
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

CALCULO DE EXPLOSIVOS
FORMULÁRIO

NATUREZA	FORMULA	EMPRÉGO	OBSERVAÇÕES
CORTE DE MADEIRA	CARGA EXTERNA $C = 18D^2$ CARGA INTERNA $C = 3D^2$	PEÇAS DE MADEIRA ESQUADRIADA OU ROLIÇA	D= LARGURA DIMENSÃO EM METROS
CORTE DE FERRO	$C = 0,027 A$ $C = 0,073 A$	VIGAS COMUNS, TRILHOS, ETC.	A= ÁREA SEC- CÃO EM CM ²
CARGAS DE PRESSÃO	$C = 50 H^2 T$	VERGALHÕES, CABOS BARRAS E CORRENTES	H= ALTURA T- ESPESSURA EM METROS
CARGAS DE RUTURA	$C = 84 R^3 K E$	TABOLEIROS DE PONTES DE CONCRETO ARMADO, OU ARCS DE ALVENARIA	R- ESPESSURA EM METROS (TOMAR $\frac{1}{2} R$ PARA CARGAS INTERNAS) K- FATOR MATERIAL E- FATOR ENORMA- TO
BOEIROS	$C = 10 H^2$	BOEIROS EM ES- TRADAS EMPRÉGO ACONSELHA- VEL, ATÉ H=4.5 m.	H- ALTURA EM METROS (ALTURA ALIMA DA CARGA)
FORNILHO RÁPIDO	$C = 22.5 \text{ Kg}$ PARA CADA CARGA	INTERRUPÇÕES EM ESTRADAS	CARGA DISTÂNCIA ENTRE AS CARGAS 1.50 m PROFOUNDADE 1.50
FORNILHO DEMORADO	CARGAS MAIS PROFUNDAS $C = 36 \text{ Kg}$ CARGAS MENOS PROFUNDAS $C = 18 \text{ Kg}$		CARGA DISTÂNCIA ENTRE AS CARGAS - 1.50 m PROFOUNDADE 2.10 e 1.50 M
ENCONTROS (ESPESSURA MENOR QUE 1.50 m)	$C = 18 \text{ Kg}$ CADA CARGA DISTÂNCIA ENTRE AS CARGAS E PROFOUNDADE 1.50 m.	ENCONTROS E PILARES DE PONTES EM CON- CRETO OU ALVENARIA E ESTRUTURAS SEMELHAN- TES	COLOCAR AS CARGAS JUNTO A FACE INTERNA DO ENCONTRO

Escola de Instrução Especializada
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

CORTE DE MADEIRA

FÓRMULAS

CARGAS EXTERNAS

$$C = 18 D^2$$

C - carga em Kg

D - menor dimensão em metros

CARGAS INTERNAS

$$C = 3 D^2$$

EXEMPLOS

$$C = 18 D^2$$



$$C = 18 \times 0.25^2$$

$$C = 18 \times 0.0625$$

$$C = 1.13 \text{ Kg TNT}$$

USAR 5 petardos de 250 gr.

$$C = 3 D^2$$

$$C = 3 \times 0.4^2$$

$$C = 3 \times 0.16$$

$$C = 0.48 \text{ Kg TNT}$$



USAR 2 petardos de 250 gr.

Colocação da Carga	VALORES DE "D" EM METROS											
	0.15	0.20	0.25	0.30	0.35	0.40	0.45	0.50	0.60	0.70	0.80	1.00
VALORES DE "C" EM QUILOS												
INTERNA	0.07	0.12	0.19	0.27	0.37	0.48	0.61	0.75	1.08	1.47	1.92	3.00
EXTERNAS	0.40	0.72	1.13	1.62	2.20	2.88	3.65	4.50	6.48	8.82	11.52	18.00

ESCOLA DE INSTRUÇÃO ESPECIALIZADA
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

CORTE DE FERRO

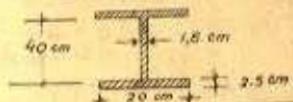
FÓRMULA:

$$C=0.027 A$$

C =CARGA EM KG

A =ÁREA EM CM²

EXEMPLO



FLANGES - LARGURA

ESPESSURA

20.0 cm

2.5 cm

1.4 kg

ALMA - LARGURA

ESPESSURA

6.4 cm

1.6 cm

1.0 kg

CARGA

CARGA - 2 FLANGES

$2 \times 1.4 = 2.8$

ALMA

$1 \times 1.7 = 1.7$

TOTAL

4.5 kg

CARGA EM QUILOS

SECÇÕES RETANGULARES DE FERRO DE DIMENSÕES CONHECIDAS

ESPESSURA	LARGURA EM CM												
	5	6	8	10	12	15	20	25	30	35	40	50	60
1/4	0.6	0.1	0.1	0.2	0.2	0.2	0.3	0.4	0.5	0.6	0.7	0.8	1.0
3/8	1.0	0.1	0.2	0.2	0.3	0.3	0.4	0.5	0.7	0.8	1.0	1.1	1.6
1/2	1.3	0.2	0.2	0.3	0.4	0.4	0.5	0.7	0.9	1.1	1.2	1.4	1.8
5/8	1.6	0.2	0.3	0.4	0.4	0.5	0.7	0.9	1.1	1.3	1.5	1.7	2.2
5/4	1.9	0.3	0.3	0.4	0.5	0.6	0.8	1.0	1.3	1.5	1.8	2.1	3.1
7/8	2.2	0.3	0.4	0.5	0.6	0.7	0.9	1.2	1.5	1.8	2.1	2.4	3.0
1	2.5	0.3	0.4	0.5	0.7	0.8	1.0	1.4	1.7	2.0	2.4	2.7	3.4

- NOTA: 1. MEDIR AS SECÇÕES RETANGULARES ISOLADAMENTE
 2. ACHAR PELA TABELA A CARGA DE CADA SEÇÃO
 3. SOMAR AS CARGAS PARA OBTER A CARGA TOTAL
 4. USAR CARGAS IGUAIS OU MAIORES QUE AS CALCULADAS

FÓRMULA:

$$C=0.073 A$$

CABOS AÇO



VERGALHÕES



BARRAS



ESCOLA DE INSTRUÇÃO ESPECIALIZADA
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

CARGAS DE PRESSÃO

FÓRMULA

$$C = 50 H^2 T$$

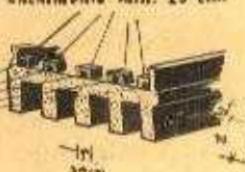
C - Carga em Kg.

H - altura em Metros

T - espessura em Metros

12.2 Kg TNT
Sobre a viga
no meio do
lance

EXEMPLO
Enchimento min. 25 cm.



$$C = 50 H^2 T$$

$$H^2 = 0.9^2 = 0.81$$

$$T = 0.3$$

$$C = 50 \times 0.81 \times 0.3$$

$$C = 12.2 \text{ Kg TNT}$$

VALORES DA CARGA

ALTURA DA PEÇA EM METROS - H -	ESPESSURA DA PEÇA EM METROS T										
	0.1	0.2	0.3	0.4	0.5	0.6	0.7	0.8	0.9	1.0	1.1
0.2	0.2	0.4									
0.3	0.5	0.9	1.4	1.8							
0.4	0.8	1.6	2.4	3.2	4.0						
0.5	1.3	2.5	3.8	5.0	6.3	7.5					
0.6	1.8	3.6	5.4	7.2	9.0	10.8	12.6				
0.7	2.5	4.9	7.4	9.8	12.3	14.7	17.2	19.6			
0.8	3.2	6.4	9.6	12.8	16.0	19.2	22.4	25.6	28.8		
0.9	4.0	8.1	12.2	16.2	20.3	24.3	28.4	32.4	36.5	40.5	
1.0	5.0	10.0	15.0	20.0	25.0	30.0	35.0	40.0	45.0	50.0	55.0
1.1	6.0	12.1	18.0	24.2	30.0	36.3	42.4	48.4	54.5	60.5	66.6
1.2	7.2	14.4	21.6	28.8	36.0	43.2	50.4	57.6	64.8	72.0	79.2
1.3	8.5	16.9	25.4	33.8	42.3	50.7	59.1	67.6	76.0	84.5	93.0
1.4	9.8	19.6	29.4	39.2	49.0	58.8	68.6	78.4	88.2	98.0	107.8
1.5	11.3	22.5	33.8	45.0	56.3	67.5	78.8	90.0	101.3	112.5	123.8

CALCULO DE...

ESCOLA DE INSTRUÇÃO ESPECIALIZADA
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

CARGAS DE RUTURA

FORMULA:

$$C = 84R^2KE$$

ACRESCA 10% PARA CARGAS MENORES DE 20 Kg

C = CARGA EM Kg

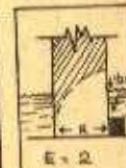
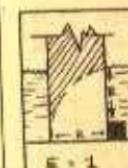
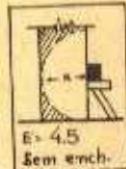
R = ESPESSURA EM M
(CARGAS EXTERNAS)

$R = \frac{1}{2}$ ESPESSURA EM M
(CARGAS INTERNAS)

K = COEFICIENTE MATERIAL

E = ENCHIMENTO

VALORES DE E



DEBAIXO D'AGUA

MATERIAL	R	K
TERRA COMUM ALV. FRACA, CASCALHO, MADEIRA e ALV. TIJOLO BOA ALV., CONCRETO, ROCHA	QUALQUER VALOR	0.10
CONCRETO DENSO, ALV. de 1 ²	QUALQUER VALOR	0.45
CONCRETO ARMADO (NÃO DEVERÁ CONTEAR o FERRO)	0.9 a 1.5 1.5 a 2.1 MAIOR QUE 2.1	0.70 0.55 0.50 0.45
	MENOR QUE 0.9 0.9 a 1.5 1.5 a 2.1 MAIOR QUE 2.1	0.90 0.75 0.65 0.55
	MENOR QUE 0.9 0.9 a 1.5 1.5 a 2.1 MAIOR QUE 2.1	1.40 1.20 1.00 0.90
	0.9 a 1.5 1.5 a 2.1 MAIOR QUE 2.1	1.20 1.00 0.90

CARGA EM Kg PARA CONCRETO ARMADO

ESPESURA EM METROS	CARGA EM Kg			DISTÂNCIA ENTRE AS CARGAS METROS		
	EXTERNA	INTERNA	INTERNA	EXTERNA	INTERNA	
0.60	7.0	9.8	12.6	0.5	1.20	0.60
0.75	13.9	19.1	22.3	0.8	1.50	0.75
0.90	18.5	23.6	30	1.7	1.80	0.90
1.05	24.8	37.5	48	2.3	2.10	1.05
1.20	40.0	56	72	3.7	2.40	1.20
1.35	56.8	80	102	5	2.70	1.35
1.50	70.9	100	128	7	3.00	1.50
1.65	94.3	132	170	7.7	3.30	1.65
1.80	122.5	171	220	9.5	3.60	1.80
1.95	156	218	280	12	3.90	1.95
2.10	165	231	300	15	4.20	2.10
2.25	203	285	366	18	4.50	2.25
2.40	247	345	444	22.5	4.80	2.40

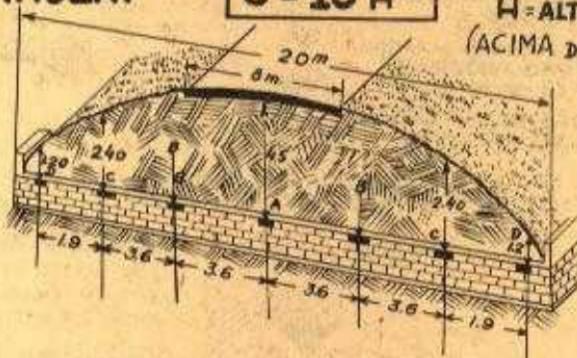
**ESCOLA DE INSTRUÇÃO ESPECIALIZADA
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA**

BOEIROS

FÓRMULA:

$$C = 10 H^2$$

C = CARGA EM KG
H = ALTURA EM M
(ACIMA DA CARGA)



INTERVALAR AS CARGAS DE $\frac{4}{5}H$. QUANDO $H \leq 1.50\text{ m}$,
EMPREGAR 1.5 kg POR CADA 10 cm DE PROFUNDIDADE,
ESPAÇANDO AS CARGAS DE 150 m.

CÁLCULO DA CARGA

CARGAS A e B

$$H = 4.5\text{ m}$$

$$C = 10 \times 4.5^2 = 202.5\text{ Kg}$$

DISTÂNCIA ENTRE A-B e B-C

$$\frac{4}{5}H = 3.60\text{ m.}$$

CARGAS C

$$H = 2.4\text{ m}$$

$$C = 10 \times 2.4^2 = 57.6\text{ Kg}$$

DISTÂNCIA ENTRE C-D

$$\frac{4}{5}H = 1.90\text{ m}$$

CARGAS D

$$H = 1.20\text{ m}$$

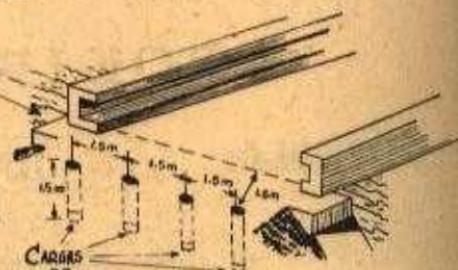
$$C = 15 \times 1.2 = 18\text{ Kg}$$

FAZER O ENCHIMENTO COM SACOS DE AREIA

**ESCOLA DE INSTRUÇÃO ESPECIALIZADA
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA
ENCONTROS DE PONTE**

ENCONTROS DE ESPESSURA

IGUAL OU MENOR A 1,5 metros
CARGAS DE 18 Kg ENTERRADAS

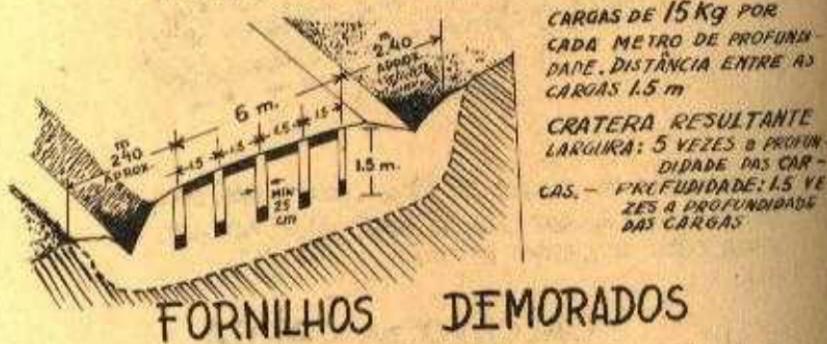


ENCONTROS DE ESPESSURA

MAIOR QUE 1,50 m.

CALCULAR PELA FÓRMULA DE RUTURA
COLOCAR AS CARGAS JUNTO A FACE
INTERNA DO ENCONTRO A UMA
PROFOUNDIDADE IGUAL A ESPES-
SURA E DISTANCIADAS UMA DAS OUTRAS
DE $2R$.

FORNILHOS RÁPIDOS

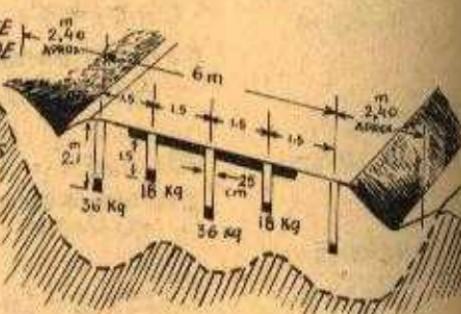


CARGAS DE 18 e 36 Kg
ENTERRADAS RESPECTIVAMENTE
A 1,50 e 2,10 m. DE PROFUNDIDADE
E ESPAÇADAS ENTRE SI DE
1,50 m.

USAR NÚMERO IMPAR DE
CARGAS, SENDO AS EXTREMAS
MAIS PROFUNDAS.

CRATERA RESULTANTE
LARGURA.... 7,50 m.

PROFOUNDIDADE 2,40 m.



ASSUNTOS DE CULTURA GERAL

"Respeitai a dignidade de vossos subordinados. Empenhai-vos em lhes dar plena iniciativa, toda a plenitude de accão a quem tem direito".

ANDRÉ GAVET

"Enquanto as nações da Terra aspirem a bens materiais; enquanto procurem assegurar para as gerações seguintes o espaço para seu desenvolvimento, tranquilidade e respeito; enquanto, guiadas por grandes espíritos, andem, além dos estreitos limites das necessidades quotidianas, realizarem ideais políticos e histórico — culturais, sempre haverá guerra".

ALBERT EINSTEIN.

"Que a Russia de 1914 e a União Soviética de hoje são entidades vastamente diferentes, tornou-se óbvio para o mundo; mas a de manhã pôde ser igualmente outra e ninguém pode confiantemente predizer o seu desenvolvimento".

GEORGE T. RENNER.

O PROBLEMA DO COMANDO ⁽¹⁾

General TANANT

(Tradução do Cel. R. B. NUNES,
da reserva de 1.ª classe)

O PAPEL DO CHEFE

Antes de tudo, é indispensável que todos os Chefes sem exceção, compreendam eles próprios, façam compreender a seus soldados, a todos os soldados, as condições segundo as quais se vai travar a luta de que eles participaram e onde cada um representa apenas uma insignificante unidade na massa imensa dos que nela são engajados.

Com efeito, o modesto combatente da primeira linha fará uma idéia da grandeza da obra empreendida à sua retaguarda,

(1) — Continuação do número anterior.

em tõda a profundidade da nação, e que termina nele, sem outro fim que o de fornecer-lhe os meios mais aperfeiçoados, e os mais numerosos, de viver, de lutar e vencer à custa dos menores sacrifícios?

Do agricultor que permanece no campo, do maquinista na sua locomotiva, do pessoal ferroviário do operário que torneia o obus, do mineiro no fundo dos poços até ao maior sábio nos seus laboratórios, ao inventor, ao organizador, ao coordenador do imenso mecanismo nacional, não há ninguém que não pense no combate da frente, e que não trabalhe para ele.

Depois do problema da produção — que concerne ao Governo — apresenta-se o da repartição e do transporte a seu destino, que compete ao General-Chefe. Os milhões de combatentes, porém, não podem ser servidos ao mesmo tempo nem nas mesmas proporções. E' justo que eles tenham preferência no recebimento do que necessitam para resistir ou para avançar. Esse problema da repartição vai caber, por seu turno, a cada um dos membros da hierarquia militar, de alto a baixo da escala. Para estes, trata-se, então, antes de tudo, de fazer previsões justas, precisas e leais para não prejudicar os camaradas.

E' preciso que os subordinados confiem nos seus chefes que, sómente eles, conhecem as faltas e as necessidades urgentes do momento de dada uma de suas unidades, e dispõem dos meios capazes de satisfazê-las, mediante um escalonamento judicioso e uma repartição equitativa.

Sem dúvida, em algumas circunstâncias, é penoso esperar, mas, convém lembrar que tudo se resolve da melhor maneira quando se sabe esperar.

O que ninguém deve ignorar mais, é que, com a guerra de massas, os progressos da frente dependem, fatalmente, da marcha regular dos serviços da retaguarda. Então, cada qual deve dedicar-se à tarefa que lhe incumbe, e não mais considerar como "emboscados" inúteis os oficiais e soldados encarregados desses serviços, como, igualmente, nossos bravos infantes não devem mais invejar os artilheiros ou os camaradas que pertencem a armas menos expostas do que a Infantaria, que continua a ser sempre Rainha das batalhas, e à qual incumbem sempre os sacrifícios mais pesados.

Bem culposos são os chefes que, em vez de esclarecer seu soldados a respeito do papel primordial dos serviços da retaguarda, bem como relativamente ao das armas irmãs, buscam uma popularidade fácil afetando só ter consideração para com os combatentes de primeira linha.

Um chefe digno desse nome, jamais deverá rebaixar-se a ponto de fazer chalaças com os aviadores, os automobilistas, os estados-maiores, etc. Tais considerações poderão parecer supérfluas aos que não reflectem e, entretanto, é evidente que o primeiro dever do chefe é esclarecer seus subordinados quanto ao funcionamento do organismo militar, de vez que, para os nossos soldados franceses, inteligentes e compreensivos, as falhas ou as faltas de que sofrerão, forçosamente, as consequências em certas circunstâncias, lhes parecerão, então, desculpáveis e não despertarão recriminação que são o prelúdio da indisciplina (1).

A verdadeira disciplina francesa é feita de justiça, em primeiro lugar, e depois, da compreensão inteligente dos fatos. Antes de exhibir sua ciência táctica, o chefe francês deve fundar na unidade, pequena ou grande, que tem a honra de comandar, uma disciplina francesa que persistirá através as privações momentâneas e os sofrimentos, porque o soldado terá compreendido que não poderia ser de outra maneira.

* * *

Quer comande uma divisão, um regimento ou um batalhão, conheço a situação da minha unidade. Sei onde se encontram todos os meus elementos combatentes, qual é o seu estado físico e moral. Tenho, até, a pretensão, ou por os haver instruído em tempo de paz, ou por os ter em minhas mãos antes de qualquer engajamento, ou enfim, por já os ter conduzido no combate, tenho, dizia a pretensão de saber de quanto são capazes os chefes e os soldados, o que posso exigir de uns mais do que de outros, e conhecer os limites dos esforços que são susceptíveis de fornecer, conhecimento essencial no início d uma campanha.

Fiz o cômputo dos meios de que disponho: material, munições, viveres, reaprovisionamentos de toda a espécie, sem esquecer, bem entendido, o Serviço de Saúde. Estou ligado a todos os meus subordinados, bem como aos chefes e aos meus vizinhos. E minha memória, todavia excelente, me traír, tudo isto foi traduzido e figurado por meus auxiliares (estado-maior ou grupo do comando) numa carta situação pontualmente mantida em dia, e nas situações pormenorizadas que consulto quando quiser.

) — Outro tanto podemos dizer do nosso soldado, cuja capacidade de resistência às privações, tantas vezes tem sido posta à prova, até mesmo injustificavelmente, em tempo de paz. Entretanto, nem sempre se lhes explicam as razões do desconforto. — N. do T.

Sei, portanto, com exactidão, onde estou e do que é capaz a unidade que comando. Eis o ponto de partida, onde quer que me encontre, em contacto com o inimigo, ou longe dele.

Admitiremos, enfim, com relação ao *saber*, que conheço meu officio e que sou capaz de executá-lo, de vez que meus chefes me confiaram um comando.

O que ignoro, ou, pelo menos, aquilo de que não tenho ainda uma certeza absoluta, é, de um lado, a missão que vou receber e, de outro, o inimigo que terei de combater.

No que toca à missão, serei logo esclarecido de maneira completa e precisa. Terei mesmo, se fôr preciso, a audácia de pedir esclarecimentos e todas as especificações necessárias, e até a de propor modificações que me parecerem indispensáveis.

Tendo feito tudo quanto considero como meu estricto dever, só me resta *obedecer*.

Falta o inimigo. Consideremos o caso mais difícil, o que se apresenta no começo de uma campanha, quando vamos transportar-nos para a frente, quando nenhum engajamento sério se verificou ainda, mesmo, entre as tropas de cobertura. Que sei eu nesse momento? Tenho muitas informações de ordem geral provenientes, das actividades, desde o tempo de paz, de nossa 2.^a secção. Após o inicio da guerra, comunicaram-me outras mais positivas e mais completas oriundas do Comando-Chefe, da 2.^a Secção do Exército a que pertenço. Essas informações, repitamos, só podem ser de ordem geral. Talvez tenham colhido outras por meio da aviação, das tropas de cobertura, e, enfim, das que vão esclarecer a marcha da minha unidade.

Que me seja permitido fazer, aqui, uma reflexão das mais importantes, sem a qual pode enfraquecer-se, desde o inicio, a confiança nas indicações dadas pelos escalões superiores. Quando se fala de informações, é mister distinguir bem umas das outras. Há as que conservam o seu valor seja qual fôr o tempo decorrido desde que foram colhidas (formações, armamento, táctica, dispositivo estratégico inicial, etc.). Estas são interessantes para todos os combatentes, notadamente para os altos chefes. Depois, há as que procuram definir a situação exacta das forças inimigas na nossa frente. São estas últimas que, aos olhos dos combatentes, se revestem de uma importância capital.

Pois bem. Na maior parte das vezes nem o G. Q. G., nem o Exército podem fornecer, em tempo oportuno, tais informações. E se pudesssem, dever-se-ia dizer como von Schlieffen: "Na guerra, nada é mais perigoso do que as informações seguras. Os acontecimentos as ultrapassam. Verdade da véspera, erro de

amanhã". Sómente os corpos de Exército e as divisões poderão buscá-las para si e pelos seus próprios meios de investigação, nos últimos momentos.

Acusam-se frequentemente, sobretudo no começo da campanha, as 2.^{as} Secções do G. Q. G. e dos Exércitos de fornecerem informações que a experiência mostra serem inexatas, ou antes, que já não tinham nenhum valor no momento do engajamento. Ora, se consultarmos as publicações alemãs surgidas depois da guerra, verificaremos que essas informações eram, em geral, perfeitamente exactas no momento em que foram colhidas. Eis aí! As dificuldades de transmissão, as demoras inevitáveis e outras excelentes razões, concorreram para que essas informações, ao chegarem aos Corpos de Exército vinte e quatro ou quarenta e oito horas mais tarde, já não correspondessem mais à situação real, porque o inimigo marchara, mudara de direção ou de projectos durante esse lapso de tempo.

Ao contrário, as informações da descoberta, da segurança, ou mesmo do contacto das unidades da frente, antes de serem transmitidas aos Corpos de Exército, ou ao Exército, passaram primeiro pelas divisões que, por conseguinte, são informadas em primeiro lugar. E', portanto, assaz culpado o chefe que procura ressalvar sua responsabilidade baseando-se sómente nas informações que recebeu dos escalões superiores. Semelhante atitude é indefensável, porque é ele próprio quem deve, com os meios aperfeiçoados de que dispõe, procurar transmitir as informações de *última hora*.

Isto pode, com efeito, dar lugar a graves consequências porque, se as informações de última hora invalidam as que serviram de base às ordens vindas de cima, é dever do chefe que as recebe, certifica e transmite, — ou provocar uma modificação das ordens iniciais, ou tomar por sua própria iniciativa todas as providências correspondentes à situação tal qual ela se lhe apresenta. Se, continuando na linha geral que lhe fôra fixada e aos vizinhos, esse chefe não fôr capaz de enfrentar um imprevisto, e preferir executar, para precaver-se, as ordens que não se adaptam mais à situação, ele não exerce a função de seu posto. Quando se tem a honra de comandar uma unidade, grande ou pequena, é preciso saber tomar uma iniciativa e engajar a própria responsabilidade.

"Um comandante de Exército, diz o General Debeney, não é um cabo de esquadra. Compete-lhe adaptar as instruções recebidas à situação que ele conhece. E' do seu ofício, e a hierarquia não tem outra razão de ser".

O que é verdade para um comandante de Exército, não o é menos para os chefes de todos os escalões da hierarquia, cada qual nos limites do poder que lhe é conferido. Por conseguinte, antes de elaborar um projecto correspondente à missão recebida, a primeira coisa a fazer é colher e explorar o máximo de informações a respeito do inimigo. Isto significa, então como sempre, pôr em acção todos os meios (parece inútil enumerá-los aqui), mas isto quer dizer principalmente "reconhecimentos", sem esquecer o reconhecimento pessoal do chefe, que tem o estricto dever de ver e de estudar, pelo menos, seu terreno de acção.

* * *

Eis, então, o chefe seguro, de um lado, a respeito de sua missão e, de outro, relativamente a tudo quanto possa saber do inimigo. Pode, e deve, agora, reflectir e estabelecer seu projecto de operações. Entram jogo a táctica. Deixemos de parte o que lhe concerne, e admitamos que o chefe tomou uma decisão. Pensamos que fará muito bem em redigi-la de próprio punho, porque "o que se concebe bem, enuncia-se com clareza!". Em seguida assiná-la, engajando, com isto, sua responsabilidade. E' sobre essa nota que os auxiliares (estado-maior ou grupo do comando) vão trabalhar na redação da ordem.

Semelhante a um actor dramático — e quanto é dramático! — o chefe, depois de haver terminado sua obra, trata de distribuir os papéis. E' preciso, portanto, que ele conheça os artistas, porque não se trata mais de escala de serviços.

Cada executante deve ter, no drama, seu papel mais ou menos importante a desempenhar.

E' evidente que, num sector de ataque, o chefe que conhece seu ofício distinguirá a parte da frente onde quer exercer o esforço principal; o ponto, ou os pontos, em que, no inicio da acção, o engajamento será seguido de uma tentativa de progressão apenas suficiente para cobrir o avanço da tropa encarregada do esforço principal; e o ponto, ou pontos, em que deve prescrever mesmo uma atitude defensiva. Há, portanto, no pensamento do chefe, uma hierarquia de esforços. Por conseguinte, é ao subordinado que ele considera como o mais capaz, — e não a um qualquer — que deverá confiar o papel principal. Quanto aos demais, dar-lhes-á as tarefas que melhor convenham ao seu talento e energia. E' fóra de dúvida que o valor da tropa também deve ser levado em conta. E', porém, acima de tudo, a escolha do chefe que importa. Os êxitos, como os fracassos, têm sido

sempre a consequência da boa ou má preparação, é certo, mas ainda, e notadamente, da escolha mais ou menos judiciosa e da designação do chefe pelo Comando superior.

Depois de haver repartido as missões, é de desejar, sempre que seja possível, que o chefe tenha contacto pessoal com os executantes. Nada melhor para evitar os erros ou os mal entendidos e para dar a todos um "coração forte". Hoje, mais do que nunca, é indispensável fornecer a esses executantes os meios e os apoios que lhes permitirão levar a bom termo suas tarefas, sem que precisem apelar para uma intervenção superior, agora impossível de realizar instantaneamente, a não ser quando se tratar de um apoio pelo canhão. Que dizer?

Outróra, o rijo cavaleiro, antes de se lançar na refrega, fazia aramar dos pés à cabeça. O cavaleiro e sua montada revestiam a armadura defensiva; o cavaleiro sabia que, uma vez engajado no combate, não podia mais esperar nenhum socorro, senão o de Deus. Hoje é pouco mais ou menos a mesma cousa. A única diferença consiste em que, ao contrário do antigo cavaleiro, nossos combatentes sabem muito bem que, para eles, a luta não durará apenas alguns instantes ou algumas horas, mas dias inteiros. Faz-se mister, então, provê-los antecipadamente de tudo quanto lhes fôr indispensável para engajar o combate e para conduzi-lo ao termo que lhes fôr determinado, por muito distante que seja. Tanto quanto a previsão humana permite, devem dispor de meios suficientes para que não tenham de fazer pedidos à retaguarda durante o dia, pois sabemos que se tornou muito difícil, senão impossível, manobrar a descoberto e até reaprovisionar durante o dia, e que a capacidade de resistência de uma tropa, na maior parte das vezes, deve ganhar as horas necessárias para esperar que anoiteça.

* * *

Será necessário recomendar aos oficiais que ainda não participaram de uma guerra, que desconfiem da experiência das manobras? Por muito aperfeiçoado que seja o serviço de arbitragem, as manobras nunca proporcionam senão uma imagem remota das realidades do combate.

A realidade positiva, no que concerne ao chefe, é esta:

O chefe dispõe, em geral, de tempo suficientemente longo para preparar minuciosamente sua ação. Diz-se, com razão, que hoje, a preparação do combate no P. C. é, talvez, mais importante do que o próprio combate. E' uma verdade, se com isto se

quer significar que uma operação bem montada reune todas as probabilidades de êxito, pois que, se a preparação exige um prazo longo, a execução deve partir "como o raio jorra da nuvem". O tempo que parece perdido é, no fundo, tempo ganho e sangue economizado, porque a tarefa dos combatentes fica, dessa maneira, facilitada (2). Por conseguinte, nunca serão demasiados os cuidados, e o tempo, consagrados, pelo chefe responsável, à preparação, a não ser que ele seja pusilânime ou indeciso.

Quando se trata de passar à execução, porém, o mesmo chefe deve soltar as rédeas aos seus subordinados que, se tiverem sido providos fartamente dos meios e dos apoios necessários, terão que contar únicamente consigo mesmos durante um certo prazo.

Um certo prazo? De quantas horas? Eis a questão.

Vejamos o que se passa na realidade.

Hora H. O ataque partiu. Que vê, por exemplo, o General de Divisão? Nada, ou pouco mais que nada. Tudo quanto pudesse ver se, por felicidade, dominasse seu campo de batalha, só poderia induzi-lo ao erro. Nesse vazio imenso, onde desaparecem as unidades dispersadas e os homens igualados, uns e outros se dissimulando o mais possível às vistas, como poderia o General ver alguma causa que lhe pudesse dar uma idéia exata da situação? E esqueceremos de referir os arrebentamentos dos obuses que não trazem nenhuma indicação da proviência, das bombas de aviação que caem do céu e, talvez, das fumaças ou lençóis de gizes. Os carros, se os tem à sua disposição, proderiam — quem sabe? — dar-lhe uma indicação da progressão, sem, entretanto, a certeza de que a infantaria os segue. Em verdade o chefe não vê nem comprehende nada de que possa tirar algum proveito, sem correr o grave risco de enganar-se. E' muito melhor, portanto, voltar para o seu P. C., onde encontrará ligações e transmissões, graças às quais será informado por seus próprios subordinados e, por conseguinte, com a precisão necessária e suficiente para que veja a situação com clareza.

Quando saberá ele de alguma causa que o incite ou force a tomar uma decisão nova ou complementar? O prazo, e evidente,

(2) — Eis outra "causa sabida", mas esquecida no momento de aplicar. Há exemplo de uma tropa que marchou durante a noite, sob chuva e por maus caminhos, amanhecer na base de partida, diante de um terreno desconhecido de todos, mas palmo a palmo, referido pelo adversário na defensiva desde muito tempo, e ter de partir logo ao ataque. Só podia fracassar. Não teria sido preferível gastar mais 24 horas na preparação, sobretudo com os reconhecimentos de quadros, pelo menos, até o pelotão? — N. do T.

varia segundo o escalão hierárquico que o chefe considerado ocupa. Um comandante de batalhão saberá bem cedo o que se passa. Um coronel não será informado senão um pouco mais tarde, notadamente se seus batalhões engajados não progrediram com a mesma velocidade. O divisionário terá, às vezes, de esperar várias horas. Isto pode parecer extraordinário, mas é assim; é fácil compreender que um coronel só lhe transmitirá informações precisas e seguras; e para garantir a exatidão delas, terá que proceder a várias verificações tanto mais necessárias quanto os oficiais da primeira linha lutam com dificuldades para definir suas situações no terreno. Há exemplos de erros formidáveis cometidos, aliás, com inteira boa fé.

Ora, a informação que o General espera com legítima impaciência, é precisamente a que lhe dará certeza a respeito da situação de sua primeira linha no momento em que terminou o lance inicial, ou quando encontrou dificuldades sérias. Por que lhe é indispensável obter informações tão exactas?

Como dissemos, esse General, no momento, não pode auxiliar seus combatentes senão com o apoio da massa de Artilharia cujo emprêgo reservou para si, massa cujos obuses atingirão o alvo mais rapidamente, com eficácia muito maior do que qualquer apoio de Infantaria. O mesmo acontece com os carros de que dispuser.

Pode, entretanto, imaginar, com razão, que a linha da frente não é, como nas manobras, uma recta perfeita, e não apresenta um alinhamento impecável. Não se trata, absolutamente, de uma recta, e sim de um traçado em redentos, com salientes e reentrâncias mais ou menos pronunciados, porque os grupos de combate não avançam com a mesma rapidez; uns, terão encontrado dificuldades que os outros não tiveram, ou que superaram mais facilmente.

Se o divisionário quiser agir com segurança, terá necessidade de localizar, tão exactamente quanto possível, o conjunto dos elementos que ocupam a frente de combate, sem o que poderá provocar verdadeiras catástrofes. E' justamente porque a informação deve ser precisa e completa, que exige tempo para chegar ao General de divisão. (3). O único meio prático de abreviar as demoras, consiste na boa organização dos centros de informações

(3) — Saber esperar, é uma das altas qualidades do Chefe; sua genialidade consiste em agir sem precipitação, de um lado, nem perder as oportunidades, de outro. Eis o terrível dilema. — N. do T.

regimentais (4). Quando neles se achar um oficial calmo e dotado de espirito de ordem , que saiba explorar as informações, classificá-las e apresentá-las claramente e em ordem de urgência, o Coronel pode ocupar-se com o que se passa na frente, sem a preocupação de informar seus chefes hierárquicos. O oficial especializado os informará perfeitamente, com clareza, com precisão e no menor prazo possível.

* * *

Em resumo, hoje, como sempre, o 'Chefe deve: saber, poder e querer.

Saber seu ofício antes de tudo, e depois, saber o que se lhe pede, o que significa reflectir na *missão* que recebe e estudá-la, analisá-la e calcular os meios que julgar necessários para bem cumprí-la. Conhecer os chefes e a tropa que comanda, à fim de utilizá-los da melhor maneira.

Saber, também, tudo quanto possa ser conhecido a respeito do inimigo que terá de combater, e empregar, para esse fim, todos os meios de que dispõem seus chefes e ele próprio; não subestimar seu adversário, e antes exagerar-lhe o valor e a força de resistência do que diminuí-los, porque na prática, jamais conhecerá tudo quanto lhe diz respeito.

Esse inimigo dispõe de armas análogas às que vamos utilizar para combatê-lo. Ao Chefe compete, por intuição, após o exame e estudo completo do terreno, suprir a falta de informações exactas, esforçar-se por prever o emprêgo que o adversário fará de suas armas e, por conseguinte, saber tomar antecipadamente, as providências necessárias para destruí-las ou neutralizá-las.

O Chefe deve saber, enfim, que, se por vezes "o tempo é dinheiro", não é menos verdadeiro que muitas vezes "o tempo é sangue economisado", e, posto que hoje talvez tenhamos de começar as operações por uma "guerra de fortalezas", e que "as baionetas de nossos volteadores não desmantelarão os abrigos de concreto, armados de metralhadoras", como Napoleão escrevia, naturalmente noutros termos, ao ardoroso Marechal Lefebre, que então sitiava Dantzick.

E', portanto, igualmente deseável que o Chefe saiba fumar um bom cachimbo, ou um delicioso cigarro, para acalmar os

(4) — As informações e as transmissões... eis duas cousas das mais descuradas, em geral, entre nós.

nervos e a impaciência, e seria melhor ainda que não soubesse utilizar-se do telefone, afim de não ficar pendurado o dia inteiro no aparelho, a maltratar seus subordinados, cuja atenção integral deve concentrar-se no que se passa na frente, e não no que se pensa na retaguarda; ser-lhes-á muito mais agradável anunciar, sem demora, um êxito, ou em caso de encontrarem dificuldades, pedir socorro ao escalão superior. Que se saiba, portanto, confiar neles e... deixá-los em paz.

* * *

Poder... Eis o que exige experiência, porque o cálculo dos meios necessários não é, absolutamente, uma questão teórica. Não exagerar nada, sob pena de prejudicar os camaradas que terão de ser despojados; nada de mesquinharia, sob pena de pagar com sangue a falta de previsão.

Para lograr êxito, não é mais suficiente o paralelismo com o adversário; para triunfar devemos agir de maneira que a diferença de superioridade indispensável opere em nosso favor.

Dissemos que é mister prover os executantes, antes de lançá-los ao ataque, de tudo quanto vão ter necessidade para cumprir a missão no espaço e no tempo. *Eis aí, no fundo, todo o problema do comando.* Se assim fôr, vê-se logo o ganho de iniciativa que isto representa e, sem condenar de maneira absoluta a teoria dos lances e dos horários estabelecidos com antecedência, é preciso reconhecer que, se não tiverem iniciativa, os chefes subordinados deixarão escapar belas e numerosas oportunidades de êxito.

Além disso, é preciso que os que atacam e nem sempre logrem êxito no primeiro arranço, sejam capazes de reconstituir-se e resistir. O problema diante de um inimigo que não será passivo, não consiste sómente em conquistar; trata-se, sobretudo, de conservar. "Aqui estou, aqui fico". Mas não ficarei se não mantiverem meus meios durante toda a duração do esforço. Marchar ao encontro do inimigo, deixando atrás de si os cadáveres dos camaradas, é duro, mas, sabe-se que não pode ser de outra maneira. Retirar-se, por falta de meios de resistência, abandonando ao inimigo um terreno cuja conquista custou tão caro, e os cadáveres amigos que o juncam, - insuportável e o moral da melhor tropa não resiste a uma prova deste gênero.

Então, para o Chefe, a necessidade de graduar seu poder, isto é, o esforço a despender e sua duração, os meios necessários para conquistar e para manter. Organização, apoios, munições,

viveres, tropas de substituição, ligações, transmissões, comunicações, etc., etc.... quanta causa e quantos cálculos! Sem dúvida. Tal é, entretanto, em nossos dias a tarefa real do Chefe. Que este abandone, pois, aquele que se sentir incapaz de avaliar o que pode, com os meios postos à sua disposição.

* * *

Querer... E', ao contrário, sentir-se seguro de si mesmo, de suas previsões, de seus cálculos. E' ter o golpe de vista do mestre que discerne o ponto no qual — num campo de batalha vasto ou restrito — ele pode ter ou criar a superioridade total sobre o inimigo, de vez que não é possível obtê-la em toda a parte, nem o momento em que terá essa superioridade.

O querer, na realidade, se traduz pelo que denominamos *manobra*, manobra que, certamente, não consiste mais em deslocar, às vistas do inimigo, os apoios e as reservas no momento oportuno. Em táctica, pelo menos, não se trata mais disso. E' o fogo, que se precisa utilizar da melhor maneira. A manobra, hoje, dizemos — sem empregar os termos enfáticos tão caros aos filósofos — que está nas reflexões e nas decisões do Chefe. Reflexões baseadas nas realidades, decisões longamente amadurecidas, muito longamente talvez, mas que a rapidez da execução compensará.

Foi, pois, com razão, que se pôde dizer depois da Grande Guerra:

— que a fórmula de acção transformou-se, para o Chefe, numa fórmula de previsão, de preparação, de repartição e esalonamento dos meios de acção;

— que o combate que se trava, antecipadamente, na meditação do Chefe, é mais importante; o campo de batalha não vê mais do que uma passagem à acção, uma realização, por assim dizer, mecânicamente, de concepções pre-estabelecidas;

— que o verdadeiro Chefe deve ser um *sábio*, mas um *sábio resoluto*, porque, se separarmos a sabedoria da resolução, não se terá mais que uma inteligência impotente, ou uma potência imbecil.

A coragem e o valor dos combatentes não bastam mais. É preciso que quem tiver a honra de comandá-los conheça tanto as possibilidades da retaguarda quanto as da frente, que saiba o que pode e o que quer, e que na realização seja antes de tudo um *carácter*.

ASSIM FALOU MARSHALL À JUVENTUDE DE SEU PAÍS...

... "Não pretendo, no momento, empenhar-me em discussões sobre questões internacionais específicas. Gostaria de falar-vos, no entanto, sobre a frente interna e sua correlação aos assuntos internacionais e sobre vosso interesse pessoal, como cidadãos americanos.

Como todos vós deveis reconhecer, estamos vivendo, hoje, período dos mais difíceis. Os anos de guerra foram críticos. Contudo, considero o presente período, sob inúmeros aspectos, na realidade, muito mais crítico. Os problemas são diferentes, embora não menos vitais à segurança nacional do que os surgidos durante os dias de luta ativa. Todavia, o aspecto mais grave é o fato de que não mais demonstramos aquela veemência, aquele unidade de propósitos com as quais nos concentrarmos nas tarefas de guerra e conseguimos a vitória.

Agora que o perigo imediato não é claramente visível, nota-se certa tendência para o descuramento, para a volta dos negócios rotineiros, da política rotineira, das diversões rotineiras. Grande parte de nosso povo se tornou apática ao que poderia considerar "perigos duradouros à segurança nacional". É natural e necessário que se verifique uma diminuição na tensão existente durante a guerra. Mas sinto que estamos nos descurando seriamente de nossa atitude em relação aos problemas internacionais, cuja solução determinará, decisivamente, nosso futuro. O público se apresenta, de um modo geral, na atitude de um espectador — interessado, sim, mas cujo pensamento está voltado às questões imediatas, de interesse local. Os espectadores da vida não serão os que conservarão suas liberdades nem tampouco os que, provavelmente, irão contribuir para a segurança de sua pátria.

São muitos os que deplorem tal fato, mas poucos os desejosos de trabalhar, trabalhar ou influenciar diretamente a ação política. A ação depende da convicção e a convicção, por sua vez, depende da compreensão — entendimento geral, tanto da

história passada do homem sobre a terra, como do fato de que a ação é a necessidade básica da natureza humana. O juiz Holmes certa vez anunciou: "O homem nasceu para trabalhar. Trabalhar e afirmar a dignidade de um fim e afirmar a dignidade de um fim é criar um ideal". Assim eu vos digo, tão veemente quanto posso, que a atitude de expectativa é o desvanecimento culminante da natureza humana.

Presenciamos, já, a cessação das hostilidades, mas não possuímos ainda paz genuina alguma. Em nossa pátria encontramo-nos em situação de transição entre uma economia de guerra e outra de paz. Na Europa e na Ásia, o temor e a fome ainda persistem. As relações entre as potências estão em estado de fluxo. Resta ainda conseguir ordem em meio à confusão. A paz ainda está para ser assegurada. E muito depende do povo norte-americano a concretização dessas esperanças.

A maior parte dos outros países do mundo encontra-se exausta, econômica, financeira e fisicamente. Para que o mundo volte a caminhar de pé, para que as instalações produtoras do mundo sejam restauradas, para que os processos democráticos, em muitos países, voltem a imperar, tornam-se necessárias iniciativa determinada e assistência decidida, por parte dos Estados Unidos.

Que estamos fazendo em relação a esse fato? Este é o problema crítico a cujo respeito possuo grande responsabilidade.

Não nos faltam conhecimentos acerca do que fazer em relação à nossa segurança futura. As lições da história proporcionam-nos orientação clara. Mas conseguiremos apartar, de modo assás suficiente, nossos pensamentos dos problemas pessoais e locais do momento e lançar nossos olhos para o panorama mundial e suas relações conosco, na perspectiva adequada? Devemos pensar agora em grandes períodos de paz, mais do que em simples meses de tregua e suas questões políticas imediatas!

Há vinte e cinco anos, o povo deste país e o do mundo, em relação ao problema da paz, tiveram a oportunidade de tomar decisões vitais a respeito de seu bem-estar futuro. Julgo devarmos acreditar que o curso negativo da ação seguida pelos Estados Unidos, após a primeira guerra mundial, não conseguiu orden nem tampouco segurança e que teve efeito direto sobre a guerra recente e suas intermináveis tragéias.

Havia pessoas, naqueles dias, que compreendiam as lições da história, que sabiam muito bem o que deveria ser feito, a fim de minorar os perigos de outro desastre mundial, mas sua voz, combinada, constituía simples sussurro e suas propostas

foram ignoradas. Agora, em minha opinião, o mesmo é o caso onde entrais em cena.

"A fim de participardes plenamente da vida que se apresenta ante vós, julgo deveis, com efeito, libertar-vos do passado, para que possais voltar-vos para o presente, com convicções profundas e compreensão profunda da espécie deste país, pelo qual muitas gerações sacrificaram suas vidas. Por conseguinte, torna-se necessária a compreensão profunda da História — não apenas a história dos dias recentes, que se relaciona a homens conspicuos e fatos notáveis das redondezas, mas compreensão da história que registra as correntes principais das atividades passadas dos homens e que leva à compreensão do que criou e do que destruiu inúmeras civilizações. Deveis possuir compreensão sobre qual o curso de atividade que criou a força e a segurança e dos erros que minaram a força e a segurança de inúmeras nações e, acima de tudo, compreensão perfeita das instituições das quais dependeram as liberdades humanas e individuais e as lutas para conquistá-las e mantê-las.

Já foi dito que o passado deve interessar apenas como guia para o futuro. Não concordo inteiramente com tal asserção. Geralmente emergimos de uma compreensão intima do passado, com suas lições e sua sabedoria, com convicções que inflam a alma. Duvido que um homem possa pensar com conhecimento claro e convicção profunda, a respeito de determinadas questões internacionais, no momento presente, se, pelo menos, não reviver em seu espírito o período da guerra do Peloponeso e a queda de Atenas.

* * *

Estou, por conseguinte, interessado profundamente em que os jovens, homens e mulheres, deste país, jovens como vós e como os estudantes das demais universidades, colégios e escolas superiores dos Estados Unidos, adquiriram compreensão genuina das lições da história, no que elas dizem respeito aos governos e às características das nações e povos e às causas das guerras, as quais destruiram tantas vidas humanas e embargaram o progresso. Deveis compreender, ademais, a posição especial que os Estados Unidos ora ocupam no mundo, geográfica, financeira, militar e científicamente e suas consequências. O desenvolvimento de um senso de responsabilidade sobre a ordem e a segurança mundiais, o desenvolvimento de um senso de maior importância sobre os atos dos Estados Unidos em relação a ordem e segurança mundiais, eu os repto, os grandes deveres de vossa geração.

E' inútil dizer que nada há de novo no mundo ou que o mundo é um lugar mui pequeno. Julgo, entretanto, que poucas vezes percebemos nossa própria ignorância sobre o que aconteceu no passado, exceto por meio da sequência cronológica dos fatos, com suas datas respectivas. Houve guerras e revoluções; repúblicas, reinos e impérios surgiram; houve o regime tribal e várias experiências de formas de governo, até pareceria, houvesse pouca possibilidade de qualquer novo acontecimento — mas o fato importante é compreender o significado verdadeiro, as lições contidas nesses fatos e períodos históricos.

Há outra consideração em conexão com o curso a ser seguido pelos jovens norte-americanos e ao qual atribuo suma importância: E' que os jovens, de ambos os sexos, devem tomar parte ativa, como militantes, em um dos partidos políticos, a fim de que estes consigam o senso do governo, a fim de que se tornem plenamente cientes da influência da organização política sobre o governo de sua própria cidade, seu próprio estado e sua própria nação. Contamos com dois exemplos maravilhosos desse trabalho nas vidas de Theodore e Franklin D. Roosevelt — membros de partidos políticos opostos, grandes americanos que prestaram serviços magníficos a seu país. Não poderias começar de forma melhor vossa vida ativa, como cidadãos, do que imitando seus dignificantes exemplos".

* * *

Eis as sábias advertências feitas por MARSHALL à mocidade de seu país, falando aos estudantes da Universidade de Princeton, em Nova Jersey.

Que os leiam e meditem a nossa juventude e os homens de boa vontade e honestos. Que as gravem todos no espírito, notadamente os militares, jovens ou não, responsáveis directos pelos destinos do país, na guerra, mas também e, indirectamente, pela acção social que devem exercer durante o tempo de paz.

E julguem todos o crime inominável que é, numa época como a presente, desbaratar-se tempo e energias com discussões e competição partidárias que se travam não em torno de princípios, mas de interesses pessoais, ou de grupos, de ambições de mando, e de emprégos, enquanto o nosso país se debate num verdadeiro caos econômico e financeiro, das mais sombrias perspectivas, onde avança, recua, tergiversa, tateia ao léu, sem a acção permanente do único guia verdadeiro: a Política, "filha da Moral e da Razão". (N. da R.).

A DEMOCRACIA NO BRASIL (*)

Cel. J. B. MAGALHÃES

"Jamais aucune institution importante n'a résulté d'une loi, et plus elle est grande, moins elle écrit. Elle se forme elle-même par la conspiration de mille agents, qui presque toujours ignorent ce qu'ils font; en sorte que souvent ils ont l'air de ne pas s'apercevoir du droit qu'ils établissent eux-même".

(Du Pape — Joseph de Maistre).

No fim do século XVIII, quando já os Estados Unidos se haviam feito uma federação independente e toda a Europa era fortemente agitada pela reforma dos sistemas políticos de direito divino, para a adoção do princípio da soberania do povo, o Brasil era ainda mera colônia de Portugal e este era governado por um rei absoluto, de velho estilo. Nessa situação entrou pelo século XIX, mas logo no início deste processou-se nêle uma enorme transformação.

Deixou de ser colônia para ser reino e séde de toda a monarquia portuguesa e começou a usufruir de certas vantagens de nação autónoma, tais como a liberdade de comerciar com o mundo. Além disso, meios indispensáveis ao progresso nacional, da terra e do homem, tais como, artes e indústrias, foi-lhe permitido possuir.

O impulso que esta simples modificação de situação política deu ao seu progresso foi tal que, apenas passada cerca de uma década, havia já adquirido uma perfeita consciência de

(*) Continuação do número anterior.

(17) — Démocratie et Sociocratie — Georges Deherme — Ed. Prométhe
Paris — 1930.

sua personalidade nacional e não era mais possível fazê-lo retrogradar à situação anterior e nem mesmo baixar de categoria política.

As manifestações, porém, de consciência nacional não tinham aqui a mesma significação que fatos análogos podiam representar na Europa. No seu território imenso, havia uma insignificante população que não atingia, em 1822, quando se fez completamente uma nação independente, os 5.000.000 de habitantes dos quais apenas cerca de metade era de raça branca ou mestiça, de indivíduos livres; a outra metade, constituía-se de índios e negros escravos, sendo estes bem mais de um milhão.

Além disso, na população livre, mais de dois terços não sabiam ler. Possuía, porém, o Brasil uma élite instruída, muito pouco numerosa, é verdade, mas formada de homens possuidores de grande cultura, entre os quais se destacava o vulto eminentíssimo de José Bonifácio.

Note-se agora, que uma população tão escassa debruçava-se sobre o litoral e penetrava pouco pelo interior onde povoava os grandes latifúndios então existentes. No litoral aglomerava-se em portos e pequenas povoações e formava algumas cidades. Estas, porém, não eram verdadeiras *urbs*. O Rio de Janeiro de então, não se extendia, o que se chama comumente *cidade*, além do Campo da Aclamação e os seus bairros residenciais ficavam muito próximos do centro, aí por volta do Rocio, Lavradio e Marrecas; além, era o subúrbio.

A força econômica do Brasil era então quase que exclusivamente agrícola, pois o fogo da mineração já havia muito estava quase extinto. Os grandes proprietários da terra, eram senhores verdadeiros feudais e formavam a grande força política do país.

E' num tal ambiente que repercutem aqui os acontecimentos que transformaram o mundo no século XIX e que através da revolução da independência, nos levaram de um regime de governo absoluto a uma democracia que embora coroada, apresentava fórmulas teóricas das mais liberais da época, em respeito aos *chamados direitos do homem*. Houve tanto entusiasmo que muitos pensaram mesmo em instituir logo a República, mesmo com a instituição da escravidão, ao que se opôs José Bonifácio. Era este homem a mais alta expressão mental do Brasil de então, um sábio de verdade e de espírito positivo, que desejava o progresso com a liberdade de sua pátria, realizados no quadro de suas realidades geográficas, políticas, sociais e econômicas. Preocupavam-nos os problemas da escravidão, a eliminar; e da incorporação dos índios à civilização a efetuar; a instrução pública

elementar a desenvolver; a riqueza a criar por uma exploração judiciosa da terra e a consequente ampliação do comércio. Sabia bem que nas condições próprias do Brasil de então, a adoção pura e simples das fórmulas políticas mais avançadas, era de caráter demagógico e contribuiria mais para retardar o progresso do que para acelerá-lo.

Si os seus pontos de vista, pelas intrigas palacianas e dos seus oponentes políticos, que exploravam as qualidades negativas do princípio, não puderam prevalecer amplamente, é inegável que nos livraram dos excessos demagógicos e dos perigos de uma ignobil retrogradação.

Foi assim que o Brasil se poude organizar em nação autônoma, sob uma fórmula conciliadora da *soberania popular* e do *direito divino*, e de modo a tornar a autoridade suprema abrigada das agitações vulgares da atividade política. Poude ter instituições evidentemente livres, sem riscos de se anarquizar ou desmembrar-se, porque José Bonifácio soube conseguir, a despeito das manobras dos que se lhe opunham, legitimar logo o chefe de Estado do Brasil, com o título de *Defensor perpétuo, pela graça de Deus e unanime aclamação dos povos*, o que lhe permitia equilibrar a demagogia da *soberania popular*.

Este fato, como assinala Tobias Monteiro, colocava o Imperador em igualdade de condição com os poderes constituintes que se iam eleger, e colocava no modo de vêr de outro autor, "ao lado da Assembléia que se ia instalar, um Poder Executivo forte, que assegurasse a ordem, terminasse a tarefa de unir todas as províncias e pudesse, por uma ação harmônica e até pela própria presença, proporcionar à Constituição facilidades para a realização de uma obra que, sem fugir do espírito do tempo, se ajustasse às condições do Brasil." (18)

As agitações políticas provocadas pela luta e os choques das várias correntes de opinião, que se debateram no processo da independência, desde os que lhe eram contrários até os extremos nativistas e republicanos, faziam oscilar o ânimo impetuoso de D. Pedro I e não permitiam a José Bonifácio, efetuar tranquilamente a obra de organização do Brasil independente, nem à Assembléia Constituinte chegar ao termo final de sua missão.

D. Pedro I, dissolveu-a. Ao fazê-lo, porém, prometeu ao país, dar-lhe uma constituição "duplamente liberal" em relação a que aquela estava elaborando. Cumpriu a sua palavra. Para isto no-

(18) — José Bonifácio — Octávio Tarquino de Souza — Ed. José Olímpio — 1946.

meou um Conselho de Estado, do qual fizeram parte membros da assembléia despoticamente dissolvida e outros, todos brasileiros natos, e entre os quais Carneiro de Campos, a quem se atribuiu a principal autoria da primeira Constituição.

Foi rápida a elaboração dessa carta e D. Pedro outorgou-a, promovendo logo a sua aceitação pelas províncias, o que não deixou de dar lugar a graves perturbações, notadamente em Pernambuco, tudo mera consequência de disputas entre os principais da terra que então se debatiam pelo predomínio providencial.

Seja como fôr, foi assim que "de um salto, pela nova Constituição, o Brasil alcava-se dos moldes de governo despótico às mais amplas formas da liberdade individual, garantida pelos freios da separação dos poderes e dos corretivos aplicados para evitar-lhes os desvios mais nocivos", assinala Tobias Monteiro.

Quase tôdas as liberdades já adotadas nos países mais evoluídos estavam aí consignadas: — inviolabilidade do lar, sigilo da correspondência, entrada e saída livre no território das pessoas e bens, liberdade de pensamento, reunião e petição; tolerância religiosa. Não havia liberdade religiosa. Além do Estado ter uma religião, os cargos eletivos não eram acessíveis aos não católicos, o que vai ser futuramente uma das questões que mais agitarão a política brasileira. Havia ainda outra restrição ao princípio da *sabedoria popular*, pois o quadro de eleitores, já reduzidos pelas circunstâncias da existência brasileira que recordamos de inicio, era ainda mais limitado pela exclusão dos criados de servir, dos caixeiros do comércio, dos administradores de fazendas e de fábricas, dos sujeitos a votos religiosos e de todos que possuissem renda menor de cem mil reis anuais. (19)

A orientação geral da nossa organização política foi modelada pelo sistema parlamentar inglês mas, com a atenuação da

(19) — Grosso modo, correspondente a cerca de seis mil cruzeiros *atuais*, avaliação esta apenas admissível enquanto as emissões não aumentarem e o cruzeiro não se desvalorizar mais, impedindo as importações de objetos de primeira necessidade abaixo custo, para satisfazer os exclusivos interesses dos *magnatas da indústria nacional*. Estes, gente sem pátria e sem civismo, não se pejam agravar a miséria do povo e acrescer consideravelmente o número de miseráveis, até que não seja mais possível. Nem percebem que, a continuar a sordida bambochata, então, tudo *magnatas e miseráveis*, cairá de roldão aos braços acolhedores e já bem abertos, do despotismo comunista. Que todos, magnatas e miseráveis, governo e governados tenham bem vivo no espírito este quadro real da Revolução Francesa, cujo motivo prático foram as dificuldades de vida do povo, pintado por G. Ferrero em "Pouvoir": "Correlation (com os acontecimentos de 14 de Julho, em Paris) instantanée et

existência de um forte poder executivo, em cujo ápice ficava — o *poder moderador* — formado pelo *Imperador* e o *Conselho de Estado*. Este foi mais tarde em 1834, suprimido e depois, 1841, restabelecido, sem o caráter porém, de consultor obrigatório, nas decisões correspondentes à referida função governamental.

Os males resultantes desse enorme aumento das responsabilidades do Imperador foram patentes: "Suprimindo um dia o Conselho de Estado, em vez de reformar para melhor; entregue ao Imperador, sózinho, à prática do Poder Moderador, ficaria desconjuntado o sistema composto pela Constituição e descoberta a Corôa; cresceria a grita contra o poder pessoal; procurar-se-ia a todo transe o sucedaneo para a instituição desaparecida, e surgida a controvérsia insolúvel e interminável das responsabilidades dos ministros nos atos daquêle poder". (20)

Esse *poder moderador* uma novidade constitucional que o Brasil inaugurava, pois "era a primeira vez que se realizavam as idéias pregadas em França por Clermont Tonnerre onde Benjamin Constant, como ele próprio confessa, colheu a idéia do Poder Real ou Neutro, independente da assistência ministerial" (21) "era a chave da organização política" (22) que o Brasil adotara.

Não bastava, porém, a existência de uma constituição liberal e incontestavelmente bem feita, para que o regime *democrático* por ela criado, pudesse funcionar no Brasil sem graves escohos a vencer. Embora o "civismo da imensa maioria dos homens políticos fosse então muito vivo", sentimento que foi diminuído, até se tornar raro ou exótico entre os homens públicos de nossa época, e mesmo na classe culta, ao passo que se o encontra ainda valioso nas camadas menos corrompidas pelos favores da fortuna fácil, dificultava a adoção de normas liberais tão amplas na prática das funções políticas. O hábito do *despotismo*

irrésistible, les masses se révoltent parce qu'elles sentent l'autorité paralysée; l'autorité cesse d'agir parce qu'elle sent que les masses lui ont échappé. La majorité est entraînée par une frénésie inexplicable; la minorité suit de gré ou de force, convaincue jusqu'à un certain point seulement; mais tous se révoltent. Cœurnes et convents se vident: soldats et marins désertent, l'armée se disperse et l'administration se disloque, la justice et la police ne fonctionnent plus, personne ne paye plus les impôts et les redévolances seigneuriales, partout les couvents et châteaux sont assaillis et pillés". Em seis semanas, jornadas de apocalipse, tudo mergulhou no nada...

(20) — Tobias Monteiro — Op. cit.

(21 e 22) — Idem, idem.

tismo tendia sempre a tornar a tona e a prevalecer. Na ação, ricos políticos se mantinham fiéis, e sem sofismar, aos preceitos constitucionais.

Seguiu-se por isto, no Brasil, ao fato da Independência e à instalação do regime político constitucional, um período de graves perturbações, pois à incultura da massa brasileira somavam-se considerações de política exterior, dificuldades econômicas e financeiras, consequentes à qualquer revolução, e a instalação de uma nova *sociedade nacional* dirigente, o qual durou cerca de um quarto de século.

Depois, houve calmaria e o Brasil prosperou mercê da assistência que lhe deram certos homens de alto valor e influência dominante nas correntes políticas que se formaram espontaneamente, derivadas das agitações da revolução da Independência: os partidos conservador e liberal.

Mesmo assim, porém, jamais deixou de haver queixas e a democracia, que muito se apresentava nos costumes nacionais, não era praticada sem restrições na política. O sofisma, predominava sobre a lei e os régulos mais ou menos disfarçados mais ou menos ostensivos, mais ou menos cruéis, predominavam de fato, notadamente nas Províncias. Havia freqüentes violências e as eleições eram sofismadas e muitas vezes sangrentas.

A representação nacional não era ideal e tanto que Osório, o ídolo nacional do segundo reinado, em quem até os republicanos viam promessas faguetas para os seus ideais, assinalava nada haver de mais maléfico que a má escolha dos que devem representar o país. E em carta ao Conde de Porto Alegre em 1870, o que dâ idéia da situação geral do país, escrevia: "A moralidade política também precisa ser levantada. Chegamos a um estado (o grifo é nosso) em que os homens no poder mudam de côr e põem de parte a lei, os interesses e os direitos do povo. A magistratura não tem independência; o poder joga com ela no sentido de sua conservação sem o menor respeito ao direito individual do cidadão. Por este caminho vai à garra a garantia da vida, da fortuna e da família".

Poderia ser diferente? Evidentemente, sim, mas os males que se sentiam, nada mais eram do que resultantes da situação do país, das heranças, da mentalidade adquirida, desde o tempo colonial. De fato, predominavam o *senhor feudal* e o espírito de *clan*, o hábito das relações entre *senhores* e *escravos*, cultivados durante mais de três séculos, do que ainda se notam reminiscências.

A democracia fundada, aliás magnificamente, em tal país, só de fato, porém, vigorante para uma parte mínima da popula-

ção, não podia deixar de ser *manquée*. As práticas políticas não correspondiam às concepções e apresentavam o defeito capital que Joaquim Manoel de Macêdo assinala (23): "Eles (os políticos) empregam no Brasil uma governação que aprendem nos livros da França e da Inglaterra; improvisam no mundo novo as instituições do mundo velho algumas das quais têm tanta relação com as nossas circunstâncias, como um ovo com um espeto!".

Os partidos para Oliveira Viana (24) como para Oliveira Lima (25) eram verdadeiras sociedades de colocação ou de auxílios mutuos: "simples agregados de clans organizados para a exploração em comum das vantagens do poder".

Não se revezavam no poder em virtude do prestígio ou do apoio que a opinião pública lhes dêsse, e, sim, por simples vontade do Imperador. A força do governo não dependia da confiança da Câmara. Fôsse esta unânime a favor ou contra o ministério, e o Imperador a dissolvia, como melhor lhe parecesse: "É sabido que as quedas de Gabinete e a ascenção dos partidos, no II Império, não são reflexos da opinião parlamentar, mas apenas manobras da vontade imperial" (26).

Dos dois velhos partidos, o mais acusado pelo seu espírito despótico e o que mais longamente mereceu os favores da Coroa, foi o Conservador, formado, no dizer de Joaquim Nabuco, conforme a citação de Oliveira Lima pela *gente de fato consumado* e que seria a primeira a aderir à República, porque então aí estariam, a força, os emprêgos e posições.

Talvez por causa disto, o liberal, batia-se pelas reformas que impedissem tais aberrações, entre as quais a autônoma das províncias, a supressão do poder moderador e a verdade eleitoral com modificação do sistema de sufrágio.

Muito se tem argumentado, em pról da defesa da monarquia, com os progressos materiais então conseguidos. Mas a isto pode-se responder como Joaquim Manoel de Macêdo: "Oh! sim!... não basta o progresso material; é preciso também progresso moral e político; é preciso sobretudo que se moralize o

(23) — A *Carteira de meu tio* — 4.^a Ed. — A Lemale Ainé — 1880 — Terrível crítica aos costumes da monarquia.

(24) — O ocaso de Império — S. Paulo — 1926.

(25) — O Império do Brasil —

(26) — Oliveira Viana — Populações meridionais do Brasil — 1.^a Vol. — Ed. M. Lobato — 1920.

povo, e para isso é essencial que se moralize a si próprio o governo em primeiro lugar". (27)

Em honra, porém, da monarquia, diga-se, é preciso e justo confessá-lo: não havia ainda o espírito avassalador do negocismo a que o Imperador, cuja maior força era a sua moralidade pessoal e de bom funcionário do Estado, resistia; e havia a mais ampla e completa liberdade de pensamento.

A desmoralização, porém, do sistema que não soube progridir efetuando as reformas necessárias agravadas pelas consequências da guerra do Paraguai, justamente no momento em que se acentuavam firmemente no mundo as características da civilização industrial, cêdo conduziu à República.

Quando esta veio, na população do Brasil, crescida mais de cinco vezes em relação a do tempo da Independência, já não havia escravos negros, a proporção de elementos brancos e mestiços era bem maior que a de então, as grandes propriedades começavam a se dividir, as cidades cresceram muito mas não diminuíram a relação dos analfabetos e o espírito de *clan* predominava ainda em toda a parte... Não havia, salvo em pequenissima minoria, *ideal político*, permanência vivo o personalismo.

Do ponto de vista que nos ocupa, não era grande a diferença de situação e até parecia desfavorável à República, pois com o desaparecimento dos quadros monárquicos, embora já bastante carcomidos, aliás, e a idéia de que tudo era permitido e acessível a todos, agitaram-se muitas ambições. A falta de controle de uma élite republicana suficientemente forte para impôr a moralidade política e administrativa, o espírito mercantilista desenvolvido pela influência do imigrantismo, que aumentou muito e sem plano nem escolha; a predominância, mercê das influências regionais que exerciam, dos monarquistas sem educação republicana que a ela aderiram, muito agravaram os males fundamentais vindos desde a fundação da nossa democracia.

O desaparecimento dos velhos partidos da Monarquia os quais, apesar do aspecto regional que sua atuação prática revestia, tinham um caráter nacional, deixou a política federal sem expressão própria. Foram êles substituídos por partidos estaduais que mais ou menos se coligavam para atuar nas questões ou assuntos federais. A política de partidos nacionais sucedeu a dos dominadores dos Estados que continuou mesmo depois das abusivas intervenções federais do governo Hermes.

Além disso, a República herdava uma sociedade desorganizada, uma situação financeira e econômica desgraçada, e teve

(27) — A carteira do meu tio.

que lutar, logo no começo, contra as correntes dos descontentamentos legítimos ou ilegítimos, que logo se formaram, ansiosa para progredir, mas limitada a idéia de progresso exclusivamente aos aspectos materiais, desconhecendo seus homens as condições reais do Brasil e sem compreenderem verdadeiramente o porque dos rápidos desenvolvimentos que outros países iam apresentando, dadas as condições geográficas e geológicas que lhes eram próprias, desmanda-se em arrojadas tentativas dominadas pela predominância do espírito regional ou provinciano nela influente.

As antigas Províncias transformadas em Estados autônomos foram presas de novas *oligarquias familiares*, que se formaram e o espírito nacional em vez de se fortalecer enfraqueceu-se, pois os senhores da República, preocupavam-se mais com os interesses de sua posição nos Estados que com os da Federação.

Do ponto de vista que nos ocupa, a teoria e a prática da democracia, não se verificou grande mudança.

O Congresso, Câmara e Senado, tornaram-se subservientes ao poder do Presidente da República, para os seus componentes bem se sustentarem nos Estados a custa de favores especiais que obtinham, ou para melhor satisfazerem interesses particulares. O sistema eleitoral e a prática do processo representativo era *mutatis-mutandis* o mesmo da monarquia e talvez ainda mais corrompido. A opinião pública, continuava despresada e mais ainda.

Mas a opinião pública é uma força, mesmo no nosso país e essa força levou à revolução de 1930.

Depois, é o período da ditadura. Não se pode falar dêle, tratando de democracia. Pode-se, porém caracterizá-lo como uma fase nacional de agravamento dos males crônicos que tem prejudicado a moralidade pública e cuja regeneração já reclamavam os monarquistas. E' um período de *inflação de tudo* e de *bôas, ótimas oportunidades* para certos indivíduos. Foi um governo que só fez engolozinar os negocistas e todos os inescrupulosos. Nada lucrou o país e muito o perdeu o nosso progresso normal. Mas a ditadura sofreu um interregno e nesse interregno, de 1933 e 34, forçado pela vibração cívica de S. Paulo, com mais ou menos repercussão no resto do país, fez-se a reforma eleitoral que instituiu o sufrágio universal, com o *voto secreto* e a ampliação do eleitorado, pelo abaixamento da idade para ser eleitor e o voto feminino.

Ela — a ditadura — que caiu em 1945 porque não pôde resistir ao clamor da opinião pública, forneceu assim o instru-

mento que faltou sempre para a regeneração da monarquia e para a prática da República, com a qual o *regime democrático* no Brasil começa a se instalar.

O sumário exame que acabamos de fazer sobre a vida da nossa democracia, não nos convida a refletir sobre a fatal influência das condições concretas da existência humana sobre as concepções abstratas e na necessidade de saber adaptar estas àquelas? Basta pensar no que se passa com o próprio homem: "L'influence des climats sur les facultés intellectuelles et morales des hommes, est encore un de ces faits généraux dont la réalité ne peut être contestée, mais dont les limites incertaines nous laissent abandonnés à toutes les chimères de l'exasération et des hypothèses exclusives". (28).

AS CLASSES ARMADAS NA DEMOCRACIA

"Puissent-ils en retenir tout ce qui doit les mettre engarde à la fois contre les aventures et les aventuriers". AV. Dupuis — La Direction de la guerre — Paris — 1922).

As classes armadas, em todos os tempos e em todos os países, nada mais são do que parte da nação, organizada, armada e hierarquizada para enfrentar a eventualidade da guerra, assinalemos, sem temor os aspectos acaciano do registro. Mas é uma parte da nação sujeita a uma disciplina, que se isola e despreocupa do mecanismo corrente da labuta pela vida, erigindo a preocupação da pátria em motivo principal da própria existência. Elas têm por isto, uma resistência maior que a própria nação às tendências dissolventes, meios poderosos e recursos mais fecundos, que quaisquer outras classes para manutenção da ordem.

Elas têm sempre um feitio nacional marcante e o rigor de sua disciplina varia com a compreensão que a respeito de suas características essenciais, de sua peculiar psicologia e principalmente do papel que lhes cabe representar na nacionalidade, ou na política nacional, façam os que dirigem a nação e a sua élite. Refletem sempre, seja pela eficiência de sua organização e disciplina, seja pelos costumes que prevalecem nelas, a situação nacional em todos os seus aspectos, progressistas, estagnários

(28) — L'Atlantide — Concorcet.

ou regressivos. Nas democracias, mais do que nos regimes absolutistas, isto se verifica.

Não são, porém, elementos passivos. Por sua própria natureza e pelo culto da pátria que professam, mesmo quando as dominam infelizes descuidos, incompreensões e desatenções, os males nacionais têm forte repercussão nelas e lhes dão incitamento para que tomem iniciativas salvadoras ou apoiem a opinião reagente, quando os veem e compreendem.

Na democracia brasileira, o fenômeno da correspondência entre as classes armadas, a nação e a política, é visível a uma simples revista nos fastos históricos. Na Monarquia e na República, elas jamais lograram ter uma organização satisfatória e houve sempre o que Calogeras acusou na nossa política e nos nossos políticos "a incompreensão das classes armadas", e isto mesmo quando os militares, efemeramente, predominaram na política.

A ausência da idéia de guerra, da intenção de fazer guerra aos outros e a confiança, aliás gratuita, de que os outros não nô-la fariam, o espírito pacifista excessivo, em suma, sempre foi motivo para que a nossa política não se preocupasse com a eficiência de nossas classes armadas. Havia, porém, mais, o que, de fato, era razão capital. A eficiência guerreira das nações, a partir dos meados do século XIX, passou a depender em absoluto de uma poderosa indústria pesada, condição esta a que nunca pudemos satisfazer. País de clima tropical e importador de carvão e trigo, na forma cristalina e sintética por que o Dr. J. Pires do Rio, explica as diferenças de nosso progresso para os das nações de clima frio e exportadores daqueles elementos básicos da economia moderna, o Brasil é uma nação pobre e como tal os instrumentos de guerra, que são caros, são-lhe de difícil acesso. Daí a impossibilidade de realizar, uma vez que nos temos preocupado mais em imitar que em criar uma força com feição nacional.

A *incompreensão das classes armadas*, mesmo entre os melhores intencionados e que mais tentaram fazê-las progredir, pelo desconhecimento dessas condições de eficiência, não permitiu vêr o feitio nacional que elas deviam tomar aqui. Não permitiu que se organizassem com a eficiência relativa e máxima, que podiam ter em vista no desempenho do papel que têm e podem representar para a nossa segurança e o nosso progresso, tanto material como moral. De olhos fitos no exterior, movidos pelo hábito da imitação mais do que pelas conclusões de uma meditação própria sobre os nossos interesses e possibilidades, não temos

sabido dar feitio que contente à nosa fôrça armada, nem temos sabido tirar dêsse instrumento magnífico o rendimento que pode dar para os progressos de tôda ordem, de que o Brasil carece.

Isto posto, consideremos que o papel das classes armadas numa *democracia*, regime político que é, por natureza, afenso à guerra, é dos mais difíces e demanda dos militares, para que possa ser preenchido a contento, uma perfeita *compreensão do problema e uma dedicação cívica extrema*. Não pode ser desempenhado se êles se encastelam apenas nas fórmulas legais e regulamentares e cruzam os braços a espera de meios e de ordens, passivamente como autônomos ou méros funcionários irresponsáveis de um estabelecimento de que não são cooproprietários. Para que êsse papel possa ser satisfeito, precisam os militares conhecer a fundo a *psicologia nacional* e os *recursos ou esforços* que o país pode efetuar, ou de que pode dispôr, para não tentarem organizações de execução impossível, sempre inacabadas e para não empregarem métodos de ação inefficientes. Têm que ser hábeis na maneira de proceder para que não possam ser taxados de usurpadores dos poderes políticos nem opressores da opinião pública, evitando tôda a atitude que possa dar aso a grita de que estão intervindo na política interna. Eles, mais que os civis, precisam compreender bem o fenômeno militar e a nossa psicologia política.

Tanto nas oportunidades normais em que sua ação tem que se intrometer com a direção nacional, como nos momentos de crise aguda quando a classe militar deve intervir ostensivamente e assumir o controle nacional para restabelecer a ordem, a dificuldade que os seus componentes encontram para tomar uma atitude, não é a que entende com o *cumprimento do dever* e sim a discernir claramente qual é êsse *dever*, o que aliás, em tais momentos acontece a todos os cidadãos honestos.

Isto mostra que a cultura do militar não se pode restringir aos interesses exclusivamente profissionais e tem que lhe dar capacidade de compreensão nítida dos momentos nacionais.

Esses deveres cívicos das fôrças armadas e dos militares nas democracias — é preciso reconhecer-se e prestar ao fato boa atenção — prejudica um pouco o que lhes corresponde precipuamente. Raros são os chefes, notadamente, quando os que lhe são superiores não têm as necessárias qualidades intelectuais, de caráter e de coração, capazes de enfrentarem tais dificuldades. Raros são aqueles que tudo vencem, conservando o prazer do exercício da profissão que desempenham com inteligência e arte, sob a inspiração de um patriotismo digno e esclarecido. Ram-

são os que apezar dos dissabores que possam sofrer, mantêm-se em condições de não se descuidarem dêsses aspectos sem abandonar os principais, inerentes ao preparo dos homens e das couças para a guerra e ao estudo objetivo das ações desta, no terreno em que comandam.

A ação do comando militar nas democracias apresenta dificuldades que os regimes totalitários desconhecem, tanto na paz como na guerra e é assunto que merece ser estudado a parte.

As classes armadas no Brasil enfretam dificuldades muito peculiares as quais Calogerás definiu pelo fenômeno da *incompreensão, referindo-se*, porém, mais especialmente a inaprecepção dos políticos em relação a psicologia dos militares. Essa incompreensão é, porém, mais profunda. Nossos governos nunca se aperceberam de que são elas o elemento mais poderoso e fíciente para a educação patriótica nacional e que podem contribuir com notável eficácia, para a correção de males fundamentais, herdados de longa data. Aqui não se tem sabido, nem querido vêr isto embora o pouco obtido por certas reformas introduzidas no nosso sistema militar, sempre inacabadas ou de aplicação incompleta, possa servir de exuberante demonstração.

Na monarquia, era o espírito pacifista do Imperador, as suas veleidades de "neto de Pedro Aurelio", o espírito romântico ou descuidado da nossa gente, o desconhecimento das características e necessidades da preparação para a guerra, apezar da tremenda lição que foi a guerra do Paraguai, e as *dificuldades próprias ao país*, que nos levaram ao mais extremo depauperamento militar.

Na República, a ausência de uma política nacional, o domínio dos sátrapas o mesmo pacifismo agora doutrinado pela influência positivista, e maiores dificuldades financeiras e econômicas, os instrumentos de guerra mais caros, não permitiram melhorar a situação. Parece, porém, ter sido o predomínio da política regionalista ou provinciana, sobre a nacional, o maior óbice à nossa regeneração militar. Estados, houve que, enquanto seus políticos negavam os meios de organização eficiente das forças armadas do Brasil, não poupavam sacrifícios para terem, sob a denominação de *policias*, verdadeiros exércitos, para cuja manutenção não poupavam meios, e isto com a idéia visível, e até ostensivamente confessada, de poderem fazer frente às forças da federação!

Devíamos rir, se não fôsse triste!...

Nem tudo, porém, é meu. Apezar dos pezares, quando examinamos as linhas mestras da situação das nossas forças milita-

res na nossa *democracia*, somos conduzidos a concluir terem elas contribuído para os nossos progressos e representado um papel eficiente de arcabouço da nacionalidade, pois sem elas até ontem teriam avançado a desmoralização e a *sátrapia*?

Elas tem sofrido e sofrem todos os males da nossa *democracia* que lhe impedem o desenvolvimento de uma melhor mentalidade militar, de uma organização adequada aos seus destinos às nossas circunstâncias bélicas, e os repercutem sob várias formas, mas a sua alma nacional tem sabido reagir e prevalecer — *quand même* — nos momentos mais críticos. E, por isto, homens lhes seja!

De resto, o clamor que se tem feito sobre a indébita intrusão dos militares na política (29), intromissão que apenas denúncia a nossa incultura política, bem se explica por esta observação de Antonin Dubost (30) : “*Mais, dès que les gouvernements sont insuffisants, il est fatal et même naturel que tout le monde se mêle de gouverner*”.

CONCLUSÃO

“L’essentiel pour chaque nation est de conserver la discipline particulière, c’est — à dire ces sortes d’usages qui, sans tenir au dogme, constituent cependant une partie de son droit public et se sont amalgamés depuis longtemps avec le caractère et les lois de la nation, de manière qu’on ne saurait y toucher sans la troubler et lui déplaire sensiblement”.

(Du Pape — Joseph de Maistre).

A duração da *ditadura* entre nós parece, a simples vista, um terrível depoimento contra o civismo nacional e a dignidade do carácter brasileiro, mas examinada a fundo a questão torna-se explicável por motivos menos deprimentes ou desanimadores. Note-se, em primeiro lugar que houve o período de 1930 a 1935 no qual medeio a reação paulista; veja-se, depois, que as influências mundias a favoreciam. A reação contra o marxismo, que originou o surto do nazismo, muito fez, pelo fervor dos ataques à incapacidade da *democracia* para governar útilmente os povos.

(29) — Vêr “Considerações sobre os militares e a política” no “Jornal do Comércio” dos dias 16 e 23 de Fevereiro.

(30) — Danton et la politique contemporaine.

levados a efeito por marxistas e ditatoriais, para desprestigiá-las, no que foram ajudados pela aparente fraqueza daquela na reação em defesa própria, fraqueza resultante do seu princípio básico que é o respeito à liberdade e à dignidade dos indivíduos.

Além disto, a ditadura aqui, foi terrivelmente mistificadora. Afetou ser *tolerante* e *dóce*, mas oprimiu terrivelmente a liberdade de pensar em voz alta. Afastou cuidadosamente dos postos influentes as naturezas à ela inconvenientes. Lisongeou as massas, afetando cuidar delas quando, de fato só pensava em utilizar-se dos seus furtados aplausos e do pretexto dos seus interesses para beneficiar o que a constituiam. O mesmo fez com as razões de progresso nacional para criar negociatas, apresentando como realidades vivas os projectos que decretava, apoiando-se nos tipos mais acomodatícios que selecionava cuidadosamente. Tudo tratou por processo inflacionista, afetando ser sustentada pelas classes armadas. De tal modo, adquiriu no começo um verdadeiro prestígio nas classes populares e nos meios militares, relegando para a incapacidade dos governos passados e dos políticos saudosistas, as dificuldades com que o Brasil lutava. Mas a tolerância dos homens de farda e a boa fé dos ingênuos não podia durar sempre e assim também aconteceria com a ditadura.

Quando sobrevieram os acontecimentos mundiais que demonstraram a força vital da democracia, e internamente os efeitos da *mentalidade inflacionista*, foram agravando demasiadamente a situação e os seus males indisfarçáveis começaram a se fazer melhor sentir, com o vertiginoso *inflacionismo monetário*, faltaram argumentos capazes de enganar os mais ingênuos. Havia cessado as *necessidades* da guerra, não porém, os magníficos negócios. A *corrupção* que se implantara sob tôdas as formas, era comentada em tôda parte e repelida. No seio das classes armadas, avolumava-se uma corrente de reação contra as afirmativas mentirosas, os métodos corrosivos, os personalismos injustos, as fancarias de uso corrente, os lucradores sem escrúpulos e tôdas as mazelas. Os últimos contactos do ditador com os oficiais naquêles banquetes usuais de fim de ano, foram decepcionantes. Ele falou e não recebeu aplausos. Ninguém acreditou no que disse, porque todo mundo que estava ali sabia serem aquelas afirmativas de realizações tantas vezes apregoadas erros cometidos ou meramente inverídicas. E ninguém melhor que os que ali estavam podiam saber disso!

Desmoralizada, a ditadura não podia durar muito e, de fato, foi rapidamente eliminada. Ela se iludia com a sua própria propaganda e não soube se defender. Deu idéia daquêle mentiro-

so da fábula que lançando em curso uma pêta, também acabou por acreditar nela quando lhe retornou aos ouvidos naturalmente ampliada e mais escandalosa.

Mas, que no país nem tudo estava pôdre como o que a ditadura parecia mostrar, vê-se logo pela reação que houve desde que se procederam às eleições. A *lei eleitoral*, em parte inspirada por um certo espírito demagógico e tendencioso, sem o querer talvez, corrigia os vícios capitais que haviam impedido durante toda a fase monárquica e a republicana até 1930, a nossa democracia de tomar uma fisionomia verdadeira.

Por meio da falsificação eleitoral e da opressão dos chefes ou chefetes de *clans*, o despotismo sempre medrou de fato. A nova lei, porém, criando o *voto secreto*, ampliando o eleitorado até os dezoito anos, dando-lhe o concurso feminino e tornando o voto obrigatório, quebrava a força *do quero, posso e mando* e dava, aos cargos eletivos uma expressão legítima, por tornar impossível a fraude escandalosa e as opressões brutais, notadamente nos grandes centros urbanos.

A força política passou realmente a residir na *massa eleitoral*. Muito embora, o forte do eleitorado não estivesse e não esteja ainda bem esclarecido e confiante, a educação política estivesse e esteja ainda por fazer, os partidos e os políticos se ressentissem de maus hábitos de antanho, os resultados obtidos nas duas eleições que se procederam para a instalação do sistema democrático, denunciavam que entramos numa era *política nova*, que nos levará a um sistema de apresentação e de governos eficientes, ou à *revolução caótica das massas*.

De ora, em diante, o poder emana do voto, reside no eleitorado e será exercido por quem souber conquistar a sua opinião, isto é, a opinião pública, que se mostrou muito favorável aos que dão esperanças de não ser corrompidos e de possuir sinceridade republicana, notadamente na última eleição, como se viu neste Distrito Federal.

As maiores insuficiências que se notaram ainda, provieram da falta de organização conveniente das correntes da opinião pública, para os pleitos eleitorais. Os políticos que assumiram as chefias dos partidos não perceberam bem o valor do *instrumento eleitoral* que iam manejá-lo e em sua maioria, pelos seus hábitos ancestrais, subordinaram os aspectos nacionais da política aos regionais, dando ainda preponderância aos personalismos. Na verdade, mostraram-se bem aquém do momento político nacional. Basta contemplar-se o funcionamento do congresso após a elaboração da constituição de 18 de dezembro e as mul-

tiformes e estonteantes combinações partidárias ou coligações que se formaram em todos os Estados do Brasil, para constatar-se a ausência de firmeza nos objetivos políticos dos partidos. Votaram-se em ou contra pessoas e não em idéias para realizar idéias.

Todavia, uma vez que se fez sentir tão beneficamente a melhoria da condição básica da eficiência do regime democrático, é lícito esperar que surjam até novos políticos e que os velhos compreendam a necessidade de se modificarem. É de esperar-se façam correções e introduzam aperfeiçoamento no sistema e nos processos eleitorais. Nada, porém, deve ser apenas periódico.

E' preciso saber-se aproveitar o efeito do *choque psicológico* produzido pela sensação de que é possível a *verdade eleitoral*, adotando medidas que tornem a mais efetiva possível a expressão *sufrágio universal*, de modo que os analfabetos também possam votar. Eles exercem as funções da vida civil, fazem-se em grande parte bons chefes de família e alguns chegam a adquirir importantes riquezas, até dirigir empresas que prosperam, porque não poderão interferir diretamente na vida política? Podem ser soldados porque não podem ser eleitores?

De fato, são eles a grande maioria do povo, três quartas partes, e o sufrágio sem eles não é universal. Nem se argumente, para defender o atual estado de cousas, que eles não têm discernimento bastante para formular uma opinião política, pois muitos há que o possuem em grau bem mais alto que grande número de letrados. Muitos dêstes pensariam melhor se não houvessem lido o que tem lido e mais acuradamente observassem o que se passa no mundo em redor de si e julgassem os fatos segundo um critério pessoal de bom senso.

De resto, hoje, o cinema e o rádio, para instruir as massas, suprem em muito, e vantajosamente, o processo do alfabeto. Muitos letrados só entendem o que lêm depois de ouvir no rádio ou ver no cinema, tratar o mesmo assunto. Hoje o cinema e o rádio, tanto ou mais do que a imprensa influem na mentalidade e nos costumes da massa do povo.

A favor dessa idéia, a de se colherem também os votos dos analfabetos há o princípio básico da legitimidade democrática, como diria Guglielmo Ferrero, principal força que assegura a estabilidade do sistema. Se esse princípio, para ser aplicado com verdade exige que se reconheça o direito de *oposição* e consequente representação das minorias, como dentro dêle se pode admitir à exclusão da esmagadora maioria nacional, na escolha dos ele-

mentos que devem representar os poderes governamentais? Essa grande maioria de analfabetos é uma força efetiva nacional, sob todos os pontos de vista, mesmo o econômico, e até as vezes mais construtiva, ou orgânica, na sua modestia, que a derivada dos espertos letrados ou dos letRADOS negativos e pedantes.

De resto, quem nos diria que o voto dos analfabetos não veria contribuir para a solucionar o problema da instrução primária nacional que até hoje o voto exclusivo dos letrados não soube resolver?

Outro objeto de reforma da legislação eleitoral que deve merecer toda atenção, do público e dos legisladores se "a função de deputados não lhes impedir de preencher a de legislador", é a necessidade dos que se candidatam aos *cargos de governo*, darem provas bastantes de sanidade física e idoneidade moral. Esta necessidade que temos ouvido assinalada de boca em boca e tem sido levemente aventada pela imprensa, salta aos olhos de qualquer um. Um dos nossos amigos, cujo nome sua modéstia não nos autorizou a mencionar, defendendo-a com calor e profundo patriotismo, deu-a como uma das causas principais das abstenções e dos votos em branco e dos motejos que se deram na última eleição, dada a falta escandalosa de idoneidade de muitos candidatos.

Não há função pública ou particular, mesmo de criado doméstico ou varredor de ruas, para cujo exercício não se exigiam provas de sanidade física e de idoneidade moral, inda que mal estabelecidas por uma carta de recomendação, referência de pessoas idóneas ou um simples pedido de informações feito pelas donas de casa através de uma telefonada. Até para viajar, se exigem certas quitações e provas de vacina, porque então, para ser parte do governo, nada se pede além de ser apoiado por um certo número de eleitores e satisfazer as condições de idade que a lei já estabelece?

Ainda neste particular a experiência eleitoral que acabamos de fazer foi fecunda. Houve denunciados como criminosos inscritos como candidatos a cargos electivos e outros cujos procedimentos suspeitos forçaram a instalação de processos ainda não liquidados os quais eleitos talvez não possam continuar a sua representação da soberania nacional por haverem sido reconhecidos culpados dos crimes de que são suspeitos.

Os responsáveis morais e efetivos pela eficácia da *democracia*, sejam quais forem, homens de governo ou não, magistrados ou eleitores, podem deixar, legitimamente, de estudar estes problemas e de lhes promover uma solução satisfatória?

Isto é essencial, porque o poder, em qualquer sistema de governo, vale pelo uso que dêle fazem os que o detêm. E' um passo no sentido de a êle levar os que sejam capazes de julgamentos de conjunto, de vistas sintéticas sobre o presente e o futuro, sem desconhecimento ou incompreensão do passado. Não basta por certo. Mas sem isto, seria necessário muito discernimento na massa, discernimento não comumente encontrado, que as nossas chamadas classes cultas ainda não mostram suficientemente possuir, para escolha de candidatos judiciosos.

Ao par das lições práticas dos pleitos realizados que indicam correções a efetuar no processo eleitoral, resultam também, dos acontecimentos que acabamos de viver, outras que a todo custo, os que temem os despotismos, sejam da direita ou da esquerda, precisam saber ver e aproveitar.

Uma delas é a que nos dá o partido comunista por sua organização e sua atuação, o único que soube aproveitar a sua força partidária para triunfar na medida do possível e que mostrou saber instruir e educar os seus adeptos na luta política em que se acha empenhado. Foi também o único que mostrou possuir objetivos políticos gerais predominantes sobre quaisquer aspectos caracteristicamente regionais, apesar das combinações locais em que entrou, nas quais vizou sempre o que menos o podia prejudicar ou o que mais poderia favorecer a sua própria vida.

A U. D. N. que reune o eleitorado maior e mais seletivo, viu, apesar da sua idéia nacional predominante no início, sua pujança eleitoral muito reduzida pelos que dela fazendo parte não sobreram manter aquêle interesse de partido nacional acima dos pequeninos aspectos regionais, a que tudo, afinal, reduziram.

A ela, e a todos os outros numerosos partidos, faltou compreender o interesse de se organizar em moldes novos, e compreender o método educativo e os processos, que os comunistas muito bem viram.

A U. D. N., afora o P. C. B., não foi de fato o único partido de fisionomia nacional aparente. Houve o P. S. D. e o P. T. B. e seus derivados. Mas o P. S. D. é um partido de reação contra o movimento das novas correntes democráticas e se constituiu principalmente dos salvados da ditadura. O P. T. B. é um partido inspirado nos engôdos da demagogia e que pretende explorar a injusta simpatia, de que efetivamente gozava o ditador, entre os enganados por suas palavras e processos e que foram de fato, com a classe média, as suas maiores vítimas.

Apezar de suas visíveis insuficiências, destacamos a U. D. N., porque se formou dos elementos políticos que a ditadura der-

tronou e reuniu sob a bandeira da confiança, inspirada pela conduta pública exemplar de Eduardo Gomes, desde que seu nome se tornou conhecido no Brasil, a partir de 1922, os elementos mais cultos com quem a ditadura antipatisava. Sua multiforme organização mostrou porém, seu principal ponto fraco: a mentalidade regionalista dos antigos partidos e dos políticos com que se constituiu. Logo após a primeira batalha, começou a se dissociar. Apezar disso, evidenciou uma constância surpreendente nos elementos independentes que a ela se associaram na segunda batalha eleitoral e teria sido a única vencedora dos pleitos na capital do Brasil e na maioria dos Estados, se os que temem o efeito do comunismo, houvessem compreendido que em apoiá-la estava a conduta mais praticamente eficás, porque ela é por natureza conservadora sem ser retrograda.

A atuação dos católicos, força eleitoral considerável, si fôr bem aplicada e aproveitada, apoiada na organização da Igreja, pareceu lastimavelmente exitante e não soube aplicar-se onde mais convinha para visar seus objetivos principais que eram fazer frente sólida contra as correntes materialistas.

Da hesitação dos outros, da desorganização e insuficiente compreensão do momento eleitoral, como era natural, lucraram os comunistas, os que por quase todas as outras correntes eram olhados por adversário principal.

Uma outra lição do momento eleitoral, foram as *abstências* e os *votos em branco*, assás numerosos, que se verificaram. São *atitudes negativas*. A maioria das primeiras, injustificáveis por motivos de razão legítima, denúncia apenas que entre os leitados que formam o eleitorado, muitos ainda não acreditam na realidade de nossa organização política, ao que dizem, mas na verdade o que lhes falta é solidariedade social e nacional e compreensão do dever, aliás de interesse próprio, embora sutil, que todos os indivíduos tem de contribuir para a regeneração política e de costumes, embora de modo minímo. Por pior que fosse a apresentação dos partidos e por menos dignos que fossem julgados os candidatos, o comparecimento às eleições era um dever de responsabilidade moral iniludível. Escolhesse cada qual a *legenda* considerada *menos ruim* e assim daria um passo a favor do que acha deveria ser. Lewasse cada um às urnas o nome de candidatos seus, mesmo não registrados, votos que não seriam apurados, mas assim protestaria de modo visível contra a má escolha dos indicados e registrados.

A abstêncio voluntária significa, na verdade, negação ou negusca de cumprimento de um dever cívico. Falta de solidariedade

dade. Indiferença pelo destino da sociedade ou desrespeito por ela, o que se não pode aplaudir, apesar de todos os seus defeitos.

O voto em branco, porém, que quer dizer?

Ou é a confissão tática da incapacidade de fazer uma escolha, a qual seria facilmente removida pelo pedido de conselho a amigos de confiança, ou prova de que o eleitor está anestesiado pelo septecismo mais absoluto, ou é indício de indiferença pelos destinos da sociedade ou da nação, fato incompatível com a existência de elementar cultura.

Na realidade, porém, tanto a abstenção, forma de septecismo mais acentuada que o voto em branco, pois quem o pratica mostra-se sem receio das penalidades em que incorre e em cuja aplicação não crê, como o voto em branco, denunciam apenas irreflexão sobre o momento de grande número de indivíduos letardos, muitos dos quais pertencentes às classes mais instruídas, o que é um péssimo índice para os interesses legítimos da democracia brasileira.

Esses fenômenos, não parece terem se verificado entre os adeptos do comunismo, o que nos dá uma indicação do principal remédio a aplicar. Basta que todos os partidos políticos adotem uma organização semelhante e exerçam sobre os seus adherentes uma ação educativa análoga. E' de esperar que as lições aproveitem, ou o comunismo vencerá, quaisquer que sejam os obstáculos que se lhe criem, favorecido pelo egoísmo dos que dominam e agravam as misérias nacionais, ou dos que a estas ficam praticamente indiferentes.

Considere-se, porém, no exame das providências a adotar, para melhorar a situação atual que a concepção teórica da democracia, para adquirir valor prático precisa poder adaptar-se ao meio em que deve ser aplicada. Além da fatalidade histórica, que se não pode olvidar, ela também sujeita às *características geográficas* da nação em que se aplica. Si atende a isso, adquire uma feição adequada ao povo e à nação e dá os melhores resultados práticos de que é suscetível; no caso contrário, deforma-se e apresenta-se envolta de falsidades e sofismas, e serve de capa aos mais deslavados abusos.

Na prática da nossa democracia, sì queremos sinceramente progredir, não é possível despresar os costumes derivados de nossa formação histórica e social, os quais sediam no subconsciente e predominam em toda a nossa conduta, mesmo quando nem suspeitamos de sua existência. Nem é possível deliberar sem compreender a fisionomia nacional atual, de um país pobre, de clima tropical, importador de combustível e de trigo; de grande .

território e fraca população, na qual a grande maioria é de analfabetos; de população desigualmente repartida pelo território, do qual cerca de metade ocupa os cinco Estados centro meridionais e quatro quintos ou mais se debruçam sobre o litoral, tendendo a acumular-se nos centros urbanos; de país; cuja metade territorial é praticamente desabitada e do qual um quarto tem fraquíssima densidade demográfica; de regiões de fisionomia geográfica já fixada, ao lado de outras em franca transformação enquanto que em grande parte do território nem se quer si iniciou ainda processo algum de exploração. Tudo isto, e mais outros elementos definidores da situação nacional, tais como as comunicações entre as regiões diversas do território, as influências da imigração etc., são fatores cuja influência e cujos efeitos na aplicação do sistema democrático precisam ser ponderados, bem medidos, não por meros curiosos ou culturas superficiais, mas por elementos da maior competência. Em regra, os nossos olhos vivem voltados para o exterior e quando nos impressiona o que por lá vemos, pensamos em adotar aqui o que julgamos progresso sem medir mais nada e afligimo-nos com os insucessos, atribuído-is a má qualidade de nossa mestiçagem. E' um erro e uma injustiça. Temos sido meio levianos não há dúvida e sofremos os maus efeitos de uma educação imperfeita, já assinalados desde o eminentíssimo José Bonifácio. Mas, se hoje, que já nos vemos bem apercebendo destes defeitos e compreendendo a razão d ser de nossas insuficiências, voltarmos nossas vistas para o interior, interrompendo apenas nossa atenção por golpes de vistas sobre o exterior, para aferirmos o resultado de nossa ação e corrigirmos os nossos rumos na marcha da civilização, dentro em pouco veremos realizados *progressos gerais*, reais, consideráveis e verdadeiramente confortadores.

As classes armadas que nas democracias mais do que em outro qualquer regime político, refletem a nação, seja individualmente em seus quadros, seja como corporação, têm o dever de bem medir a situação e saber julgá-la com acerto. Essencialmente orgânicas e conservadoras por natureza, mas progressistas por destino, realistas e objetivas por força de seus exercícios profissionais, têm na atualidade brasileira um papel importíssimo a desempenhar.

Sem que os seus indivíduos se deixem levar por nenhum partidarismo extremo e sem se mostrarem ostensivamente combativos, devem o apoio das suas manifestações de cidadania, cujos deveres, devem cumprir rigorosamente mesmo com certos sacrifícios pessoais, às correntes conservadoras progressistas e

nunca as que se mostrem estagnantes ou retrogradas e ainda menos subversivas. As primeiras são quiméricas ou contraproducentes, as segundas oferecem uma medicina de perigosos remédios já verificados inoperantes, no que entende com os legítimos progressos a procurar.

Corporativamente devem à nação o exemplo da coesão, da eficácia da organização, da disciplina, do respeito à lei, da dedicação ao trabalho pela realização de sua principal tarefa, e da coragem de atitudes decisivas nos críticos momentos. Mas isto, exige compreensão da situação, estudo, ponderação e muita atenção aos fatos que se vão desenrolando sem nêles interferir diretamente.

A democracia não é muito adequada ao espírito natural e espontâneo das classes armadas porque retarda os movimentos do mecanismo da guerra, pela dificuldade que tem em adotar soluções radicais e pela lentidão dos seus processos, mas é o único sistema de governo, que atualmente permite a vida equilibrada dos povos e a que menos favorece o ascendente de intruções, porque permite as críticas e exige provas, quando não é sofismada.

Nas bases atuais do nosso sistema representativo desde que haja mais interesse dos indivíduos esclarecidos em exercer uma função educativa sobre as massas, estas que passaram a ser de fato o elemento decisivo do poder político e que se orientam pelo sentimento realista e insofismável das necessidades que sentem, adotarão as soluções, pelo menos, que mais pareçam lhes convir.

Que os brasileiros, homens e mulheres eleitores, civis e militares, sintam bem as responsabilidades cívicas que agora efectivamente lhes cabem.

VENDA DE LIVROS

TODO O OFICIAL QUE NÃO TEM OUTRA ASPIRAÇÃO QUE AS GLORIAS E OS ESPINHOS DA CARREIRA QUE COM ENTUSIASMO NA JUVENTUDE ABRAÇOU, DEVE PROCURAR MANTER-SE EM DIA COM A SUA EVOLUÇÃO.

ATRAZAR-SE É VIVER DESAMBIENTADO; A DESABENTADA TRAZ O DESANIMO, A DESCREnça...

MANTENHA-SE EM FORMA LENDO A ÚNICA REVISTA ESPECIALMENTE MILITAR DO BRASIL E ADQUIRINDO OS LIVROS PARTICULARMENTE ESCOLHIDOS EDITADOS POR ESTA COOPERATIVA E — OS QUAIS ELA LHE OFERECE COM TÔDAS AS FACILIDADES. —

MINUCIAS DA "ARTE DE COMANDAR"

Cap. ALBERTO A. CARDOSO

O "jeito" de lidar com os homens, impressionando-os, obtendo deles, de boa vontade, os maiores esforços, é a "arte de comandar". Há nela preciosas regras, e ainda agora o Cap. Nilton Freixinho, tem nos apresentado, em tradução corretíssima, através as páginas de "A Defesa Nacional", um subsídio muito valioso sobre o assunto.

Entretanto, há comandantes natos; indivíduos que nunca, talvez, tenham pensado na existência de tal arte, e são, na mesma, exímios "virtuosos".

Eu tive um capitão assim, nos meus primeiros anos de oficialato.

Nunca o vi deitar doutrina, manusear compendios de psicologia, pautar normas de acção. Tudo, porém, que ele fazia, era correto. Jamais se esquecia da sua própria dignidade, e da dos seus subordinados. Tinha convicção de que não há "mau elemento" que não tome o bom caminho, num ambiente que o estimule a tal.

Um facto corriqueiro na vida da companhia, analisado em detalhes, mostra como até no simples quotidiano "a arte" se revela.

* * *

Eu ia entrar de oficial de dia. Por isto, voltei mais cedo do campo, com meu Pel. O capitão trabalhava em seu gabinete.

Tomei um banho rápido e fui fardar-me. De onde estava, via todo o alojamento. Os recrutas achavam-se nos banheiros, à exceção de três. Eis que estes descobriram, a um canto, uma lata de tinta, com que se estava renovando uma porta.

Um dos três recrutas empunhou-a, e, com o pincel, começou a aspergir o camarada mais próximo. Fez-se o barulho: gritos, correrias, camas arrastadas, etc.

Eu já ia intervir, quando vi que o capitão me antecederá. Da porta que ligava a reserva ao alojamento ele presenciava

A BATALHA DO TRIGO

Cel. DANTON TEIXEIRA

Remonta a 5000 anos o cultivo do trigo para fins alimentares.

A Biblia nos diz que José foi colocado pelo Faraó na Inspeção dos Cereais e organizou o serviço de abastecimento do Trigo.

Nos fins do século XVII o fermento substituiu o pão acidulado.

Já no começo daquele século a fome na Russia trouxe a revolução social que é o tema da obra de Boris Godunow.

Só no começo do século XIX Liebig utiliza o adubo nas terras cansadas ou fracas e a agricultura toma novos e decisivos rumos.

Mendel cria os híbridos vegetais nos fins do século XIX e obtém novas linhagens de trigo que permitem dominar o clima. (1)

Os suecos salientam-se na hibridação do trigo.

Dos diversos povos, o canadense, o belga e o francês são os maiores comedores de pão.

Nossas crônicas mostram que já estivemos na dianteira da Argentina na produção do trigo.

Nos começos deste século a praga da ferrugem, que é um fungo que dizima as searas, tendo durado quase três lustros, fez com que praticamente desaparecesse a lavoura do trigo no sul do Brasil.

Hoje os genetistas atribuem aquela epidemia a manchas solares periódicas.

A área própria ao trigo no Brasil é de cerca de 30 milhões de hectares.

(1) — Os Tesouros da Terra — Juri Semjonov.

12 no Rio Grande do Sul, 6 em Santa Catarina, 8 no Paraná e 4 em Minas Gerais.

O Brasil produz no momento 180.000 T. de trigo e importa 1 milhão.

O Exmo. Sr. Ministro Daniel de Carvalho está empenhado na batalha do trigo.

Precisa entretanto armas poderosas para a refrega.

Da sua visita ao Sul ficou provado que apenas 10 a 12 municípios riograndenses podem fornecer todo o nobre cereal de que carece a população brasileira.

As terras são ótimas, o clima adequado; a estrada de ferro serve essas zonas.

Há em Bagé uma Fazenda Experimental de Trigo, dirigida pelo técnico sueco Dr. Iwar Beckman, um nome internacional no assunto.

Há 18 anos este cientista cruza linhagens de trigo. Obteve já dois tipos: Frontana, Rio Negro ambos imunes da ferrugem e o primeiro com uma precocidade de um mês sobre os trigos uruguaios e argentinos.

O trigo riograndense é de um peso específico notável: 83. Suplanta os seus congêneres platinos.

O que foi conseguido em Bagé não obtiveram os uruguaios no seu notável estabelecimento genético de La Estanzuela.

Pois bem, temos assim a semente selecionada, rustica, aclimada, especial.

Precisamos incentivar o seu cultivo nas regiões próprias.

Parece que o trigo goiano e mineiro não têm rendimento econômico. Nessas regiões o inverno é seco e a primavera chuvosa.

Ora o trigo exige chuva no inverno e estiagem na época da maturação.

O trigo goiano e mineiro são moles e de peso específico reduzido.

Contudo aqui registramos esta ressalva que precisa por certo comprovação e exame por parte das autoridades credenciadas.

Vejamos agora o lado prático da questão.

Há 100 anos se fala na necessidade de o Brasil se emancipar do trigo estrangeiro.

Os colonos atualmente só querem trabalhar em terra própria. Não suportam arrendamentos.

O Governo pode assim resolver o problema da seguinte forma: adquirir duas leguas de sesmaria de terra na região do Rio Negro em Bagé; igual área em torno da cidade de D. Pe-

drito; outro tanto em Alfredo Chaves e Lagoa Vermelha; campo igual em S. Catarina e dois no Paraná; mesma área em Patos em Minas Gerais.

São oito campos com 70.000 hectares.

Cada um dará praticamente 420 lotes de 20 hectares.

O Governo entregaria estes lotes a 420 famílias de colonos para pagamento com as safras de trigo no prazo de 20 anos. Quando o gafanhoto visitasse a colheita ficaria o colono livre de pagamento da quota nesse ano.

As terras terão provavelmente a seguinte cotação:

No Rio Grande do Sul	8.000 contos
No Paraná	6.000
Em S. Catarina	6.000
Em Minas Gerais	4.000

São ao todo 54.000 contos.

Estes campos de cultivo do trigo não vão dar, por certo, tudo o que precisamos, mas constituirão os núcleos que irradiarão as nossas futuras searas tritículas.

Torna-se necessário encaminhar colonos nacionais e novos imigrantes para essas regiões.

Por uma questão de Defesa Nacional devemos constituir nossas lavouras principais de trigo no centro norte do Rio Grande do Sul (Lagoa Vermelha e arredores) e na região centro norte do Paraná.

Entretanto a sementeira base deve ser na Fazenda Experimental de Bagé que já se acha tecnicamente aparelhada.

Em cada colônia destas o Governo pode ter uma cooperativa de sementes e máquinas.

tratores de arar (H. D. 5)	20	(2)
ceifadeiras	10	
trilhadeiras	10	
máquinas de classificar	2	
máquinas de desinfecção	2	
caminhões de carga	20	
sacaria		
oficina de manutenção		
depósitos		
silos		

(2) — Informes da Propac.

São mais 40 mil contos para êsses encargos.

A questão exige entretanto medidas complementares.
São elas:

- 1) precisamos garantir por 5 anos um preço base do trigo nacional e que seja compensador aos plantadores;
- 2) precisamos criar moinhos nacionais e nacionalizar progressivamente os existentes;
- 3) precisamos dar crédito a longo prazo aos que se propuserem a plantar trigo;
- 4) precisamos facilitar a aquisição de máquinismo e meios de transporte aos agricultores.

Essas observações que deixo à meditação dos meus patriotas são de um amador desautorizado mas que percorreu a região triticula nacional e ouviu os justos reclamos dos lavradoures.

São observações do Diretor de Recrutamento que há três anos contempla compungido a apresentação de massas de convocados debilitados que vão ter aos portais dos quartéis para o cumprimento do dever militar.

Gilberto Freire nas suas obras ressalta a gravidade do problema alimentar brasileiro.

Outras vozes como Castro Barreto, Silva Melo, Oscar Clark, Afranio Peixoto, Josué de Castro, Pedro Borges e outros mais notáveis todos, clamam por uma solução prática, rápida, oportunista de tão melindroso estado de coisas.

Nossa História Militar ensina o seguinte: todas as guerras externas que fizemos fomos alimentados pelos nossos aliados. Em nenhuma nos suprimos com os nossos recursos. No Paraguai a Argentina forneceu o pão e a carne; na Itália o mesmo fez a América do Norte.

Não podemos sustentar uma guerra baseando nossa alimentação na farinha de mandioca.

O cultivo do trigo no Brasil é antes de tudo uma questão de Defesa Nacional.

O ardor geral de punições nada mais é que uma datestável licença de indisciplina, e este grande golpe dado no exercício de um dever é raramente inspirado por motivos elevados.

Em todos os casos este modo do chefe testemunhar sua satisfação distribuindo graças inconscientes tem algo de chocante, apresenta a personalidade do chefe e sua vontade acima de todos os regulamentos e do dever comum. Os chefes subalternos sentem que o superior lhes retira subitamente o apoio, que ele os desautoriza por uma fantasia...

ANDRÉ GAVET

O CLUBE MILITAR

DEIXEMOS DE LADO OS INDIVÍDUOS QUE PARTICIPAM DA DIRETORIA DESTA AGREMIAÇÃO QUE TÃO MARCANTES SINAIS ESTÁ DEIXANDO DE SUA SÁBIA ADMINISTRAÇÃO NA MAIOR ASSOCIAÇÃO DE NOSSA CLASSE, A FIM DE NÃO DESVALORISAR, ANULANDO, OS CONCEITOS QUE EMITIRAMOS.

A OBRA QUE ESTÁ SENDO EXECUTADA, CONSULTA DIRETAMENTE AOS INTERESSES DAS FORÇAS ARMADAS E É JUSTAMENTE POR ISSO QUE VEM VENCENDO EM TODOS OS SECTORES.

OS MALES DE QUE NOS QUEIXAMOS SÃO TANTOS E TÃO VARIADAS NOSSAS NECESSIDADES PREMENTES QUE NÃO SE TORNA DIFÍCIL NOS AGRADAR, CORRESPONDER A NOSSOS ANSEIOS.

PARA ISTO É NECESSÁRIO QUE OS DIRIGENTES TENHAM CONTACTO COM AQUELES A QUEM PRETENDEM AGRADAR, SATISFAZER NECESSIDADES, MEDIR MALES; NÃO É APENAS PELO ESFÔRÇO DE IMAGINAÇÃO QUE UM CONJUNTO DE INDIVÍDUOS PODE INTEIRAMENTE SENTIR E PENSAR COMO AQUELES A QUEM PRETENDE REPRESENTAR.

AQUI ESTA O SEGREDO DAS VITÓRIAS QUE O CLUBE MILITAR VEM GANHANDO.

OS ACTOS DE SUA DIRETORIA SÃO INSPIRADOS NAS NECESSIDADES DA CLASSE, A QUAL REPRESENTA, POR ISSO, CONDIGNAMENTE.

O CAMINHO ESTA MOSTRADO CLARO A OUTRAS ENTIDADES, BASTA SEGUI-LO PARA GANHAR LOUROS.

“A DEFESA NACIONAL” FELICITA O CLUBE MILITAR.

O IMPOSTO SOBRE A RENDA

A DEFESA NACIONAL VENTILANDO A QUESTÃO RELATIVA A ESTE IMPOSTO TEM CERTEZA DE QUE ESTÁ CORRESPONDENDO A UMA VONTADE GERAL DE NOSSA CLASSE.

ESTAMOS JUSTAMENTE NA ÉPOCA DAS DECLARAÇÕES DE RENDA — QUANTOS MILITARES POR ESTE BRASIL A FORA VIVEM COM DEFICIT E AGORA ESTÃO A CALCULAR SUAS "RENDAS"!

MESES A FIO SACANDO DE SUAS ECONOMIAS PARA COMPLETAR O PAGAMENTO DE SUAS OBRIGAÇÕES, E AGORA, A CALCULAR "RENDAS"!

NÃO DESEJAMOS ENVEREDAR PELA ESTRADA MAL CONSERVADA DAS LAMENTAÇÕES, POIS O QUE EXPOMOS É DO CONHECIMENTO COMUM.

JÁ NOS HABITUAMOS A SACAR DE NOSSAS ECONOMIAS PARA MANTER UM PADRÃO DE VIDA, COMO EXIGE O POSTO QUE TEMOS, A AUTORIDADE QUE REPRESENTAMOS, A DUPLA PERSONALIDADE QUE EXIBIMOS NO MEIO SOCIAL.

A DEFESA NACIONAL VENTILANDO ESTE ASSUNTO, SABE QUE ESTÁ FALANDO PELA BOCA DE TODOS OS NOSSOS CAMARADAS E OUTRA COISA NÃO DESEJA.

SRS. REPRESENTANTES

Vejam a nova tabela de preços para assinaturas desta revista; estará em vigor a partir das assinaturas do 2.º semestre do corrente ano.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA MILITAR

"A segurança dos Estados-Maiores foi conservada graças às distâncias, aos aliados e aos erros de preparação inimigos. Provavelmente pela última vez na História, estas distâncias transoceânicas constituiram um factor vital de nossa defesa. Nós poderemos optar outra vez por depender dos outros e do capricho e erros dos inimigos potenciais, porém, se o fizermos, estaremos colocando a riqueza e a liberdade desta grande Nação em barquinhos de papel".

Gen. GEORGE MARSHALL.

"Muito nos iludimos pensando que o povo é insensível ao desprezo disfarçado dos que mandam".

Gen. OSÓRIO.

A INVASÃO DA EUROPA

A BATALHA DA NORMANDIA

*Relatório do Marechal Visconde Montgomery de Alamein
Tradução e notas do Cap. OCTÁVIO ALVES VELHO*

(Continuação do número anterior)

O ASSALTO

Às 02.00hs de 6 de junho, foi lançado um destacamento de golpe de mão da 6.^a Div. Ae-ter, nas proximidades de *Bénouville*, para apoderar-se das pontes sobre o *Canal de Caen* e o *Rio Orne*. Foi completa a surpresa, tendo sido capturadas intactas ambas as pontes e estabelecida uma sólida cabeça de ponte. Meia hora depois iniciou-se o lançamento das 3.^a e 5.^a Bdas. Pára-quedistas à E do *Orne*. No conjunto, o lançamento da 6.^a Div. Ae-ter, foi mais disperso do que se previra, porém isso trouxe a vantagem de despistar o inimigo sobre a região e a importância da operação. A despeito da oposição inimiga, a Div. sustentou a cobertura do flanco esquerdo das cabeças de praia Aliadas.

A 101.^a Div. Ae-ter. Americana começou seus lançamentos, a SE de Ste. Mère Église, cerca de 01.30hs. Rápidamente tomou as duas aldeias de *Poupeville* e *St. Martin-de-Varreville*, atrás das praias de *Utah*. A 82.^a Div. Ae-ter. Americana desembarcou a W da principal estrada de *Carentan* a *Cherburgo*, a partir de 02.30hs.; conquistou a cidade de *Ste. Mère Église* e protegeu os flancos interiores da 101.^a Div. Ae-ter.

Enquanto se processavam os desembarques aero-terrestres, mais de 1100 aparelhos do Comando de Bombardeio davam começo à ofensiva aérea conforme fora planejado. Foram lançadas perto de 6000 toneladas de bombas sobre as baterias de costa durante a madrugada.

No interim, a frota Aliada navegava rumo às costas da França, precedida por flotilhas de caça-minas. Antes dos primeiros navios alcançarem suas posições de desembarque, a umas 7 a 11 milhas aquém das praias, e das flotilhas de bombardeio naval abrirem fogo contra as defesas de praia, não houve praticamente actividade por parte do inimigo.

No decorrer da travessia do Canal o mar mostrou-se bastante agitado e foi um brilhante feito das forças navais terem sido executadas as partes essenciais do plano, maugrado isso, conforme as previsões.

A nebulosidade não era muito favorável ao bombardeio quando mais de 1300 bombardeiros pesados e 8 Divisões de bombardeio médio, respectivamente das VIII e IX FA Americanas, sobrevoaram a região dos objectivos.

Ao mesmo tempo que os navios capitais das flotilhas de bombardeio naval rompiam o fogo contra as baterias de defesa de costa, e os contra-torpedeiros e grande número de tipos de engenhos de apoio entravam progressivamente em acção, as embarcações de transporte corriam para as praias onde as tropas se lançavam impetuosamente.

Na praia de *Utah*, o 7.^o C Ex. Americano atacou com um GT regimental em primeiro escalão. A progressão foi poderosamente auxiliada por 30 carros anfíbios lançados ao mar a umas 5000 jardas (4600 metros) da praia e que atingiram esta com uma única perda. Não foram excessivas as baixas e o movimento nas praias prosseguiu em boas condições; um segundo GT regimental foi logo desembarcado e assim organizou-se uma cabeça de praia em uma frente de 4000 jardas (3700 metros). Durante o dia as tropas estabeleceram sucessivos contactos com a 101.^a Div. Ae-ter.

Na praia de *Omaha* a hora H foi fixada para as 0645hs. O 5.^o C Ex. Americano atacou numa grande frente com 2 GT

regimentais, tendo como primeiros objectivos *Vierville-sur-Mer* e *Colleville-sur-Mer*, cerca de 3 milhas (5 km.) a E. Ao cair da noite, o 5.º C. Ex. conquistara uma cabeça de praia de aproximadamente uma milha (1600 m.) de profundidade, na linha *Vierville* — *Colleville*, e alguns elementos avançados continuavam impulsionados na direcção do terreno montanhoso próximo a *Formigny*, a umas 2 milhas (3 km.) para o interior.

O II Ex. Britânico atacou na direita, no sector *Gold*, com a 50.ª D. I. do 30.º C. Ex. No sector central, denominado *Juno*, atacou com a 3.ª D I Canadense, e na esquerda — sector *Sword* — com a 3.ª D I Britânica, ambas subordinadas ao 1.º C Ex.

O ataque da 50.ª D I foi feito com 2 Bdias em 1.º escalão. A intenção, no dia D, era penetrar através as defesas de praia entre *Le Hamel* e *La Rivière*, e assegurar uma posição de cobertura, que devia abranger a cidade de *St. Lézer*, a cavaleiro da estrada principal de *Bayeux* a *Caen*. A Div. tinha à sua disposição a 8.ª Bda. Blindada (de que 2 regimentos eram anfíbios), grupos de assalto da 79.ª D B e um "Commando" dos Reais Fuzileiros Navais, que deveriam desembarcar imediatamente após a Bda. de 1.º escalão da ala direita e deslocar-se para W, ao longo da costa, para dominar *Port-en-Bassin*.

Como na praia de *Omaha*, o tempo foi extremamente desfavorável, tendo sido considerado muito arriscado lançar ao mar os carros anfíbios. A infantaria da primeira vaga "deu a saída" à H-5 (H foi às 0725hs.) e progrediu velozmente para o interior em direcção a seu objectivo na estrada *Bayeux-Caen*. Nesse interim, as brigadas de reserva foram sucessivamente desembarcadas e às últimas horas da jornada as posições mais avançadas da 50.ª D I se achavam consolidadas na linha *Manvieux* — *St. Sulpice* — *Vaux* — *Brécy* — *Creully*. Nesta última localidade foi feita a ligação com patrulhas da 3.ª D I Canadense, mas o mesmo não foi conseguido à direita com o 5.º C Ex Americano.

Na zona de acção do 1.º C Ex, a 3.ª D I Canadense atacou com 2 Bdias enquanto a 3.ª D I Britânica o fez com uma única. A missão inicial destas G U era constituir uma posição de cobertura na linha geral *Putot-en-Bessin* — *Caen* — *Rio Orne* até o mar, ligando-se à esquerda com a 6.ª Div Ae-ter. Reforçando a 3.ª D I Canadense se encontravam 2 Bdias. Blindadas Canadenses (inclusive 1 Reg. anfíbio), ao passo que a 27.ª Bda. Blindada (com 2 Reg. anfíbios) estava sob o comando da 3.ª D I Britânica; ambas essas brigadas blindadas tinham o apoio de destacamentos da 79.ª D B.

As duas Bdias. Canadenses em 1.º escalão atacaram a cavaleiro de *Courseulles-sur-Mer* mais ou menos às 0800hs. Devido ao

mar grosso, o desembarque foi escalonado no tempo (H variou de 0735 à 0745hs.).

A missão da 3.^a D I Britânica era atacar as praias logo a E de *Lion-sur-Mer* e avançar sobre *Caen* para aí estabelecer uma cabeça de ponte sobre o *Rio Orne*. A brigada de 1.^o escalão devia organizar uma sólida base de partida na região de *Périers-sur-le-Dan*, da qual as outras brigadas se lançariam para *Caen*. A Div. devia ligar-se com a 6.^a Div. Ae-ter. na região das pontes sobre o canal e o rio, em *Bénouville*. O plano atribuiria à 4.^a Bda. de "Comandos" a limpeza da zona entre as 3.^a D I Britânica e 3.^a D I Canadense; uma outra Bda. de "Comandos" recebeu o encargo de capturar as posições inimigas no flanco esquerdo da zona de acção do C Ex. e o porto de *Ouistreham*.

Para a 3.^a D I Britânica a hora H foi fixada para as 0725hs., e as vagas de assalto chegaram pontualmente à terra firme. A Bda. de 1.^o escalão bem cedo já andara uma milha (160km.) e atacava *Hermanville*, *Colleville* e posições de bateria nas saídas S de *Ouistreham*. A Bda. que se lhe seguiu atingiu a praia pouco depois das 1000hs., alcançou logo suas posições de reunião perto de *Hermanville* e prosseguiu para o S. A Bda. de reserva desembarcou ao meio-dia e foi jogada para a esquerda da zona de acção da D I por causa da tenaz oposição encontrada em *Douvres-la-Délivrande*. Ao anoitecer, a Divisão estava bem instalada, com elementos avançados sobre a linha *Bieville-Bénouville*, onde se ligou à 6.^a Div. Ae-ter. *Ouistreham* estava quase limpa, mas os "Commandos" não tinham sido bem sucedidos na captura dos pontos fortes maciçamente fortificados de *Douvres*.

A E do *Rio Orne*, a 6.^a Div. Ae-ter. resistira a repetidas investidas de infantaria e carros inimigos que tentavam conquistar *Ranville* e repelir a cabeça de ponte de *Bénouville*. À tarde, reuniram-se à Divisão elementos de "Commandos" de uma Bda. As 2100hs. desceram os planadores da 6.^a Bda. Planadorista e assim foram reforçadas as posições em nosso flanco esquerdo.

Como consequência de nossas operações no dia D, fora aberta uma pista de acesso ao *Continente Europeu*. Conseguir-se a surpresa, as tropas combateram galhardamente, e nossas perdas ficaram muito aquém de tudo quanto se supusera possível.

* * *

LIGAÇÃO DAS CABEÇAS DE PRAIA

Ao alvorecer de 7 de Junho, as praias de *Omaha* ainda estavam sendo batidas de perto por armas inimigas de todos os

calibres, mas as tropas Americanas combateram ardorosamente e aos poucos ampliaram sua conquista inicial. Patrulhas destacadas na direção de *E*, ao longo da costa, encontraram-se com as tropas Britânicas que haviam subjugado *Port-en-Bessin*.

A 9 de Junho, as tropas Americanas entraram na posse de *Isigny* e de uma ponte sobre o *Rio Vire* mais ou menos 1 milha (16000m.) a *SE*. Foram feitas outras travessias para a margem oriental do *Rio Aure* e atingiu-se *Colombières*. A 2.^a D I Americana entrou em acção no centro da cabeça de ponte do C Ex., chegando a *Rubercy* a 9 de junho. Ao mesmo tempo, na esquerda da cabeça de praia a 1.^a D I Americana fez um bom avanço e ligou-se à 50.^a D I Britânica, logo a *W* de *Bayeux*, a 8 de Junho.

A 10 de Junho o 5.^o C Ex. Americano apoderou-se de *Fôret-de-Cerisy* e mandou patrulhas para *Balleroy*. Patrulhas da 29.^a D I Americana estabeleceram contacto com a 101.^a Div. Ae-ter. Americana e, dois dias após a captura final de *Carentan*, as cabeças de praia estavam firmemente entrelaçadas. Com a reunião dos 5.^o e 7.^o C Ex. Americanos, nossa cabeça de praia adquiriu continuidade em toda a extensão da frente de ataque.

As operações para a captura de *Caen* prosseguiram com a 3.^a D I Britânica pelo *N* e com a 3.^a D I Canadense por *NW* e *W*. Depressa percebeu-se estar o adversário preocupado com a segurança deste nó de comunicações e disposto a impedir a expansão de nossa cabeça de ponte para o *S* da rodovia *Caen-Bayeux*.

Enquanto o 1.^o C Ex. operava em torno de *Caen*, o 30.^o C Ex. estava engajado em duro combate no sector de *Tilly-sur-Seulles*. A ideia de manobra era forçar caminho para o *S*, por *Tilly-sur-Seulles*, em direção a *Villers Bocage*; empregar-se-ia inicialmente a 8.^a Bda. Blindada, que seria seguida pela 7.^a D B (então a caminho da praia).

Na manhã de 12 de Junho, o avanço do 30.^o C Ex. atingiu a linha geral *La Belle Epine* — *Lingèvres* — *Tilly* — *Fontenay-le-Pesnel* — *Cristot* — *Brouay*. Nestas povoações o inimigo estabeleceu pontos fortes com um sistema coordenado de defesa anti-carro reforçado com destacamentos de infantaria e blindados.

A *E* do *Rio Orne* nossas tropas empenharam-se na manutenção da cabeça de ponte face a continuos contra-ataques do inimigo e infligiram-lhe pesadas baixas.

A 12 de Junho as cabeças de praia já estavam firmemente entrelaçadas formando uma cabeça de ponte contínua em uma frente de mais de 50 milhas (80 km.) cuja profundidade varia entre 8 e 12 milhas (13 e 20km.).

DESENVOLVIMENTO DA CABEÇA DE PONTE

Minhas ordens de 18 de Junho, concluídas no dia seguinte, determinavam ao I Ex. Americano para conquistar Cherburgo e limpar de inimigos a península. Ainda mais, deveriam ser efectuadas operações contra *Le Haye du Puits* e *Coutances* o mais cedo possível, sem aguardar a queda de Cherburgo. Como havia tropas Americanas de reforço disponíveis, o I Ex. deveria romper para o S na direção de *Granville*, *Avranches* e *Vire*. Quanto ao II Ex., deveria capturar *Caen* e constituir uma poderosa flanco-guarda E do Grupo de Exércitos: — prosseguia assim na ideia de absorver as divisões de reserva do inimigo neste sector.

Visando o isolamento de *Cherburgo*, o 7.^º C Ex. Americano continuou para o N numa frente de 3 Divisões. A 20 e 21 de Junho o C Ex. cerrou sobre as defesas de *Cherburgo* e começou os preparativos para o assalto final, que teve inicio na tarde de 22 de Junho. A 27 de Junho rendeu-se a guarnição do arsenal. A tarefa de abrir o porto foi enérgicamente encetada pelas Marinhas Aliadas, mas somente em Agosto é que *Cherburgo* estava em condições de receber carga pesada em seu ancoradouro.

Para atender às minhas instruções para o desenvolvimento do movimento de pinças sobre *Caen*, o II Ex. reagrupou-se de maneira a lançar os 30.^º, 8.^º e 1.^º C Ex. nesta operação. En estava decidido a levar ávante este plano com a máxima intensidade, empregando toda a massa disponível das forças Britânicas. Eu queria *Caen*, mas compreendia que, de qualquer forma, nossos golpes provocariam o aumento da resistência inimiga — o que estava perfeitamente de acordo com o meu plano de campanha.

De facto, a resistência inimiga cresceu e agora havia elementos de nada menos que 8 D B na frente de 20 milhas (32km.) de extensão do II Ex., entre *Caumont* e *Caen*.

Enquanto o 7.^º C Ex. mericano completava a conquista de *Cherburgo*, durante a última semana de Junho, o restante do Exército Americano estava-se concentrando e reajustando o dispositivo. O ataque em direção ao S partiu a 3 de Junho com uma arremetida do 8.^º C Ex. Americano que empregou a 82.^ª Div. Ae-ter. e as 79.^ª e 90.^ª D I O objectivo era convergir sobre *Le Haye du Puits*, e logo no primeiro dia a 82.^ª Div. Ae-ter. tomou a cota 131 cerca de 2 milhas (3 km.) ao N daquela cidade. Novos avanços foram feitos no dia seguinte face a obstinada resistência inimiga.

Nesse interim, a 4 de Julho o 7.^º C Ex. Americano atacou a SE de *Carentan* com a 83.^ª D I. Mais uma vez a progressão foi

muito dificultada devido aos inúmeros cursos d'água e ao "bo-cage", mas a 5 de Julho foi atingida a orla da região inundada ao N de *St. Eny*.

Mais para E, o 19.^o C Ex. Americano tomou *St. Jean-de-Daye* a 7 de Julho e continuou seu avanço até 4 milhas (7 km.) de *St. Lô*.

A 1.^o de Julho as unidades "S.S." fizeram suas últimas e mais poderosas investidas contra o saliente do II Ex. Todos esses ataques foram batidos por nossa Artilharia agindo em massa, com efeitos devastadores, e todos, à excepção de um, foram dispersados antes de atingirem as posições mais avançadas de nossa Infantaria.

O II Ex. pretendia agora prosseguir na batalha de *Caen* com um ataque directo partido do N. Como preliminar, a 3.^a D I Canadense atacou *Carpquet* a 4 de Julho, tendo em vista apoderar-se do campo de aviação e libertar as saídas W de *Caen*.

Para o ataque directo a *Caen*, o 1.^o C. Ex. empregou 3 Div. com 2 Bdas. Blindadas em acompanhamento imediato e uma terceira em reserva pronta para intervir.

Com o intuito de auxiliar a superar as fortes posições inimigas, decidi solicitar a ajuda do Comando de Bombardeio da R. A. F. em missão de apoio directo à batalha terrestre. O Comandante Supremo concordou com meu pedido e a missão foi prontamente aceita pelo Marechal-Chefe do Ar Sir ARTHUR HARRIS.

O plano previa que as 3 Div. atacantes convergissem sobre *Caen*, limpassem a parte principal da cidade na margem W do *Orne* e se apossassem das passagens do rio. O bombardeio aéreo deveria destruir as posições defensivas e a artilharia do inimigo, bem como isolar as tropas avançadas do adversário de suas linhas de comunicações com a retaguarda.

Projectara-se para que o bombardeio aéreo precedesse imediatamente o ataque em terra, porém, em virtude da previsão do tempo, decidiu-se realizar o bombardeio na noite anterior ao ataque. Dessarte, fixou-se para as aeronaves sobrevoarem o objectivo entre 2150 e 2230hs. de 7 de Julho, devendo o ataque em terra começar às 0420hs. da manhã seguinte.

Ao cair a noite de 8 de Julho, a 3.^a D I Canadense estava senhora de *Franqueville*, ao mesmo passo que carros de combate e carros blindados cerravam sobre os subúrbios ocidentais de *Caen*. No centro, a 59.^a D I limpava *St Contest* e *La Bijude*, enquanto a 3.^a D I seguia para as orlas NE de *Caen* e dirigia a 33.^a Bda. Blindada contra as pontes.

Na manhã de 9 de Julho a 3.^a D I chegou à região do porto e encontrou tropas da 3.^a D I Canadense que haviam penetrado na cidade por *W*. As pontes sobre o rio, na cidade, haviam sido destruídas ou completamente obstruídas com escombros, e o inimigo permanecia ocupando o subúrbio de *Faubourg-de-Vaucelles* na margem oriental.

Meu intuito continuava sendo lançar a operação de ruptura no flanco *W* o mais breve possível, e conjuntamente fixar o grosso das forças inimigas no meu flanco *E*.

Durante o período de 10 a 18 de Julho, o II Ex. desencadeou sucessivas accções com o objectivo fundamental de progredir para o *S* na direcção de *Thury Harcourt*; todas as suas operações relacionaram-se com esta finalidade e com a conservação do contacto na maior frente possível.

Na mesma ocasião, o I Ex. Americano persistiu no movimento para o *S*; graças a uma pressão constante e a duros combates, paulatinamente levou de vencida as dificuldades do terreno e a crescente oposição do adversário.

Na direita, o 8.^º C Ex. progrediu bem e a 14 de Julho alcançara a linha geral da margem *N* do *Rio Ay*, com patrulhas a *W* de *Lessay*.

No sector central o 7.^º C Ex. ganhou terreno a *W* do *Rio Taute* e o 19.^º C Ex. avançou entre o *Taute* e o *Vire*. A 16 de Julho o 19.^º C Ex. montou um forte ataque com 2 divisões contra *St. Lô* e a 19 de Julho a cidade caiu. Na extrema esquerda o 5.^º C Ex. melhorou suas posições em coordenação com as actividades do 19.^º C Ex. para além de *St. Lô*.

Deste modo, a 18 de Julho o I Ex. Americano estava de posse de *St. Lô* e do terreno a *W* do *Rio Vire* que lhe era necessário à fim de montar a operação principal de ruptura em direcção ao *S*.

Enquanto se processavam as operações dos 12.^º e 30.^º C Ex. a *W* do *Rio Orne*, iam sendo completados os preparativos para uma ofensiva de maiores proporções a *E* daquele rio. Nesta operação foram empregados os 2.^º Canadense, 1.^º e 8.^º C Ex.

Como resultado destas operações, a situação no flanco *E* estava agora bem melhor, os blindados Alemães haviam sido novamente repelidos para *E* do *Orne* e o inimigo experimentara pesadas perdas.

Minhas ordens a 21 de Julho determinaram ao I Ex. Canadense e II Ex. Britânico para operar de forma a ocupar a linha: curso do *Rio Dives*, do mar até *Bures* — curso do *Muanee* até *St. Sylvain* — *Cauvicourt* — *Gouvix* — *Évreux* — *Noyers* — *Caumont*.

O Comando do I Ex. Canadense (General CRERAR) devia entrar em ação a 23 de Julho, assumindo então a responsabilidade do sector da extrema esquerda e o controle do 1.º C Ex.; o 2.º C Ex. devia permanecer por enquanto sob as ordens do II Ex. A 24 de Julho o II Ex. tomaria a si a zona de ação da Divisão da ala esquerda do I Ex. Americano, liberando assim as tropas Americanas para outras operações.

* * *

A RUPTURA

A 25 de Julho as condições meteorológicas melhoraram e tiveram início as operações de ruptura.

O plano do I Ex. Americano consistia em lançar o 7.º C Ex., empregando 3 D I, num ataque de ruptura contra as posições defensivas inimigas; esse ataque foi desencadeado na zona entre *Périers* e *St. Lô*. A VIII F A Americana foi empregada em apoio táctico e lançou um tapete de bombas imediatamente à frente do primeiro escalão para preparar seu avanço. Vinte e quatro horas após o ataque do 7.º C Ex., no sector costeiro o 8.º C Ex. avançaria para o S. O 19.º C Ex. Americano devia também atacar na região de *St. Lô*, começando sincronizado com o 8.º C Ex. Americano.

A 27 de Julho tiveram lugar as ações decisivas da operação. O inimigo começou a retirar ao longo de toda a frente, e *Lessay* e *Périers* foram ocupadas. No sector central, colunas móveis foram enviadas até 2 milhas de *Coutances*. Na frente do 19.º C Ex. o inimigo foi eliminado na curva do *Rio Vire* imediatamente ao S de *St. Lô*.

No flanco E, às 0330hs de 25 de Julho partiu um ataque do 2.º C Ex. Canadense em direção ao S, ao longo da rodovia de *Falaise*. A progressão foi firme, porém, como com a sua continuação aumentasse a resistência inimiga, foi necessário interrompê-la na noite de 25/26 de Julho.

Ao mesmo tempo que o II Ex. Britânico vergastava o inimigo com todo o vigor na zona de *Caumont*, a operação de ruptura avançava celeremente. A 28 de Julho, as 4.ª e 6.ª D B Americanas ultrapassaram a infantaria no sector W e arremeteram para o S sobre *Coutances*. A cidade foi capturada à tarde e estabeleceu-se estreito contacto entre os 8.º e 7.º C Ex. mais para SE, tropas dos 7.º e 19.º C Ex. haviam chegado até 5 milhas (8 km.) da principal rodovia de *Avranches* a *Caen*. Todas as informações indica-

vam ser completa a desorganização do inimigo a W do Rio *Vire* até o mar. *Avranches* foi tomada a 31 de Julho.

O 8.^º C Ex. Americano, enquadrado no III Ex. Americano (General PATTON), foi então dirigido para o interior da *Peninsula da Bretanha*. Com a entrada em acção do III Ex. Americano, o Comando do 12.^º Gr. Ex. Americano (General OMAR BRADLEY) assumiu a direcção de ambos os Exércitos Americanos, permanecendo esse Gr. Ex. sob meu controle táctico.

O inimigo estava tentando recuperar o equilíbrio quando o poderoso ataque Americano recalcou seu flanco esquerdo e principiou a sacudir os flancos *SE* e *E*. Procurou então estabilizar uma frente com "dobradiças" em *Caumont*, no *Orne* e no terreno montanhoso entre *Caen* e *Falaise*. Uma a uma essas dobradiças ou centros de resistência principais foram sucessivamente postos fora de combate pelos exércitos Britânicos que operavam de *W* para *E* ao mesmo tempo que o ataque dos exércitos Americanos, no flanco *W*, crescia de importância.

O II Ex reajustou-se com rapidez digna de menção e julgou-se possível começar a 30 de Julho a investida para o *S* partindo da região de *Caumont*.

O maior peso do ataque devia recair sobre os 8.^º e 30.^º C Ex. em uma estreita frente. O 30.^º C Ex. devia deslocar-se sobre rodas para *SW*, inicialmente até a linha *Villers Bocage* — *Aunay-sur-Odon*, enquanto o 8.^º C Ex., num amplo rodeio pela sua direita desceria até *Bény Bocage* e o triângulo *Vire* — *Tinchebray* — *Condé*.

O ataque na frente do 30.^º C Ex. partiu às 0600hs. de 30 de Julho. A operação inicial foi apoiada por bombardeiros médios e pesados que efectuaram seus ataques a despeito das nuvens baixas e do mau tempo.

A progressão na frente do 8.^º C Ex. mostrou-se mais fácil que na 30.^º C Ex. A 31 de Julho o 8.^º C Ex. apoderara-se das passagens sobre o Rio *Souleore* e o 30.^º C Ex. limpava *Cahagnes*. Continuaram combatendo duramente, embora a progressão fosse lenta para ambos os C Ex., devido aos contra-ataques do inimigo e às grandes dificuldades apresentadas pelo terreno. Nos primeiros dias de Agosto o 2.^º C Ex. Canadense montou três ataques a *E* do *Orne*, como parte do programa geral de conservação da pressão naquela área.

A 6 de Agosto a região *Laval* — *Mayenne* — *Domfront* foi atingida pelos Americanos. No dia seguinte o I Ex. Canadense, que agora ampliara sua zona de acção e abarcava o sector de *Caen*, devia desencadear uma série de ataques de vulto a cava-

leiro da rodovia *Caen-Falaise*, que de há muito era o nosso principal objectivo no flanco E.

Eu ainda não estava certo sobre o que o inimigo pretendia fazer. Ignorava se ele desejava aferrar-se e ser batido entre o *Sena* e o *Loire*, ou se então procuraria retirar suas forças para trás do *Sena*. Não havia indícios sobre a linha em que tencionava refazer sua frente. Era evidente para as tropas Britânicas e Canadenses, em estreito contacto com os Alemães a E, SE e S de *Caen*, que ele estava desesperadamente se segurando neste sector; lógicamente tentava fazer charneira na região de *Caen*.

A 6 de Agosto emiti ordens para o avanço sobre o *Sena*.

Determinei ao I Ex. Canadense que envidasse todos os esforços para atingir *Falaise* no ataque seguinte, pois no avanço posterior para o *Sena* o eixo principal dos Canadenses deveria ser a rodovia *Lisieux-Rouen*. À sua direita, era minha intenção fazer avançar o II Ex. Britânico com o flanco direito dirigido sobre *Argentan* e *Laigle*, devido ao que atingiria o *Sena* abaixo de *Nantes*. O 12.^o Gr. Ex. Americano deveria aproximar-se do *Sena* em uma larga frente, com esforço na ala direita, que deveria ser impulsionada em direcção a *Paris*.

Entre 7 e 11 de Agosto tornou-se patente que o inimigo decidira travar a batalha da *França* na nossa margem do *Sena*. A 7, um contra-ataque de grande envergadura, a cargo de mais de 6 D B, foi desencadeado, por ordem de HITLER, contra as forças Americanas na região de *Mortain*. Seu centro de potência caiu sobre a 30.^a D I Americana que aguentou o tempo suficiente para que outras duas divisões Americanas, em deslocamento ao S, entre *Avranches* e *Mortain*, fossem jogadas na região perigosa. O contra-ataque tinha a finalidade de cortar as forças que agiam ao S de *Avranches* rechaçando-as contra o mar. Ante esse contra-ataque, os Americanos, apoiados por todos os meios das forças aero-tácticas, mantiveram-se firmes.

Ordenei à ala direita do 12.^o Gr. Ex. Americano que se encaminhasse para o N na direcção de *Argentan*, e intensifiquei os golpes dos Britânicos e Canadenses na direcção S para a conquista de *Falaise*.

O I Ex. Canadense ficou pronto para arremeter contra o S na direcção de *Falaise* na noite de 7 de Agosto. O objectivo era quebrar as defesas inimigas a cavaleiro da rodovia *Caen — Falaise* e aproveitar o êxito até esta última cidade.

O ataque devia realizar-se sob a protecção da noite, após uma acção preliminar a cargo de bombardeiros pesados; a infantaria devia ser conduzida em transportes blindados pesados

através a zona batida pelos fogos da defesa do inimigo e as localidades defendidas mais avançadas. Ao clarear do dia 8 de Agosto a infantaria já estava desembarcada nos respectivos lugares após um deslocamento de 4 milhas (6,5 km.) por dentro das linhas adversárias e prosseguiu para enfrentar o objectivo seguinte. A primeira fase da operação fora coroada de êxito.

Enquanto o 7.^º C Ex. Americano e o 8.^º C Ex. Britânico continuavam firmes em suas zonas de acção, a ala direita do 12.^º Gr Ex. Americano prosseguia na execução das operações planejadas. A 7 de Agosto o 15.^º C Ex. continuou avançando e no dia seguinte entrou em *Le Mans*.

Na Bretanha as unidades do III Ex. Americano engajaram-se a fundo nos arredores de *St. Malo*, *Brest* e *Lorient*.

* * *

Eu planejara realizar um amplo movimento envolvente desde o flanco S dos Americanos até o Sena próximo a *Paris*, e, simultaneamente, conduzir o centro e a ala do norte do dispositivo Aliado directamente sobre o rio. Em vista do contra-ataque de *Mortain*, porém, decidi tentar concomitantemente um envolvimento secundário, com o fito de engarrifar o grosso das forças Alemães desdobradas entre *Falaise* e *Mortain*. Era óbvio que se fosse viável levar a cabo ambos os movimentos, o inimigo ficaria virtualmente aniquilado na Normandia.

A 8 de Agosto mandei o 12.^º Gr Ex. Americano arremessar sua ala direita para o N sobre *Alençon*, com todo o vigor e à toda velocidade. Ao mesmo tempo entrei com os I Ex. Canadense e II Ex. Britânico para acelerarem ao máximo os movimentos convergentes já em curso sobre *Falaise*.

A 12 de Agosto, na frente do II Ex., lutava-se violentamente no terreno montanhoso 3 milhas (5 km.) a SE de *Vire* e, ao mesmo tempo, as tropas de primeiro escalão estavam apenas a menos de 5 milhas (8 km.) de *Condé*. A E do Rio *Orne* a cabeça de ponte estendera-se para SE, e também para NE a fim de entrar em ligação com elementos da 2.^ª D I Canadense que haviam transposto o Rio *Laize*.

Após quatro dias de combate as partes de reconhecimento de 12 de Agosto revelavam uma tendência geral do movimento inimigo para E da região de *Mortain*, através o corredor entre *Falaise* e *Argentan*, em direcção aos "ferry-boats do Sena".

As FA Aliadas estavam martelando o inimigo encerrado no bolsão, mas o problema de fechar o cerco não era muito fácil; os Alemães compreendiam que sua sobrevivência dependia de manterem aberto o corredor e nossas tentativas para frustrá-los em seu designio resultaram em ásperos combates. Cumpre lembrar que o inimigo, na parte norte do corredor, estava de há muito de posse do importante terreno ao N de Falaise e tivera, pois, muito tempo para estabelecer sólidas e bem localizadas defesas.

Continuaram sendo feitos esforços estrênuos para fechar o corredor entre *Falaise* e *Argentan*. As forças Britânicas e Americanas pressionavam de todos os lados do bolsão para destruir o inimigo que ali se encontrava. O 15.^o C Ex. Americano instalou-se em boas condições na região de *Argentan* a 13 de Agosto.

O 8.^o C Ex. Americano avançou de *Mayenne* para o N, para posições no flanco W do 15.^o C Ex. Americano. Entremen-tes, os 5.^o e 19.^o C Ex. Americano faziam pressão nas extremida-des W e NW do bolsão.

A acção principal dos Canadenses contra *Falaise*, partindo do N, foi retomada a 14 de Agosto, e a cidade caiu em suas mãos no dia 16.

A batalha do bolsão continuou, mas a 16 de Agosto o inimigo perdeu quase toda a coesão: as divisões eram desesperadamente amalgamadas e os comandantes só podiam controlar as tropas directamente subordinadas. As FA Aliadas receberam de presente alvos provavelmente sem paralelo nesta guerra: unidades aéreas lançavam-se contra intermináveis colunas cerradas de transportes inimigos, immobilizadas pelo pavoroso congestionamento do tráfego.

A 19 de Agosto a saída do bolsão foi finalmente fechada quando tropas Americanas vindas do S ligaram-se em *Chambois* com a DB Polonesa que lutava enquadrada no I Ex. Canadense.

No dia seguinte o inimigo fez sua última tentativa coordenada para escapar ao nosso cordão. Após este ataque sem sucesso, a batalha do bolsão de *Mortain-Falaise* estava virtualmente encerrada, conquanto as operações de limpeza tomassem ainda algum tempo.

O rápido reajustamento na frente do 12.^o Gr Ex. Americano combinado com uma improvisação verdadeiramente notável dos Serviços, tornaram possível o prosseguimento da progressão do III Ex. Americano para E, enquanto ainda se travava a bata-

FISIOGRAFIA DAS AMÉRICAS ASSINALANDO-SE AS SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS DOS SISTEMAS OROGRÁFICOS E HIDROGRÁFICOS

Cap. HUGO DE SÁ CAMPELO

1.º PARTE — Sistemas Orográficos: — Semelhanças e diferenças.

a) — *Na AMÉRICA DO NORTE.* O aspecto fisiográfico da América do Norte se caracteriza pela existência de um enorme paredão orográfico a W., a Cordilheira Exterior", junto ao Pacífico e a "Cordilheira Oriental", próxima ao Atlântico, que enquadram extensa planície central.

A Cordilheira Exterior começa no Alaska e finda no México. Recebe vários nomes. Assim no Alaska: — Cadeia S. Elias com o monte Mc. Kinley, seu ponto culminante, Cadeia do Alasca e Cadeia da Costa, que ao mergulhar no Oceano, forma inúmeras ilhas e estreitos no litoral W. do Canadá. Eleva-se novamente no litoral chamando-se então S. das Cascatas e S. Nevada, nos EE. UN. e, ao penetrar no México recebe o nome de S. Madre Ocidental. A essa sucessão de Cordilheiras, segue-se imediatamente uma outra linha orográfica, constituindo o bordo interior das mesetas e que N. para o S., constituem as montanhas Rochosas e, são formadas pelo altiplano de Yukon, Columbia e a Cuenca Grande, que abrange as mesetas de Utah, Colorado e Arizona.

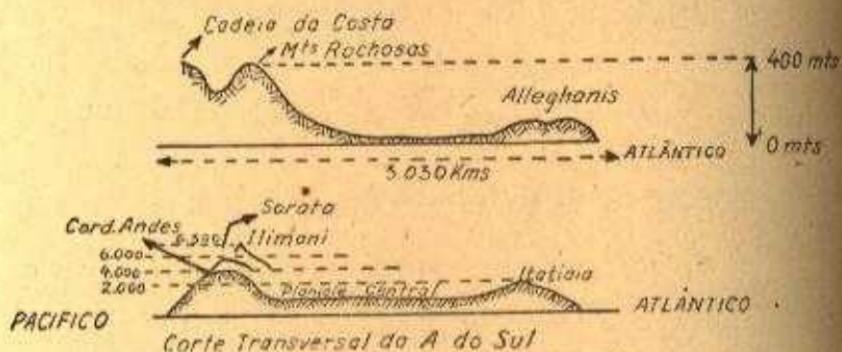
Ao penetrar no México, toma o nome de Serra Madre Oriental, ficando entre estas e a ocidental, as mesetas mexicanas. Para o N. do Canadá encontram-se as chapadas extensas limitadas pelos rios Makensie, São Lourenço e Oceano Ártico, sendo chamada Meseta Laurentiana.

A CORDILHEIRA ORIENTAL, próxima ao Atlântico é formada de montanhas mais velhas, com relevos adoçados e mais baixos. São elas os Montes Alleganys, ou Apalaches.

Estes dois sistemas orográficos americanos do norte, o Ocidental e o Oriental, circundam extensas planícies, que se dividem: —

1 — A Planície Ártica, gelada e pantanosa.

2 — A Planície do Mississipi, desde a confluência do Ohio, prolongando-se ao N. pelas férteis pradarias canadenses e ao W. pelas estepes e Savanas.



b) — Na AMÉRICA DO SUL: — Neste Continente a configuração orográfica se caracteriza a W. por terras altas e novas, que constituem a Cordilheira dos Andes, que de N. a S. recebe várias denominações que variam com os países que atravessa. Ao N. do continente Sulamericano extende-se o Massivo Guayanense, orientado no sentido W-L, e, próximo ao Atlântico o massivo Brasileiro. Entre estes três sistemas orográficos, extendem-se também grandes planícies que são: de N. para o Sul: — a) a Planície do Orinoco; b) a Planície do Amazonas, c) a Planície aluvial do Prata.

Assim orograficamente a América do Norte e a América do Sul, apresentam as seguintes semelhanças: —

1 — Terras alevadíssimas ao W. e da mesma formação geológica Cadeia da Costa e os Andes).

2 — Elevações próximas a borda atlântica, velhas e baixas, muito gastas pela erosão.

3 — Imensas zonas planas, que circundam ou são circundadas pelas elevações de ambos os continentes.

Esta disposição tripartida dos Continentes americanos, do N. ao Sul, é uma das mais frisantes analogias que apresenta o estudo da geografia comparada, pois num e noutro repetem-se, reciprocamente, as mesmas feições estructurais. Se no continente S. temos a cordilheira Andina seguida de grandes planaltos, temos igualmente no continente setentrional, uma enorme cordilheira ocidental, abrangendo grandes planaltos. As planícies centrais da América do Sul, percorridas por rios divergentes:

— O Amazonas para NE. e, o Paraná — Paraguai, para o E, correspondem na América do Norte às planícies Centrais do S. Lourenço que correm para NL. e do Mississipi — Missouri, que correm para o Sul.

A. L., em ambos os Continentes, repetem-se as velhas alturas arqueanas. Mas, às analogias, a geografia comparada, opõe os contrastes: —

O grande triângulo regular da América do Sul, é essencialmente tropical, enquanto o grande triângulo irregular da América do Norte, é essencialmente temperado e frio. As latitudes, a constituição geológica, a vegetação, tornam o Continente Setentrional de mais fácil acesso e de mais imediata exploração, que o Continente Meridional.

2.º — PARTE: — HIDROGRAFIA —

A) — NA AMÉRICA DO NORTE — As bacias hidrográficas de ambos os continentes americanos, pertencem a três grandes vertentes: — a) Vertente do Oceano Glacial Ártico; b) Vertente do Atlântico; c) Vertente do Pacífico. Há, além disso, várias bacias interiores fechadas, isto é, as bacias dos Grandes Lagos na América do Norte e a Bacia do Titicaca e outros Lagos Andinos, na América do Sul.

A configuração do solo da América do Norte, se nos apresenta, como única e imensa planície ao centro, onde, grandes rios correm para o Norte, S. e para L. e W.. Daí, as vertentes do Ártico, do Atlântico, dos Mares de Húdson, do Golfo do México, do Pacífico, acrescidas das bacias interiores.

Os rios da *Vertente Artica*, caracterizam-se pela sua congelação, onde só 4 meses no ano, é possível a navegação. São, só percorridas pelos esquimós e caçadores, e não merecem a atenção necessária como rios de penetração no Continente pelo N., dado também a falta de interesse económico do Oceano. Os rios mais importantes dessa Vertente são: — o Mackensie e o Grande Urso. O primeiro com um curso de 3.700 kms.

Vertente do Pacífico: — Nesta vertente, vários são os tipos de rios, porque vários são os aspectos físicos das regiões desta costa. Assim, na Columbia Britânica, as costas são montanhosas; na Califórnia e na região Desértica, outras são as feições. Assim temos pertencendo a esta bacia: — o Yukon, que descendo dos planaltos do Alaska, possui inúmeras cataratas e no inverno congela, o Fraser e o Columbia, vindos dos Montes Rochosos, navegáveis em parte de seus cursos, e que, pela natureza dos terrenos que atravessam, são de grande velocidade.

Os rios da Califórnia são rios agricultores, pois irrigam grandes extensões de suas margens e teem suas águas alimentadas pelo degelo da Serra Nevada, sendo o principal o Sacramento.

Na região SW. da América do Norte, as chuvas são insuficientes e os rios pouco volumosos, sendo o principal o Colombo.

VERTENTE ATLÂNTICA: — Possue importantes rios que correm em regiões distintas até sob o ponto de vista comercial. Assim temos o São Lourenço, via de penetração no Canadá, em cujas margens se agrupam os centros populados e industriais deste Domínio Inglês, ligando-se ainda a navegação dos Grandes Lagos, dando portanto aos EE. UU., mais uma via de comunicação com o Atlântico, apesar de seu congelamento no Inverno.

Nasce no Lago Ontário; seus afluentes principais são o Ottawa, o São Maurício e o Sydney. Na margem direita recebe o Richelieu, que, por meio de um canal, se une ao Húdson, que banha New York. A bacia do S. Lourenço, ocupa 1.400,00 kms. 2. Outros rios da vertente atlântica, são: — o St. John o Húdson, o Conecticut, o Delaware e o Susquehana.

O grande rio dessa vertente, é, porém, o Mississipi, que muitos colocam como tendo vertente no Golfo do México, não sendo este, mais que um compartimento oceânico. Corre o Mississipi, na extensa planície Central norte-americana, de N. para o S. nascendo a 443 mts. de altura na zona dos pequenos lagos com o tipo de rios de planalto bastante acidentado. Ao entrar na grande planície se aplaina, tornando-se navegável. E' tão admirável sua navegabilidade, que é possível o transporte fluvial do Lago Michigan, via Illinois, até o Golfo do México, bem como a ligação fluvial navegável, entre Pittsburg e St. Louis. Recebe à direita o Missouri, que, por sua vez recebe o Yelloswton. Na margem esquerda situam-se o Ohio, o Tennessee.

Ainda nesta vertente, temos o Alabama, o Colorado e o Rio Grande do Norte.

B — HIDROGRAFIA DA AMÉRICA DO SUL: — Temos neste Continente, os rios da vertente antilhana, da Vertente do Pacífico e da vertente do Atlântico.

1 — Vertente do Mar das Antilhas: — Os rios desta vertente são caudalosos, a ela perpendiculares e muito navegáveis, dada a configuração dos Andes em suas proximidades: — Cordilheiras paralelas (Colombia).

Região de clima tropical, seus rios são engrossados por abundantes precipitações aquosas. Os da Costa Venezuelana, porém, como a orografia regional se apresenta paralela à costa, faz com que os cursos d'água sejam de declive brusco e não navegáveis. Assim temos pertencendo a essa vertente os rios Colombianos Atrato e Madalena, ambos navegáveis, caminhos naturais de penetração no país, principalmente o Madalena, pois o Atrato, percorre uma região sumamente insalubre e em consequência é evitado.

Os rios Venezuelanos: — Tucuyo, que vem da Serra de Mérida.

2 — Vertente do Pacífico: — Nessa vertente os rios são de três tipos: tropicais e caudalosos como o São João e Patia na Colômbia; Esmeralda e Guaias no Equador; os desérticos que se alimentam do degelo andino como o Tumbez, Sánta, Casma, e Ica, no Perú, e Lôa, no Chile, todos também rios de irrigação ou agrícola. Não possuem afluentes.

Rios de regime quase constante alimentados por chuvas e pelo degelo andino, como o Maule, o Rio-Bio, o Imperial e o Bueno, todos no Chile.

A vertente Atlântica, pertencem, porém, as mais importantes bacias da América do Sul. Assim, aí, notamos o Orenoco, com 2.300 kms. percorrendo extensa planície ao N. do Massiço Guianes, e, ligando-se à Amazonia pelo curioso canal de Cassiquiare. Com seus afluentes Guaviere, Meta e Apure, Caura e Caroni. Navegável por navios de grande tonelagem até Ciudad de Bolívar, lança a 200 kms. do Oceano um extenso delta de 50 bocas das quais 9 principais.

Segue-se-lhe a Bacia do Amazonas, apresentando-se este rio como um eixo de todo um sistema de navegação e que, pelas suas características, fazem-na uma das principais bacias do globo. Vem a seguir as bacias dos rios brasileiros que desaguam no Atlântico NE. L e Sl. todos com particularidade notáveis. Finalmente a esta vertente pertence a Bacia do Prata, outra região de características notabilíssimas pela complexa unidade geográfica

uteis, e até mesmo as de nossos camaradas quando justas e bem intencionadas".

* * *

Como os nossos camaradas de há 33 anos, rejugilamo-nos por ver nos conceitos emitidos pelo saudoso Chefe um valioso apoio ao lema adotado por esta revista: — a crítica honesta e impecável é sempre produtiva. Os erros cometidos no tempo de paz podem ser corrigidos e evitados no futuro à custa de trabalho tenaz e sincero. Os cometidos na guerra custam sangue e suas consequências são às vezes catastróficas. Elogiar é agradável, mas orientar e corrigir é um dever.

OS GRADUADOS

Os graduados, e em particular os sargentos formam a armadura do Corpo da tropa, cujo valor está intimamente ligado ao deles.

Vivendo em intimo contacto com os homens, intervindo direta e constantemente nos detalhes da sua vida diária, eles exercem sobre o meio militar uma influência extremamente importante. Seus modos e sua maneira de agir podem ter consequências muito felizes ou nefastas sobre o desenvolvimento do sentimento da disciplina num corpo de tropa.

Instrutor moral, técnico ou tático e coordenador de esforços para uma ação coletiva de combate, eis o que deve ser um graduado.

Mesmo nos escalões inferiores, um coordenador de esforços individuais visando uma ação coletiva de combate, deve para bem regu-lá-las, ser pessoalmente capaz de qualquer destes esforços e saber, como cada um deles pode ser facilitado pelos outros

ÉCOS

"Quero para o meu país os métodos americanos sem cópia servil, libertando-nos da educação puramente livresca. Aprender agindo; aprender trabalhando no laboratório, nas oficinas, no campo; eis a solução do problema. Forma-se o caráter no trabalho, na iniciativa, na perseverança contra as dificuldades, dando-se-lhe independência e personalidade. Avigora-se o físico pela ação e pela proscrição quase completa dos incríveis esforços da memória, que tão grandes prejuízos tem causado à nossa mocidade.

Aprende-se melhor, e o ensino fica.

...Se não tivermos pessoal habilitado para essas escolas, o que não é de admirar, pais novo que somos, contrataremos no estrangeiro a missão industrial.

Conseguiremos, assim, remediar em parte os males do presente e lançaremos as bases para um futuro melhor".

* * *

Estas palavras são de um ilustre candidato à presidência da República, há 33 anos, como refere o editorial de 10 de Fevereiro de 1914 desta revista.

Pergunta o mesmo editorial: "*Por que não a missão militar?*" Esta veiu, para bem do Exército, e embora alguns ensinamentos vão sendo esquecidos e muitos outros não tenham logrado execução, algumas sementes germinaram e deram frutos excelentes.

E quanto ao mais?...

"O nosso ensino é um caos em que se debate a nossa juventude desorientada", dizem e repetem outros não menos ilustres educadores... Como será daqui a mais 33 anos?

BOLETIM

O Aspirante a Oficial

Mais uma leva de jovens, cheios de sonhos e de esperanças, partiu, rumo aos corpos disseminados por todos os recantos do nosso imenso país. Qual o critério orientador da distribuição dos Aspirante pelos corpos de tropa? Ao certo, não sabemos, mas, muito pouco receiamos errar, dizendo que foi o das vagas existentes nos quadros de subalternos.

Está certo? Administrativamente, sim. Pedagógicamente, não. O Aspirante sai da escola de formação básica, como uma peça fundida ou forjada de uma usinagem inicial. Ele tem, como estas, uma *fórmula* o quanto possível aproximada de seu *feitio* definitivo que só o *acabamento* pode imprimir. As peças fabricadas em série para um determinado maquinismo, depois de *acabadas*, são *intermutáveis*, tal como deve acontecer com os Aspirantes, para que possam integrar-se, sem falhas nem atritos, na máquina do exército.

Qual é o *técnico*, qual é a *oficina*, que vão dar ao Aspirante *moldado na escola*, o *perfil* definitivo e acabado do oficial?

O técnico é o seu *primeiro* comandante, e a oficina é o *primeiro* corpo de tropa em que ele ingressa. Se o primeiro técnico não está à altura de suas funções e responsabilidades; se a primeira oficina não estiver convenientemente *aparelhada*, e se um judicioso e perfeito plano de funcionamento não orientar rigorosamente os trabalhos, a obra estará fatalmente comprometida.

Há o recurso a outros técnicos e a outras oficinas, mas a estes caberá, então, a obra das *reparações*; ora, é evidente que *consertar* é às vezes mais difícil que fabricar, e que uma peça consertada jamais se iguala à originalmente interiga e perfeita.

Não há como negar a responsabilidade e a influência que cabem ao *primeiro chefe* na formação do oficial. Quem é esse *primeiro chefe*? Hierárquicamente, não há dúvida, é o comandante da sub-unidade. Eficientemente, porém, nem sempre será ele,

e sim o comandante do Regimento, ao qual incumbe essencialmente suprir, por sua autoridade, saber e responsabilidade, qualquer deficiência da parte de seus chefes subordinados. Não é comum que todos os comandantes de batalhões, esquadrões, baterias ou companhias sejam oficiais de escol, mas, seja como fôr, o Regimento encarna o espírito de seu chefe. Este não pode, em caso nenhum, estar abaixo da magnitude de sua função.

Por isso, entendemos que o critério que deve presidir à escolha dos corpos em que vão ingressar *pela primeira vez* os Aspirantes deve ser a idoneidade profissional comprovada de comandante desses corpos.

E' indiscutivelmente mais fácil e comum que o Aspirante iniciado em sua carreira num regime de rigorosa honestidade profissional, mantenha os hábitos adquiridos e continue a ser um bom soldado, mesmo quando servir depois num corpo menos bem organizado, do que corrigir-se no caso contrário. Se o Aspirante se capacitar de que um ajuste de contas de fardamento é causa mais séria e fiscalizada que a instrução; que para esta não há "ajustes de contas", ou quando muito, certas inspeções se satisfazem com o exame dos registros e fichas, e que, finalmente, a instrução bem pode correr ao sabor dos sargentos, cabos ou monitores, enquanto ele fuma um cigarro e discreteia num grupinho com seus camaradas, a próxima "oficina de reparações" "terá muito que fazer para "consertá-lo"... se o conseguir.

Não há dúvida que esses casos são exceções e quase sempre por inexperiência peculiar à mocidade, mas existem, e isto é o quanto basta para que os responsáveis directos pela formação dos jovens oficiais, procurem, por todos os meios, restringir-lhes o número. E um dos meios, e o mais eficaz, é classificar os Aspirantes não pelo critério das vagas, mas segundo a *personalidade moral e profissional* dos comandantes de corpos, onde vão iniciar a segunda fase de sua preparação: — a prática, em contacto com as realidades.

É óbvio que, no interesse superior da ordem legal, a reação contra a violência e o arbitrio não se pode processar fora da lei, nem ficar impune. O que é justo e moral é que a correção se exerça tanto em relação ao chefe que tentou contra a lei, ferindo os direitos do subor, inad, quanto a este, que reagiu por actos ou manifestações impróprios.

Ambas as partes incriminaram em erro, e cumpre frisar que a violência foi causa e a reação efeito.

NOTICIÁRIO E LEGISLAÇÃO

Atos oficiais do Ministério da Guerra, publicados no «Diário Oficial» no período de 20 de Março a 20 de Abril de 1947

ACEITAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS — (Autorização).

— Nos termos do art. 83 da Lei do Serviço Militar autorizo o 1.º Batalhão da Fronteira a aceitar, no corrente ano, voluntários para o preenchimento dos seus claros.

— Aviso n.º 311 de 22 — D. O. de 25-3-947.

CURSO DE ESPECIALISTAS E ARTIFICES — (Equiparação).

— Tendo em vista a necessidade atual de especialistas e artifices em material motomecanizado, ficam equiparados, para os fins do disposto no parágrafo único do art. 90 da Lei do Serviço Militar, os cursos de especialistas e artifices de motomecanização feitos nos Parque e Depósitos de Motomecanização, unidades de manutenção, unidades motomecanizadas e motorizadas, aos cursos citados no artigo 90 dessa Lei.

— Aviso n.º 158 de 10-2 — D. O. de 24-3-947.

COMÉRCIO E TRANSPORTES DE ARMAS — (Recomendação).

— O Decreto n.º 1.246, de 11 de dezembro de 1936, que regulamenta a fiscalização, comércio e transporte de armas, munições e explosivos, estabelece, no art. 153, as condições de aquisição de munição, por parte de oficiais das forças armadas, para uso próprio, independentemente da satisfação das formalidades policiais.

— A fim de caracterizar, de modo cabal, o destino da munição comprada, pertencente às Forças Armadas, burla de identificação, recomendo à atenção das autoridades subordinadas a este Ministério o cumprimento integral das disposições do art. 153 acima citado.

— Os Srs. Comandantes de Região e os demais comandos credenciados para a concessão daquela autorização de venda, deverão remeter à Diretoria de Fabricação uma 3.ª via da permissão, conforme modelo n.º 9, do anexo ao regulamento referido. Desta forma será centralizada, naquele Órgão, o controle das aquisições em questão, verificando-se, pelo número da arma e seu possuidor, as sucessivas aquisições feitas.

— Aviso n.º 306 de 21 — D. O. de 24-3-947.

ESCOLA TÉCNICA DO EXÉRCITO — (Concurso).

— Em 1948 não haverá concurso de admissão à Escola Técnica do Exército. As matrículas no Curso de Preparação serão destinadas aos oficiais que por diver os motivos tiveram suas matrículas asseguradas ou transferidas para 1948, naquele estabelecimento de ensino.

— Aviso n.º 314 de 25 — D. O. de 27-3-947.

ENGAJAMENTO DE CABOS —

— Declaro que, no corrente ano, poderão engajar e reengajar todos os cabos que satisfazem as exigências dos artigos 86 e 88 da Lei do Ser-

viço Militar, respeitadas as prescrições do § 2.º do citado artigo 88 dessa Lei.

— Aviso n.º 303 de 21 — D. O. de 22-3-947.

ENGAJAMENTO — (Solução de consulta).

— Consulta o Comandante da 8.ª Região Militar em radiograma n.º 451-A, de 11 de fevereiro do corrente ano, se os soldados corneteiros e ferradores que desejarem engajar ou reengajar deverão ser computados nas percentagens fixadas pelo Aviso n.º 66, de 14 de janeiro de 1947.

— Em solução declaro:

— Os soldados corneteiros e ferradores nas condições da consulta devem ser computados nas percentagens fixadas no Aviso n.º 66, acima citado. — Canrobert P. da Costa.

— Aviso n.º 387 de 15 — D. O. dt 17-4-947.

ESTRANUMERÁRIO MENSALISTA — (Recomendação).

Tendo sido verificado que alguns corpos, repartições e estabelecimentos, vêm dando exercício a extranumerários mensalistas das respectivas Tabelas Numéricas de Mensalistas, antes da publicação das portarias de admissão no Boletim Interno da Secretaria Geral do Ministério da Guerra, em contradição com o disposto no art. 11 do Decreto-lei número 5.175, de 7 de janeiro de 1943, recomendo aos Srs. comandantes de Corpos, Diretores e Chefes de Repartição, o fiel cumprimento das disposições contidas no mencionado artigo.

— Aviso n.º 335 de 30-3 — D. O. de 1-4-947.

INCORPORAÇÃO DE CONSCRITOS — (Autorização).

— 1 — A incorporação de conscritos, no corrente ano, tendo alcançado jovens que estão matriculados em cursos noturnos de ensino ginásial, clássico, científico, e técnico-profissional e com o fim de possibilitar-lhes a continuação dos respectivos estudos, autorizo os Comandantes de Regiões Militares a facilitarem a frequência naqueles cursos, durante à noite, aos que a solicitarem, comprovando a condição de matrícula e frequência.

— 2 — As licenças concedidas de acordo com este Aviso serão sempre sem prejuízo do serviço e da instrução, respeitadas as prescrições regulamentares.

LEI DO SERVIÇO MILITAR — (Solução de consulta).

— 1 — Consulta o Comandante da 5.ª Região Militar como interpretar as expressões contidas nos artigos 89 e 158 da Lei do Serviço Militar, aprovada pelo Decreto-lei número 9.500, de 23 de julho de 1946.

— 2 — Em solução declaro:

— a) A metade do efetivo determinada no art. 89 da Lei do Serviço Militar é referente ao efetivo orçamentário;

— b) devem ser computados, nessa metade, os 3.ºs sargentos amparados pelos arts. 158 e 161 da mencionada Lei;

— c) o reengajamento amparado pelo art. 88 (sem caráter de permanência) poderá ser concedido dentro da percentagem a ser fixada pelo Ministro da Guerra;

— d) o reengajamento subordinado ao art. 89 (com caráter de permanência) deve estar sujeito ao limite de metade do efetivo, também para os 3.ºs sargentos do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva.

— Aviso n.º 365 de 9 — D. O. de 11-4-947.

OFICIAIS DO QUADRO DE AUXILIAR — (Permissão).

— À vista da imperiosa necessidade do serviço e em virtude das ra-

zões apresentadas pelo Diretor do Pessoal, permito que os oficiais do Quadro Auxiliar de Oficiais, que tenham menos de 45 e mais 40 anos de idade, exerçam funções burocráticas (art. 6.^o do Decreto-lei número 8.760, de 21 de janeiro de 1946).

— Aviso n.^o 336 de 30-3 — D. O. de 1-4-947.

PARAQUEDISTA MILITAR

— O Diário Oficial n.^o 87 de 16-4-947 (página n.^o 5219) publica as Instruções para o Volutariado para a primeira Turma de Paraquedista Militar.

PERMANÊNCIA DE SARGENTOS NAS FILEIRAS — (Autorização).

— I) A fim de dar oportunidade à reabilitação de conduta de sargentos que, tendo sido condecorados com a medalha da cruz de combate de primeira ou segunda classe, estão impossibilitados de reengajar por não satisfazerem à condição da letra "c", do art. 86 da Lei do Serviço Militar e tendo em vista proporcionar-lhes melhor compreensão do sentido de disciplina militar, autorizo os Comandantes de Região Militar a concederem permanência nas fileiras do Exército, independente de reengajamento, a fim de melhorar o comportamento, àqueles que até a presente data ingressaram no comportamento insuficiente ou mau.

— II) O prazo para permanência, independente de reengajamento, será concedido de acordo com este Aviso e se limitará ao que estabelecer o número 2 do art. 66 do R. D. E.

— III) Àquele que estiver servindo nas condições deste Aviso que, dentro do prazo de reabilitação, sofrer punição, deverá ser imediatamente licenciado pelo Cmt. do Corpo.

— VI) O Chefe do Departamento Geral de Administração poderá mandar reincluir os sargentos que, satisfazendo à condição acima citada, foram licenciados, após a publicação da Lei do Serviço Militar (Decreto-lei n.^o 9.500, de 23 de julho de 1946) por não satisfazerem tão somente a condição da letra "c", do art. 86 desse Decreto-lei.

— Aviso n.^o 385 de 15 — D. O. de 17-4-947.

PRACAS ENGAJADAS E REENGAJADAS — (Solução de consulta).

— Consulta o Comandante da 6.^a Região Militar em rádio número 192-A, de 13 de fevereiro do corrente ano, como proceder com as praças engajadas e reengajadas que, em virtude do Aviso n.^o 66, de 14 de janeiro de 1947, que reduziu as percentagens do engajamento, se tornaram excedentes nessa categoria.

— Em solução declaro:

— 1.^o — As praças que obtiveram engajamento de acordo com o Aviso 1927, de 1 de julho de 1945, e que em virtude do de n.^o 66, de 14 de janeiro de 1947, se tornaram excedentes, como engajadas ou reengajadas, nos corpos de tropa, deverão, dentro da Região Militar, ser transferidas para outras unidades da mesma arma ou contingentes, a fim de completarem as vagas existentes nessa categoria;

— 2.^o — Caso não existam vagas de engajamentos ou reengajados, nos corpos ou contingentes, deverão ser mantidas nas unidades até completar o tempo a que se obrigaram a servir.

— Aviso n.^o 312 de 24 — D. O. de 25-3-947.

AÇÃO DE ETAPA — (Fixação).

— É fixado em Cr\$ 15,00 (quinze cruzeiros) o valor da ração de etapa arranchada para o Núcleo de Formação e Treinamento de Paraquedistas, a partir de 1 do corrente, ficando, os quantitativos, assim divididos: Cr\$ 8,80 e de de pesas diversas Cr\$ 0,40.

— Aviso n.^o 347 de 2 — D. O. de 7-4-947.

— Fica extensivo à Companhia do 3.º Batalhão de Fronteira, com sede em Clevelândia, o disposto na obs. II da Tabela geral de fixação de valores das rações de etapa e forragem a vigorar no 1.º semestre do corrente ano.

RECEBIMENTO D. EVOLUNTÁRIOS — (Autorização).

— Nos termos do art. 83 da Lei do Serviço Militar autorizo o Núcleo de Formação e Treinamento de Paraquedistas a receber voluntários, mesmo reservistas, para completar seus efetivos.

— Aviso n.º 302 de 21 — D. O. de 22-3-947.

REGULAMENTO PARA GRANDES COMANDOS —

— Art. 1.º Os arts. 11, 17, e 18 do Regulamento para os Grandes Comandos, aprovado pelo Decreto número 21.816, de 4 de setembro de 1946, passam a ter a seguinte redação:

— Art. 11. Os Sub-Comandantes da Divisão de Infantaria, Comandantes de Artilharia Divisionária, de Brigadas Mistas, Blindada e de Cavalaria, de Grupamentos diversos componentes da Divisão Blindada e, eventualmente, de Grupamentos de Artilharia de Costa e Anti-Aérea, são escalões intermediários de Comando responsáveis pelo preparo de suas unidades para a guerra. Suas atribuições administrativas limitam-se a fiscalização das atividades do escalão subordinado, de modo que nada lhes falte para um eficiente emprêgo.

— Art. 17. O Sub-Comandante de Divisão é, em princípio, o principal colaborador do Comandante.

— Nessa qualidade, deve manter-se a par de suas intenções, estar ao corrente do trabalho das Seções do Estado Maior Divisionário e fiscalizar a execução das ordens do Comandante.

— Cabe-lhe também exercer, em tempo de paz, o comando das Unidades de infantaria pertencentes à Divisão, função essa que exercerá com as mesmas atribuições dos Comandantes de Armas.

— Art. 18. O Sub-Comandante deve, de preferência, permanecer juxaposto ao Comandante da Divisão, se possível, em dependência do mesmo Quartel General. Em casos especiais, conforme o estacionamento das Unidades em cada Região Militar, pode ter sede em guarnição diferente.

— Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Decreto n.º 22.946 de 16-4 — D. O. de 18-4-947.

SARGENTOS — (Aperfeiçoamento).

— O Diário Oficial n.º 78 de 5-4-947 (página n.º 4591) publica as Instruções Reguladoras do Aperfeiçoamento de Sargentos.

TEMPO DE SERVIÇO — (Averbação).

— Em aditamento ao aviso n.º 128, de 29 de janeiro de 1946, declaro:

— a) que aos militares que estiveram convocados durante o período de 7 de março de 1943 a 2 de junho de 1945, vigência do Decreto-lei n.º 5.028, de 20 de janeiro de 1943, se deverá averbar na respectiva Fé de Ofício ou assentamentos o novo tempo de serviço prestado;

— b) quando o computo do tempo de serviço da inatividade anterior somado ao de convocação ultrapassar 25 anos, deve-se atribuir às praças os postos ou graduações previstos pelo Decreto-lei n.º 3.940 de 16 de dezembro de 1941 consistindo as vantagens nas que já percebiam na inatividade acrescidas de novas, sendo estas calculadas sobre o tempo de convocação no novo posto ou graduação, e na conformidade da tabela em vigor na data do licenciamento, até o limite máximo permitido por lei.

— Aviso n.º 375 de 12 — D. O. de 15-4-947.

Unidadan: nesgo numero 1

Cel. J.R. Montaña
Cel. R.D. Nunes
M. Daniel Torrealba
Cpt. Cpt. D.R. Matoz
Cpt. Cel. Adalberto Flávio
Pnt. Cpt. Souza Lameira
Cpt. Cel. G. Vaz
Major Nelson Valente
Major Consulmto Gustavo Lobo
Major Newton F. Pimentel
Cap. Deterriano Vilas
Cpt. Cel. G. Camacho
Cap. Alberto Cardoso
Cap. Cel. Cel. Cel. Cel.
Cap. Cel. Cel. Cel. Cel.



Euros 8.00